

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

PAULA GOLDMEIER

**JUVENTUDE E UTOPIA:
construções possíveis na contemporaneidade**

Porto Alegre

2007

PAULA GOLDMEIER

**JUVENTUDE E UTOPIA:
construções possíveis na contemporaneidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa

Porto Alegre

2007

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULA GOLDMEIER

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação **Juventude e utopia**: produções possíveis na contemporaneidade, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dissertação defendida e aprovada em: / / .

Comissão Examinadora:

Agradecimentos

Quem me conhece sabe o quanto são sinceros e empolgados meus agradecimentos. Sempre vivi muito dentro de um espírito de construção e produção coletiva da vida. Fico feliz por ter um monte de pessoas a quem agradecer pelos sonhos partilhados e pelas experiências trazidas em função de caminhar em busca deles. Não cabe todo mundo aqui, mas na minha vida sim!

Aos meus pais, Eldo e Silvia, pelas palavras e pelos significados que dão o contorno do que hoje sou. Ao meu irmão, Gabriel, que sempre esteve ali e segue por perto, junto, sempre; com sua alegria, inteligência, dedicação, afeto e intensidade em viver a vida!

À Joana, que me presenteou com muito amor, em cuidado, carinho e limites.

Ao meu professor e orientador, Edson Sousa, por acolher, apostar e dividir sonhos e utopias comigo. Por me ensinar os primeiros passos de uma psicanálise comprometida com a ética e a política do existir e por me fazer acreditar que eu poderia falar desde este lugar.

Às professoras Denise Costa Hausen e Maria Cristina Poli pelos apontamentos, desafios e incentivos lançados na minha qualificação de mestrado.

Ao coletivo Estação, em alguns nomes: Gislei, Fernanda, Camila, Alice, Mateus, Julia e Julica. E poderia haver tantos outros...

Aos colegas de mestrado, Norton, Rita e Manuela, por caminhar junto, ensinar os atalhos e também os caminhos mais longos e bonitos.

Às amigas que tornaram mais leve este mestrado e sustentaram-me quando achei que não teria mais forças (como em toda a minha vida). Paula, Cla, Rê, Ferni, Lica, Cá, Maria, Maria, Fozi, Mari, Lici, Cami... e também alguns amigos, Danichi, Artur, pela parceria tecida em diferentes tramas que segue desde a faculdade, ao Jô, porque, de muitas maneiras, as linhas deste trabalho tiveram seu traçado e sua costura.

À Procuradoria da República do RS, à Terceira Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre e a todos os servidores que se deram à minha escuta.

À Neli, Aline e Rene, que me possibilitaram um dos bens mais preciosos: tempo! Além de atenção, carinho e trocas. A todos os professores, funcionários e colegas do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

“... talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito [...] Não somos o que devíamos ser, mas somos o que iremos ser. Mas graças a Deus, não somos o que éramos.”

(Martin Luther King)

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar o contexto da juventude infratora na contemporaneidade, especialmente a brasileira, e as possibilidades de intervenção e produção de utopias, buscando despertar para a necessidade de uma maior implicação política dos poderes públicos, saberes técnicos e demais setores da sociedade no combate à violência com que somos todos cotidianamente confrontados. Direcionada pela obra do filósofo alemão Ernst Bloch, tomo o conceito de utopia como vontade de criação de diferença, de negação e questionamento daquilo que se toma como natural. Assim, recusamos a idéia de que a infração juvenil seja um desvio de âmbito meramente individual ou pertencente às classificações de distúrbios de personalidade. Entendemos tal forma de violência como um fenômeno social historicamente produzido. A análise sobre os elementos político-sociais que compõem tal quadro, assim como sobre os saberes e as práticas profissionais dirigidos aos jovens ditos delinqüentes será orientada por conceitos de autores como Foucault, Deleuze, Guattari, entre outros. Pretende-se também refletir sobre como o referencial psicanalítico a partir da obra de Freud e leituras atuais pode se aliar ao ideal utópico de esburacamento do instituído e propor novos olhares e lugares de escuta para os conflitos e as potências da juventude. O projeto de extensão universitária “Abrindo Caminhos”, realizado na Procuradoria da República do RS, será o campo de pesquisa para analisar como se dão os encontros entre os saberes técnicos instituídos e os jovens em conflito com a lei e quais são os tensionamentos surgidos a partir daí em todos os envolvidos no projeto. Junto a esta exposição, apresentaremos outro projeto que se encontra com o Abrindo Caminhos e compõe mais um território utópico. Nos dois casos, é feita a tentativa de uma costura com a reflexão psicanalítica na aposta de que esta possa entrar como catalisadora de utopias, ou seja, como potencializadora de movimentos que escapem à lógica dominante de produção de verdades e modos de subjetivação e abra caminhos para novos possíveis, tanto para os jovens como para as práticas profissionais envolvidas com a questão da violência.

Palavras-chave: psicanálise; utopia; juventude; violência; modos de subjetivação.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the contemporary context of the delinquent youth, specially the Brazilian youth, and the possibilities of intervention and creation of utopias, aiming at awakening people for the need of a greater political involvement of public authorities, technical knowledge and other sectors of the society when fighting against the violence that we are exposed daily. Based on the work of the German philosopher, Ernst Bloch, the concept of utopia is used as a desire to create difference, denial and questioning of what is understood as natural. Thus, it is refused the idea that the juvenile delinquency is an individual bypass or that it belongs to the different personality disorders. This form of violence is understood as a social phenomenon historically built. The analysis of political and social elements that build this picture, as well as the analysis of the knowledge and professional practices given to those delinquent youngsters is oriented by the concepts of the following authors, such as Foucault, Deleuze, Guattari and others. It is also intended to think on how the psychoanalytic referential, from the work of Freud and current readings, can be combined with the utopian idea of *“esburacamento do instituído”* and can propose new views and places of listening for youth conflicts and power. The university extension project *“Abrindo Caminhos”* (Opening Paths), held in the Rio Grande do Sul Attorney's Office, will be the subject of research to analyze the connection between technical knowledge and young people in conflict with the law, and then, the results that emerge from it with all the people involved in the project. Another project, from *“Abrindo Caminhos”*, will be presented in this work, and it is considered another utopian subject. In both cases the attempt of a connection with the psychoanalytic thought is done, aiming to make this become the catalyst of utopias, which means that it can power the movements that escape from the dominant logic of production of truths and modes of subjectification, and that it can open ways of new possibilities, both for young people and professional practices involved with this violence issue

Keywords: youth; violence; modes of subjectification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
HISTÓRIAS E GEOGRAFIAS	9
NO CLIMA: O CALOR DOS ENCONTROS	12
CARTOGRAFIANDO A ESCRITA	23
1 DOS SABERES DAS VERDADES DOS SUJEITOS	26
1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONTEMPORANEIDADE	26
1.2 TESSITURAS SOCIAIS, COSTURAS PSICANALÍTICAS	30
2 A PRODUÇÃO DA JUVENTUDE EM TEMPOS DE VIOLÊNCIA	35
2.1 “O QUE SE PODE FAZER PARA EVITAR QUE OS HOMENS TENHAM COMO DESTINO A GUERRA?”	36
2.2 INOMINÁVEIS, INVISÍVEIS [...]	40
2.3 [...] EXPLORADOS	42
2.4 VELOZ(IDADE)?	46
2.5 LIGAÇÕES PERIGOSAS: POBREZA E VIOLÊNCIA	48
3 PISTAS PARA UM TRABALHO POSSÍVEL	57
3.1 PERCURSOS ESTRANGEIROS	57
3.2 <i>DEL RIGOR DE LA CIENCIA</i>	60
3.3 EM MEIO ÀS LACUNAS; SONHO!	62
3.4 CAMINHOS AO SABOR DO VENTO (VIDA)	63
3.5 NARRAÇÕES	70
3.5.1 Marcelo	71
3.6 DE JOÃO HÉLIO À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UM BREVE RETRATO DA JUDICIALIZAÇÃO DOS MENORES	78
3.7 JUSTIÇA PARA O SÉCULO XXI (UMA UTOPIA CONCRETA)	86
4 PONTOS FINAIS	94
4.1 EM RETICÊNCIAS... E EXCLAMAÇÃO!	94
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

“A bandeira norte-americana queima no início do filme. As imagens da bandeira se intercalam com as cenas do espancamento de Rodney King, o famoso caso transmitido pela TV. Ao som das duras palavras de Malcolm: ‘Não somos filhos da América. Fomos convidados para construir a América? Não. O homem branco disse: negro, entre no navio e me ajude a construir a América’. O sonho americano se transforma no pesadelo de todos.” (Malcom X. Diretor: Spike Lee, EUA, 1992)

HISTÓRIAS E GEOGRAFIAS

*Por que não estudamos
a história da África?*

Uma pesquisa sempre começa com uma pergunta, uma dúvida, uma curiosidade. Ou muitas. A resposta pretendida nem sempre é encontrada, mas, no decorrer da investigação, vão se desconstruindo paredes que aprisionavam nosso pensamento em um labirinto normativo e *abrindo caminhos* para novos modos de viver, conhecer e (novamente) interrogar o mundo.

Não sei por que não estudamos a história da África, se grande parte de nossa população tem traçados que remetem a este continente, o que se reflete amplamente em nossa identidade brasileira: cultura, culinária, religião, anatomia, hábitos e costumes. É preciso buscar hipóteses e percorrer, retroativamente, os trajetos do saber até agora posto, localizar as suas práticas e pensar, como Foucault nos orienta, nos acontecimentos, nas irrupções de fatos e entender como isso se atualiza hoje, pela pergunta, na vida deste e de outros jovens. Partimos de uma questão e vamos construindo redes que nos permitam algumas respostas e outras tantas novas perguntas.

Nessa seqüência de ziguezagues, acabei por pousar no projeto de extensão universitária “Abrindo Caminhos”, realizado na Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.¹ Foi lá que, em um dos primeiros encontros, conheci o jovem

¹ Para referir tal órgão, daqui em diante, será usada a sigla PR/RS.

que fez a pergunta com a qual iniciei minha escrita. Minha intenção não é respondê-la, mas, com certeza, os questionamentos a que me proponho no percurso do mestrado estão permeados por elementos comuns, que amarram as possíveis histórias. Naquele mesmo dia, a proposta era justificar minha presença ali e pedir passagem para participar, enquanto pesquisadora, dos grupos realizados dentro do projeto. Qual era o meu objetivo? – um dos jovens inquiriu.

Ainda tomada pela dimensão da história, da origem, dos percursos, achei que deveria, antes de falar sobre minha pesquisa, me apresentar. Dizer quem eu sou compreende muito mais do que minhas incursões e meus objetivos acadêmicos. Reparei que um dos jovens estava vestindo a camiseta do Grêmio, time para qual eu torço e que é quase parte do DNA de minha família. Lembrei especialmente de meu pai, gremista fanático, mas que sempre versou sobre tolerância, aceitação das diferenças e convivência pacífica. Sua voz serena, seu falar manso exaustivamente me dava lições de não-violência, de respeito à heterogeneidade e sobre a alegria em aprender com as oposições pelo pensamento crítico que podem nos proporcionar. Desde pequena o tive como cicerone pelas discussões sobre valores éticos, de democracia e igualdade social. Também minha mãe me ensinou as premissas de uma justiça efetiva: tratar de forma igual as igualdades e de forma desigual as desigualdades, ainda que isso tenha significado lidar com inconformidades (e choros barulhentos) da minha parte ou de meu irmão. Para isso, contava com ajuda da nossa Joana, integrante convidada (ou divinamente enviada) da nossa família e que também nos formou dentro de um propósito de fraternidade. Todos esses cuidadores, professores trouxeram-me ensinamentos que só pude experienciar da forma como o fiz porque tinha alguém com quem partilhar as mais variadas vivências, brigas, competições, risos, vitórias, empates e derrotas, choros, e aí, mais brigas e de novo risos, cumplicidades, Gabriel – meu irmão – entusiasta que segue comigo a discutir as mazelas e as injustiças do mundo e que também não se conforma com o silêncio, a apatia e o medo que nos vendem e nos fazem abandonar a esperança.

Era por isso que eu estava ali, porque aprendi que não somos iguais, mas que merecemos todos a chance de ser o melhor que podemos. E que temos que ter o direito de escrever a nossa própria história. Era por isso que eu estava ali, porque se sabe que aprendemos a história da Europa em detrimento da história da África, que, na maioria das vezes, uma delas é contada para e pelo silenciamento da outra. Se eu estava ali era porque eu tinha uma trajetória que me levava até aquele lugar,

assim como os jovens que chegaram até o grupo, o estágio, a medida socioeducativa, o delito, a violência, a medida protetiva tinham algo a dizer, uma história para contar e outras para criar. E eu quero aprender e apreender essas histórias que as mídias oficiais não contam. E mais, não quero ficar só com as histórias, quero conhecer as geografias que, como nos diz Deleuze (1998), são os devires, as orientações, direções, entradas e saídas. Visualizar os caminhos percorridos e vislumbrar outros horizontes, territórios. Desenhar novos litorais que compõem suas paisagens, sempre nômades, pelos heterogêneos.

Não cabia, naquele momento de tempo enxuto, trazer minhas memórias-lembranças de forma linearmente explanadas. Elas estariam de forma intensiva presentes em todos os demais encontros que eu tivesse com eles a partir de então.² Naquela hora, apenas disse a eles que estava ali para ouvi-los, para saber o que pensavam sobre o trabalho no estágio, sobre a vida, o mundo, sobre a psicologia, a justiça e sobre qualquer assunto do qual quisessem falar. Para escrever sobre a juventude, é preciso viver a intensidade da juventude, e o grupo é um ótimo espaço para afetar-se de forma bastante potente. No texto “Dispositivos em Ação: O Grupo”, Barros (1994) define que dispositivo aponta para algo que faz funcionar, que aciona um processo de decomposição, que produz novos acontecimentos, que acentua a polivocidade dos componentes de subjetivação. Utilizando-se de tal conceito, Bocco e Lazzarotto (2004) colocam o grupo como possibilidade de descristalizar os lugares e as formas de ser construídos pelo modo de subjetivação dominante. Percorrer caminhos, abrindo caminhos, autorizar-me junto com os jovens a uma autoria coletiva de escrita em movimento sobre um percurso de juventude.

Mas o desafio estava colocado: o que eu queria ali, o que eu queria e o que eu me tornava enquanto pesquisadora? Estar em uma universidade pública, cursando um mestrado em psicologia social, significa, para mim, estar em lugar de experimentação e exercício do compromisso da política em sua dimensão de ação cotidiana. Assim sendo, tal oportunidade traz, em concomitância, a responsabilidade e o dever ético do testemunho. E dimensão política é aquela que se dá em ato, que promove mudanças e que tem o sujeito da intervenção implicado numa consciência

² Para tanto faz-se necessário considerar o tempo como algo que é continente de estratégias e políticas de memória e de esquecimento, que se transmuta e cria, inchado pelo passado, a cada instante, possibilidades e tendências de porvir. Tempo intensivo: não o tempo que passa, mas o tempo que dura; tomando aí, a conceituação de Bergson, que considera duração como o progresso contínuo do passado que rói o futuro e incha avançando.

da necessidade de transformação. Para Hannah Arendt (2004), política pode ser simplificada como possibilidade de liberdade. A autora acrescenta, como fator imprescindível dentro dessa liberdade, o que chama de “felicidade pública” (denominação do séc. XVIII), que se constitui numa dimensão da experiência humana à qual o homem apenas toma parte pela via da participação na vida pública. Bauman (2000), em seu livro “Em busca da política”, diz que as liberdades individuais só podem ser alcançadas dentro de um espírito coletivo de discussão e trabalho.

NO CLIMA: O CALOR DOS ENCONTROS

*“A vida é a arte do encontro,
embora haja tanto
desencontro nesta vida [...]”
Vinícius de Moraes*

Começa o ano de 2007, e o verão porto-alegrense se anuncia, novamente, ensolarado, quente e úmido. Depois de quase um ano de aulas no mestrado, chega o momento de costurar conceitos, idéias, possibilidades, dúvidas, desejos. Nessa tessitura, tornava-se imperativo poder traçar os contornos unindo novos teóricos com costuras práticas. O território que constituímos depende da posição em que nos colocamos para desenhá-lo. (SOUSA, 2006).

A viagem pelo mundo das teorias e dos conceitos se dá, para cada um, de forma diferente. Podem estes ser o navio que leva ou os campos que se percorrem. Nesses movimentos, nessas excursões, há uma infinidade de portos (territórios de chegada, de partida, de parada, de encontro!). As travessias entre eles, quando e onde se produz grande parte dos saberes, precisam desse tempo e lugar de espera para que possam ser mapeadas. Cada partida é uma ida, que só em parte se sabe aonde vai. A nau que desliza a água muda seu curso em função das velas, em função dos ventos, em função do tempo, dos tempos... Pelo marejar, também a água muda o tempo, que muda o vento, que muda as velas, que move o barco, que muda de águas, que muda de terras.

A cidade quente tem um rio que se entrega como quadro às janelas da Procuradoria. Estar nessa beira, nesse entre de terra e água, traz alento ao calor e convi-

da a passeios pelas bordas, pelas margens onde se localizam e se encontram os heterogêneos. O encontro com a juventude, a pobreza, a violência, a justiça, a psicanálise, o social, a clínica-política promete trazer a energia desse calor para o trabalho de pesquisa.

O mestrado é também uma oportunidade para se conhecer e se construir pesquisador. De certa forma, acredito que sempre se relaciona com nossa pesquisa primeira, que pergunta por nossa origem (e também destino). O processo de análise pessoal (que considero modalidade investigativa) mostra que pesquisar é entrar em contato com um outro, com muitos outros que escolhemos para povoar nossa solidão e que convidamos a contar e a criar novas histórias percorrendo cenários reeditados, tramando novos nós no tempo e no espaço. Temos fascínio pelas memórias (que por vezes também nos aterrorizam), apego ao conhecido, medo da dúvida; sentimos dor, cansaço, alegria; perdemos o fôlego angustiados, perdemos o fôlego eufóricos pela possibilidade do novo, do ainda-não, da estréia! Pesquisas são sempre datadas, por isso inacabadas, infinitas. Não levam a um lugar, mas podem levar a muitos caminhos e impulsionar muitos caminhar. Não é preciso o fim para chegar, nos ensina o “Livro sobre o nada”, de Manoel de Barros (1996), a respeito da vida; o que se insere muito bem também quando se pensa a pesquisa.

Cada encontro é uma chegada, possibilidade de suspensão, desaceleração, reorientação de movimento. Nossos mapas pessoais têm infindáveis linhas, algumas rasas e suaves, outras fortemente profundas, há traçados retos e firmes, mas também percursos trêmulos e titubeantes, formas pontilhadas, espirais, circulares... Muitos são os pontos que referenciam, em minha trajetória, importantes encontros que me trouxeram até o mestrado e me inclinaram às escolhas que, neste tempo preciso, faço (também porque preciso).

Seguindo a dinâmica dos bons encontros, é imprescindível referir o professor Edson Sousa, que me apresentou uma psicanálise de potência criativa e espírito utópico, engajada numa luta política de transformação do social. Tais utopias acompanharam meus exercícios de pensamento e ação durante a graduação. As experiências dos estágios acadêmicos me oportunizaram refletir sobre o fazer da psicologia e das redes possíveis de serem tramadas na expansão dos espaços de trocas. A universidade presta um serviço de imenso valor como interlocutora das práticas e proponente de análises e problematizações. A extensão, em especial, tem como objetivo uma intensificação da atuação da universidade junto à sociedade, dentro de

uma concepção de responsabilidade de ação política. Foi no Projeto de Extensão “Estação PSI”³ que tive meu primeiro contato com esse tipo de proposta; sua marca se reedita nos meus presentes passos. A professora Gislei Lazzarotto, responsável pela criação e pela coordenação deste projeto, iniciou-me às idéias libertárias de Foucault ainda na graduação e, agora, me acolhe novamente como aprendiz e parceira. O encantamento com o universo das possibilidades e intensidades do trabalho com os jovens se deu pela via dos afetos, e devo às psicólogas (e amigas!) Fernanda Bocco, Alice de Marchi e Camila Noguez, que também me levaram a passear pelos territórios da esquizoanálise e comigo ensaiam cartografias. A intenção de refletir sobre juventude e utopias possíveis revela tais pontos, que dão contorno e, ao mesmo tempo, movimento às minhas escolhas de pesquisa.

Dessa forma, meu desejo de retornar⁴ ao projeto do “Estação Psi” se deu pela possibilidade de acompanhar uma intervenção da psicologia que se constrói como clínica-política e, para tanto, parte da potência dos encontros com os jovens, com idéias não tradicionais, com novas maneiras de fazer psicologia, com diversos coletivos. Dentro desta proposta, pretendo acrescentar, não de forma isolada, mas em costura com o texto apresentado, uma reflexão sobre a questão das utopias. Retalhos em meio a uma tessitura, um cenário onde protagonizam a juventude e as marcas da violência. Toma-se da obra do filósofo alemão Ernst Bloch o conceito de utopia como vontade de criação de diferença, de negação e questionamento daquilo que se toma como natural. Recusa-se, portanto, o sentido de uma idéia prescritiva e alienada de um ideal a ser. Um ideal utópico seria da ordem de uma suspensão, uma aposta no ainda-não, num porvir, num entre. O projeto “Abrindo Caminhos”⁵ pode ser pensado como um dispositivo utópico, como um espaço de desejo de utopia, em que há uma intenção de buscar novos possíveis, tanto para a psicologia quanto para os jovens e também os profissionais dos locais de estágio (neste caso, os servidores de alguns setores e departamentos da PR/RS). A oportunidade de trabalhar com os jovens e as questões da juventude adiciona ainda mais ânimo à idéia

³ Tal projeto, coordenado pela professora e pesquisadora Gislei Lazzarotto, será melhor apresentado mais adiante, ainda nesta introdução.

⁴ Já havia tido uma breve participação como bolsista de extensão durante a graduação, em 2002. De todo modo, mesmo distante, continuei acompanhando as produções que se davam através das colegas e amigas participantes do projeto (Fernanda, Alice e Camila) e também através de algumas escritas que chegavam a público. Desses tantos encontros, novos e reeditados, comecei a pensar muito sobre a possibilidade de uma nova inserção nesse espaço.

⁵ O projeto “Abrindo Caminhos” é um dos programas desenvolvidos pelo grupo do projeto de extensão universitária “Estação PSI”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

de realizar o campo de pesquisa neste espaço. A juventude é o espírito florescente, está cheia de sonhos pra frente e desejo de vida. (BLOCH, 2005). As formas de viver juvenil, em seus afetos e movimentações, podem emprestar ao meu trabalho, nas suas práticas, na produção de uma escrita e na construção de um saber, as intensidades dos bons encontros.

A intenção da pesquisa é ensaiar uma reflexão sobre as possibilidades de uma intervenção que atue como co-produtora de utopia a partir desse projeto de extensão com jovens em cumprimento de medida socioeducativa ou protetiva. Quais são as utopias possíveis para a juventude contemporânea, em especial aos jovens “marginados” (REGUERA, 2006), da delinquência, da violência? Pode a psicanálise, em sua escuta do que foge ao tecido do conhecido, da norma, ser catalisadora do desejo de utopia? Como isso se opera? Entendemos juventude como possibilidade potente de utopia, como tempo e espaço de borbulhamento e erupção de ideais de esperança. Sabemos, no entanto, que essas proposições têm um revés numa condição de apatia da existência, subjugação burocrática e amortecimento da resistência. A mobilização coletiva em torno de uma causa parece ter desaparecido; e não ao acaso, porque ao nosso sistema de organização da vida interessa que se valorize o individual em detrimento do coletivo. Estamos vivendo um modelo de sociedade que transforma a cidadania em consumo. E a experiência política é vista como entrave para o lucro desregrado e a concentração de renda, o que gera um grande interesse no seu aniquilamento como possibilidade de solução dos conflitos coletivos e sociais. (KEIL, 2005). Soma-se ao empobrecimento da experiência do contemporâneo já predito por Benjamin (1985). Mortes psíquicas, mortes reais.

Pelo último censo do IBGE, o maior índice de mortes, por causas externas, no Brasil, é de jovens entre 15 e 24 anos, negros, pobres e homens, o que vem aumentando com o passar dos anos. Diante de tal quadro, de tamanha tragédia, podemos nos perguntar: que utopias são possíveis para estes jovens? São valores de um país em guerra que nos atentam para uma dissipação desta população. E, nas reverberações da questão, pensar que possibilidades existem neste contexto contemporâneo para nosso País. Toma-se como referência central a obra de Ernst Bloch, “O Princípio Esperança”, na qual o filósofo alemão versa reiteradamente sobre o conceito de utopia, tomada como utopia concreta na qual aparecem a imaginação antecipadora dos homens e sua esperança correspondente. Tal acepção da palavra utopia traz essa possibilidade de experiência para a nossa vida concreta, nos movimen-

tos sociais e políticos, mas intensamente também em nosso corriqueiro cotidiano. (ALBORNOZ, 2006). A utopia entra como vontade de criação de diferença, de negação e questionamento daquilo que se toma como natural. Já advertia Bertolt Brecht (2007b):

Nós vos pedimos com insistência: não digam nunca isso é natural diante dos acontecimentos de cada dia numa época em que reina a confusão, em que corre sangue, em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza, não diga nunca: isso é natural para que nada passe a ser imutável. (*on-line*)

Na atualidade, porém, há uma constante tentativa de marcar o utópico como adjetivo de conotação pejorativa, por oposição ao científico, o que tem servido para difamar tendências que negam ou se opõem às realidades estabelecidas. (ALBORNOZ, 2006). A questão das utopias, como entendemos, não se coloca no sentido de uma idéia prescritiva e alienada de um ideal a ser, no futuro, alcançado por todos, mas sim como uma aposta num não-lugar, em algo que é da ordem de um ainda não, de um entre, de um porvir, como refere Bloch (2005). Uma aposta na potência de mudança e recusa de um presente naturalizado e de um prognóstico aprisionador de futuro. A utopia tem potencial criador, por isso a proximidade do ato artístico, que não tem seu fim na formas produzidas, mas se vale destas para interrogar. Lembro aqui de uma frase do artista Flávio de Carvalho (2007): “A arte que interessa é aquela que procura destruir uma suposta verdade”, à utopia interessa esburacar a realidade. É a utopia concreta tomada como indissociada de uma práxis, que aposta no encontro como catalisador de transformações. Uma utopia que, como nos aponta Sousa (2002),

cumpra função de nos despertar para a possibilidade do sonho diurno e nos possibilite combater as violências a que somos cotidianamente confrontados, seja a violência do dogmatismo, seja a da hegemonia, de algumas formas do senso comum, todas aquelas que impedem o aparecimento do novo, anestesiando singularidades, a violência das discussões políticas vazias de atitude. (p. 45)

Quando Freud traz a psicanálise e rompe com esse modelo científico, pleiteando um espaço para a escuta do inconsciente, que prioriza o que escapa ao controle, o que desequilibra, o resto, o marginal, traz agregado um ideal utópico, que fura a certeza da consciência como morada e abre espaço a algo não-visível, ainda sem contorno que aparece justo quando se perde, quando cai a lógica da previsibili-

dade, do controle. Mas, ainda hoje, sabemos que grande parte das práticas psi segue uma proposta diferente da freudiana e permanece inerte numa ação linear, de modelação a serviço do preenchimento de um cargo, prontuário, parecer sentencial em que a eficácia se verifica pela adequação, acomodação, aquietação.

A proposta do projeto “Abrindo Caminhos”, entretanto, recusa este lugar de atender a uma demanda normatizadora e moralizadora. Convoca a navegar na produção de sentidos outros, para os jovens, o fazer psi e demais práticas envolvidas com o projeto (funcionários e servidores dos órgãos públicos e estagiários de demais áreas). Paradas para acolher o pensamento em movimento, sintonia de sons que convocam a lutar pela ética da vida, no encontro com o tempo intensivo das linhas de agenciamentos juvenis. Idéias, afetos, práticas em permanente construção e desconstrução de formas e modos de existir enquanto singularidade e enquanto coletivo, fazendo desta Estação dispositivo utópico, produtor de vida, de vontade de expansão de vida. Aqui o laço da extensão problematiza a inserção acadêmica na comunidade como um dispositivo de ação pelo qual a universidade pode exercer de forma mais intensa sua função política e social.

A aposta é no abrir caminhos, na produção de condições de possibilidades para a criação e invenção de ineditismos, ainda que sejam re-petições, novos pedidos, pedidos de outra maneira, de outra ordem. A imagem suscitada por uma passagem da escritora Clarice Lispector traz sua crença na potência inventiva da vida e a aproxima das intenções de nossas intervenções em um outro modo de fazer psicologia.

“Vou criar o que me aconteceu. Só porque viver não é relatável. Viver não é vivível. Terei que criar sobre a vida. E sem mentir. Criar sim, mentir não. Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade.” (LISPECTOR, 1998 [1964], p. 15)

A aposta é na potência da vida, do futuro. Futuro e vida que são, por vezes, a única utopia daqueles jovens e de muitos de nós, sobreviventes de tanta violência. A aposta nos sonhos pra frente, na própria potência do significante delinqüência. Racial (1999), em “O adolescente e o psicanalista”, define delinqüente como aquele que desaloja, que sai do lugar que lhe é atribuído pela sociedade em busca de um novo espaço. A busca, então, é por essas novidades, variações que acontecem no encontro, nos ecos dos gritos silenciosos, silenciados. Nas tessituras entre jovens, funcionários, psicologia, justiça, estado: contatos, atritos que rasgam laços e tecidos

sociais e trazem, assim, o dever revolucionário dos farrapos, dos trapos que restam e se fazem material de novas linhas a serem escritas. Um dever revolucionário, entretanto, não é o mesmo que o futuro da revolução, que já se pretende de uma maneira, pois devir não é, jamais, imitar. (DELEUZE, 1988). É a intenção e a produção de algo que ainda não veio à tona que traz, no ineditismo, uma esperança. A utopia passa por revelar que aqueles jovens não são a corporificação da violência, que não podemos nos eximir da responsabilidade deste problema já que somos todos, em parte, cúmplices de um ato de violência no qual a sociedade e o sujeito se fundam e, assim, vivenciamos, todos, um misto de espectadores, agentes e vítimas desta (FREUD, 1996 [1913]). Seria um domínio de todos, outra face do domínio de ninguém, como colocou Hannah Arendt (1994) sobre a violência. Paulo Endo (2006) diz que a violência urbana trata-se de uma violência institucional que compreende as formações e os sistemas violentos enraizados em determinados contextos, adquirindo nestes uma extraordinária capacidade de proliferação.

Assumir a implicação ética e política de um posicionamento afirmativo de vida para todos e qualquer um é condição da utopia deste projeto, o que significa reiterar a todo instante o compromisso com a reflexão, problematização do instituído e do que emerge enquanto constituinte. Transpor o afeto paralisador do medo pela mola propulsora de movimento que é a esperança. Ter o cuidado de não aprisionar os ideais em formas ideológicas, mas sim deixá-los em sua potência de suspensão, interrupção, reivindicação, interrogação, inquietação que aparece em intensidade da juventude. São todos desafios, intenções, desejos, utopias.

Cabe aqui, apresentar o projeto⁶: O “ESTAÇÃO PSI” (Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar) é um projeto de extensão do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pela professora e pesquisadora Gislei Lazzarotto. Este projeto tem sua origem nas atividades de extensão realizadas desde 2001, com professores e alunos de graduação em psicologia em práticas que desenvolvem propostas de trabalho educativo para jovens em medida socioeducativa⁷ ou em medida protetiva.⁸

⁶ Serão utilizados trechos de registros do próprio Estação PSI, bem como do histórico apresentado pela psicóloga e colaboradora do projeto Fernando Bocco em sua dissertação de mestrado realizada na Universidade Federal Fluminense e defendida em julho de 2006.

⁷ De acordo com o ECA (Brasil, 1990), são as medidas aplicadas a jovens entre 12 e 18 anos de idade incompletos, autores de alguma infração. As medidas socioeducativas são, em ordem crescente de severidade: advertência, obrigação de reparação do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, sendo as duas últimas em regime fechado. O ECA

No período de janeiro de 2001 a dezembro de 2002, realizou-se umas das primeiras parcerias: a Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), empresa pública na qual foi feita assessoria ao Programa de Profissionalização em Artes Gráficas e Marcenaria. Ao final de 2002, entretanto, houve troca de governo⁹, e o convênio não foi mantido. No entanto a experiência iniciada naquele momento reverberou como inspiração para o início de um programa semelhante com jovens infratores na Justiça Federal por iniciativa da psicóloga deste órgão. Além deste contágio, as produções resultantes do trabalho na CORAG foram instrumento para a posterior construção e consolidação do programa “Abrindo Caminhos”, na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul.

O movimento que conduziu à formação do projeto dentro da PR/RS iniciou em 1994, com um grupo de pessoas com interesses em comum que fundaram o Comitê da Cidadania, o qual passou a integrar ações da campanha de combate à fome e à miséria. No segundo semestre de 2002, um de seus fundadores tomou conhecimento de um trabalho com jovens autores de infração na Justiça Federal, o qual, por sua vez, havia se inspirado no trabalho realizado na CORAG. Foi através de seu contato informal com a psicóloga da Justiça que surgiu a possibilidade de encaminhar à PR/RS essa iniciativa, levando-o a procurar outros parceiros para colocá-la em prática.

Ao mesmo tempo em que se encerrava a parceria na CORAG, chegou ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) um pedido para dar assessoria a um projeto de trabalho educativo¹⁰ com jovens em cumprimento de medida socioeducativa, a ser implementado na PR/RS. Através do projeto de extensão, naquele momento chamado Psicologia e Intervenção em Políticas da Juventude, foram feitas as negociações e foi assinado o convênio. O acompanhamento iniciou-se através de reuniões entre a psico-

estabelece que os jovens não podem receber pena como os adultos por entender que ainda estão em processo de desenvolvimento.

⁸ De acordo com o ECA (Brasil, 1990), são as medidas aplicáveis a crianças e jovens até os 18 anos de idade incompletos sempre que os direitos reconhecidos no ECA sejam ameaçados ou violados por “ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e em razão de sua conduta”. (p. 35).

⁹ Na época do Programa, o governador do Estado era Olívio Dutra, do PT. Seu mandato terminou no final de 2002, quando assumiu Germano Rigotto, do PMDB.

¹⁰ De acordo com o artigo 68, § 1.º, do ECA, o trabalho educativo se refere a uma atividade na qual privilegia-se o aspecto de aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e social sobre o aspecto produtivo, mesmo quando haja remuneração pelo trabalho efetuado.

logia, os procuradores envolvidos¹¹ e os servidores que estariam trabalhando junto aos jovens. Algum tempo depois de iniciadas as atividades, a equipe local se reuniu e deu ao projeto o nome de “Abrindo Caminhos”, mostrando a aposta nas possibilidades de vida que poderiam ser abertas para todos a partir daquele espaço.

Assim, desde o início de 2003, no âmbito da rede de políticas públicas juvenis – isto é, em convênios com os órgãos executores das medidas socioeducativas (FASE-RS¹² e FASC¹³) e de Proteção (FPERGS¹⁴) –, tais programas oferecem atividade laboral em estágio remunerado para adolescentes entre 16 e 18 anos que estão nas referidas medidas. A extensão é realizada pela equipe de psicologia do Estação PSI (formada por uma professora e por graduandos do curso) em um trabalho coletivo com trabalhadores das organizações públicas e com os jovens, público ao qual são direcionados estes programas.

Não está previsto qualquer tipo de relação com jovens em cumprimento de medida socioeducativa nas competências formais da Procuradoria. Sua função, enquanto órgão representante do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul, é proteger o patrimônio público social, os bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas e empresas públicas federais. Também atua na defesa de direitos e interesses chamados difusos ou coletivos, que seriam aqueles referentes aos índios e às populações indígenas, ao meio ambiente, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional.

Na Procuradoria, a atuação da equipe da psicologia se dá em vários planos. Faz parte da equipe local junto aos servidores envolvidos no projeto, mantém contato com os técnicos de referência das unidades que fizeram encaminhamentos e participa nas reuniões periódicas coletivas com procuradores, equipe local e técnicos para discutir questões referentes ao projeto como um todo. Ao mesmo tempo, realiza semanalmente encontros grupais com os jovens, disponibiliza espaços individuais para escuta, acolhe e encaminha para outros serviços, se necessário, temas relacionados à escola (acompanhar o jovem para matricular-se, por exemplo) e à saúde (tramitar marcação de consultas), circula pelo edifício, resolve questões sobre vales-

¹¹ Vale citar especialmente o Dr. Douglas Fisher, então procurador-chefe, e o Dr. Marcelo Veiga Beckhausen, então coordenador de estágios. Ambos deram total suporte e incentivo para que o projeto acontecesse.

¹² Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul.

¹³ Fundação de Assistência Social e Cidadania do Município de Porto Alegre.

¹⁴ Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul.

transporte, enfim, está atenta aos movimentos em curso e os usa para coletivizar as análises sobre o projeto e seu funcionamento.

São oferecidas seis vagas em diversos setores da Procuradoria (três no setor de protocolo, uma na secretaria criminal, uma no setor de estágios, uma na PRDC – direitos do cidadão –, e a partir de março haverá seleção para uma vaga no setor de pessoal) para jovens que cumprem medida socioeducativa tanto em meio aberto como em meio fechado, assim como para aqueles sob medida de proteção. A seleção ocorre em dois momentos, sendo o primeiro uma pré-seleção feita nas unidades de internação ou pelos técnicos responsáveis, no caso de meio aberto. A segunda etapa é feita dentro da Procuradoria, envolvendo os funcionários dos setores que participam do projeto, a equipe de psicologia e, depois de iniciada a primeira turma, os próprios jovens, que explicam o funcionamento de seu setor e descrevem suas atividades e experiências no local. O período do estágio é de seis meses, podendo ser renovado por outros seis, chegando no máximo de um ano.

Existem três convênios feitos pela PR/RS para esses encaminhamentos. Um deles é com a Fundação de Atendimento Socioeducativo¹⁵ (FASE/RS), órgão vinculado à Secretaria de Trabalho, Cidadania e Ação Social (STCAS) do Governo do Estado, o qual é responsável pela execução de medidas socioeducativas em meio fechado (internação e semiliberdade), criado em maio de 2002 como parte integrante de uma série de reestruturações internas que finalmente extinguiram a anterior Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). O segundo convênio é com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), entidade municipal responsável pela execução das medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade), através do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE). Recentemente, em meados de 2005, foi feito convênio também para receber jovens em medida protetiva, encaminhados pela Fundação de Proteção Especial (FPE), órgão municipal responsável pelos abrigos em Porto Alegre.

As vagas oferecidas aos jovens estão condicionadas ao cumprimento de alguns requisitos definidos no início do “Abrindo Caminhos” pela própria Procuradoria e são utilizados pelas unidades ou pelos técnicos ao fazerem a seleção dos candida-

¹⁵ Atualmente, a instituição possui 16 unidades no sistema de atendimento aos jovens autores de atos infracionais, sendo 12 de internação, uma de internação provisória e três de semiliberdade, cinco delas em Porto Alegre e dez no interior do Estado, com uma população de 1075 internos (FASE, 2006).

tos: a) ter entre 16 e 18 anos incompletos; b) estar cursando no mínimo a quinta série do ensino fundamental; c) ter disponibilidade no turno da tarde; e d) conciliar período de cumprimento da medida e a data de finalização de estágio (para evitar o jovem ser desligado da internação antes do término do estágio e não poder continuar até o final).

Esses requisitos vêm sendo discutidos na equipe de psicologia. O critério da idade, por exemplo, foi usado a partir de um entendimento das exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para configurar um trabalho educativo, mas recentemente foi visto que não há uma indicação clara sobre isso, havendo inclusive alguns órgãos governamentais¹⁶ que desenvolvem atividades de trabalho educativo com jovens entre 14 e 18 anos. De qualquer forma, sabemos que todo tipo de seleção e, portanto, seus critérios são arbitrários e deixam de lado um grande contingente de interessados que ficam impedidos de participar. A maioria dos programas voltados para esse público impõe critérios que acabam sendo elitizadores e reforçam a política de meritocracia para ter acesso a ofertas que deveriam estar disponíveis para todos os jovens, incluídos aqui aqueles que não se encontram dentro do sistema socioeducativo ou protetivo.

Como mesmo relata a escrita do histórico do projeto, chama a atenção que os projetos surgiram sempre a partir de um desejo instituinte, apoiado por um coletivo que se contagiou pela idéia, e não por uma iniciativa organizacional propriamente dita. (BOCCO, 2006). A força de um poder constituinte (NEGRI, 2002), que data sua morte enquanto potência ao tornar-se instituído, está, de certa forma, ali colocada. Estar sempre reatualizando esse caráter de movimento, de produção do novo é elemento indispensável. Por isso, o projeto passa por constantes problematizações acerca de suas intencionadas propostas e efetivas práticas.

CARTOGRAFIANDO A ESCRITA

A abordagem utilizada para a investigação deste campo e tema de pesquisa precisa estar em consonância com as premissas do projeto. Ao tratar de juventude,

¹⁶ Ver na página http://www.portoalegre.rs.gov.br/pol_social/Fasc/criancas.htm referência sobre o trabalho educativo desenvolvido.

infração, violência, proteção, caminhos e aberturas entende-se que são, os conceitos, territórios e que a produção do conhecimento é decorrente de constantes transformações, ocasionadas em cada encontro. “A ação do afeto requer às pessoas que se lancem ativamente naquilo que vai se tornando e do qual elas próprias fazem parte.” (BLOCH, 2005, p. 13). Na análise de implicação temos um conceito que questiona a imparcialidade e a neutralidade do pesquisador com relação a seu campo e objeto e estudo, ao afirmar que ambos se afetam e se alteram mutuamente no decorrer do processo. Ao admitir que se é objetivado pelo que se pretende objetivar e utiliza-se a análise do lugar de pertença e intervenção nos grupos e acontecimentos como material de investigação. (COIMBRA, 1995).

O método cartográfico, proposto por Guattari (1986), vem ao encontro dessas formulações, já que coloca em análise, todo o tempo, os saberes e as realidades que estão sendo produzidos ao longo do trabalho investigativo. Acompanhar as migrações, se fazer nômade é atributo do pesquisador comprometido com a cartografia que se coloca como base para construção de método, “não determina em si uma metodologia, porém, antes, propõe uma discussão metodológica que se atualiza na medida em que ocorrem os encontros entre sujeito e objeto.” (KIRST *et al.*, 2004). Para tanto, alguns instrumentos se apresentam como dispositivos na operacionalização de tal método. Um deles, o diário de campo, funciona como um caderno de investigação onde se registra tudo aquilo que for suscetível de ser interpretado como significativo no processo de pesquisa. Nele convivem os mapas, os esboços, as idéias concretas e devaneadas. Passos e Steffens (2002) apontam que tal escrita deve ser habitual e cotidiana, pois observar e registrar é ponto chave do processo investigativo. Deve incluir termos lingüísticos dos sujeitos participantes, a maneira como falam e as expressões que utilizam para descrever e criar o seu mundo.

O grupo de discussão é outra ferramenta importante para a construção de análises coletivas próprias a essa pesquisa, em que se pretende pensar as utopias possíveis a partir dos encontros entre a psicologia e a juventude nesse tempo contemporâneo de violências. Para o projeto “Abrindo Caminhos” ainda existe uma lista eletrônica específica na qual se compartilham, entre os colaboradores deste programa de extensão, questões referentes ao nosso fazer e seus efeitos na singularidade de cada um e no coletivo da equipe interventora. Produzem-se questões e tensionamentos que interpelam as apostas e os afetos em jogo no projeto.

Além disso, o orientador acadêmico, enquanto alteridade, localiza um essencial espaço de troca e companhia na construção dos caminhos da pesquisa. Neste caso, a possibilidade de lançar conceitos da psicanálise como disparadores de questões sobre o projeto compõe a cena da interlocução como lugar de entropia, ou seja, como momento de afetações e potenciais de movimento.

O primeiro capítulo se proporá como uma breve reflexão acerca do panorama histórico da contemporaneidade e as formas de produção da subjetividade desta era pós-industrial. O que está implicado na construção dos saberes e das práticas exercidas em relações de poder e a maneira com que se operacionalizam nesta sociedade de transição entre a disciplina e o controle. Esse percurso inicial será orientado acerca das transformações que o modo de subjetivação capitalístico operou nas relações entre indivíduo, sociedade e Estado. Serão seguidos alguns caminhos conceituais guiados por Foucault, Bauman, Negri, etc., assim como contribuições da psicanálise.

O segundo capítulo tratará de como se dá a produção da juventude nesta contemporaneidade, focando especialmente a questão da violência que tem na infração juvenil uma de suas imagens mais exploradas. Os escritos de Freud sobre a cultura, a sociedade e a presença da violência, bem como de leituras psicanalíticas da contemporaneidade, serão companhia durante tais problematizações. O discurso da mídia e do Estado, assim como de suas instituições e políticas será trazido para discussão. Bem como as falas e práticas dos especialismos que, em sua maioria, tem função normalizadora, normatizadora e restritiva à individualidade, problemas que são de ordem “sócio-histórico-econômica”. Dentro disso, interessa particularmente a forma como a psicologia tem se posicionado politicamente neste enredo.

Para finalizar, o terceiro capítulo reportará a experiência de campo com O projeto de extensão universitária Estação PSI e o programa “Abrindo Caminhos”, realizado na Procuradoria da República do RS. Será o campo de pesquisa para analisar como se dão os encontros entre os saberes técnicos instituídos e os jovens em conflito com a lei e quais são os tensionamentos surgidos a partir daí em todos os envolvidos no projeto. Junto a esta exposição, apresentaremos outro projeto que se encontra com o Abrindo Caminhos e compõe mais um território utópico. Nos dois casos é feita a tentativa de uma costura com a reflexão psicanalítica, na aposta de que esta possa entrar como catalisadora de utopias, ou seja, como potencializadora de movimentos que escapem à lógica dominante de produção de verdades e modos

de subjetivação e abra caminhos para novos possíveis tanto para os jovens como para as práticas profissionais envolvidas com a questão da violência. Será colocada em análise a prática de pesquisa e suas repercussões no enlace das idéias e apostas de um fazer psi implicado numa proposta clínico-política.

1 DOS SABERES DAS VERDADES DOS SUJEITOS

“Assim como falham as palavras quando
querem exprimir qualquer pensamento,
assim falham os pensamentos quando
querem exprimir qualquer realidade.”
Fernando Pessoa

1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONTEMPORANEIDADE

“O termo contemporâneo se multiplica
em rios de tinta tipográfica,
ilustrando livrarias do mundo todo.
Aquilo no contemporâneo,
isso é contemporaneidade, etc.,
são proposições íntimas do estudioso
das chamadas ciências humanas.”
Costa (2007)

A clara elucidação do termo contemporâneo/temporaneidade torna-se muito difícil à medida que parece estar cada vez mais na dimensão do óbvio. Como falar do que todos já sabem e do qual não há o que falar? (COSTA, 2007). No entanto, ainda que não possamos definir com precisão esse contingente, se faz necessária uma análise desse modo de habitar a temporalidade que não pode ser resumido como uma fase histórica. A velocidade, a fluidez, a supremacia das imagens, a convocação ao consumo e a promessa do gozo incessante são considerações acerca desse cenário de relações fragmentadas reguladas por um híbrido disciplina-controle, que se utiliza da burocracia como paralisador de sonhos.

O homem contemporâneo, expropriado de sua experiência, fica privado de sua biografia e, assim, à mercê das construções que se fizerem dele. A pobreza da experiência anunciada por Benjamin, ainda em 1933, implica um não se apropriar de si, da fala de si e ficar jogado, passivamente, na incapacidade de fazer e transmitir experiência. A inflação da informação e o declínio da narração estão no cerne desse esvaziamento e destruição da experiência. Nos grandes centros, qualquer ordinária existência cotidiana se mostra suficiente para este fim. (AGAMBEM, 2005).

máxima, marca que vem permeada com a idéia da possibilidade do indivíduo prescindir do grupo. Essa referência de uma identidade estável constituinte da figura moderna fica ameaçada pela pulverização que promete o advento da globalização. No entanto, a mesma globalização que intensifica misturas produz perfis-padrão a serem consumidos pelas subjetividades independente do contexto que habitam. “Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis, que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade”. (ROLNIK, 2006, p. 20).

A promessa que se apresenta é a de um inventário infinito de maravilhas acessíveis e à disposição de quem as puder conquistar. No entanto, junto a essa oferta, é lançada a suspeita de que para nada há qualquer garantia de duração. Essa fluidez e incerteza são as bases da “modernidade líquida”.

Segundo Bauman (2006, p. 68), “O estado de incompletude e indeterminação implica risco e ansiedade, no entanto seu oposto tampouco produz prazer, já que fecha aquilo que a liberdade exige que permaneça aberto”.¹⁷

A contemporaneidade vem marcada pelo ideal de consumo livre, sem qualquer limitação ou ameaça. Acima de tudo, então, é necessário manter a lei e a ordem e priorizar o combate àqueles que se insubordinem a esses totens. Contingentes a cada sociedade, os estranhos, que em nosso tempo podem ser caracterizados como aqueles que estão impossibilitados de comprar, não se ajustam à ordem e, por isso, constituem um risco que deve, a qualquer custo, ser erradicado.

O império contemporâneo do capital depende da circulação de fluxos de toda ordem e a altas velocidades. O chamado capitalismo em rede requer a circulação incessante de informações, de imagens, de produtos e também das pessoas, bem como, do próprio capital. Tal concepção exige o fluxo, as conexões, produzindo novas formas de exploração e de exclusão e suas elites com seus conseqüentes e imprescindíveis miseráveis. Com isso também, a arma do jogo, dentro das regras, a ameaça de ser desligado. Essa nova angústia tem ainda mais razão de ser quando se leva o tempo todo a crer que é uma opção a conexão ou o desplugamento cuja responsabilidade é exclusivamente individual.

¹⁷ Foi utilizada como fonte de consulta a edição em espanhol do livro de: BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad líquida**. Buenos Aires: FCE, 2006.

Na sociedade de consumo, o crime maior cometido pelos chamados marginais, delinquentes, infratores, nada mais é que sua imponente pobreza. Se cada sociedade produz seu estranho, o estranho-padrão desta sociedade de consumo é todo aquele que possui uma condição fundamental: estar desprovido de trabalho e, por isso, dos meios econômicos para participar na sociedade através do consumo. Esses grupos são transformados, automaticamente, em inimigos públicos, justificando os excessos usados para punilos. [...] constituem uma ameaça à ordem vigente – ordem que é muito mais monetária do que política, como gostaríamos que acreditássemos. (BOCCO, 2006, p. 57).

A instabilidade social em que vivemos nos leva à sensação de ameaça e a experimentar a vida numa tensão constante, em que o outro aparece como rival a ser combatido. Diante de tal quadro, os sujeitos ficam impedidos de acreditar num projeto de resistência, de mudança que extrapole sua individualidade.

A cultura organizada em torno do consumo de massa estimula o narcisismo – que podemos definir para o momento, como a disposição de ver o mundo como um espelho; mais particularmente como uma projeção dos próprios medos e desejos [...]. (LASCH, 1983, p. 24).

A força das multidões apaga-se diante da busca solitária por mais uma mercadoria que confira prestígio e valor ao sujeito vazio de sentidos e experiências. A crença fabricada é a de que podemos prescindir da alteridade como lugar onde nos é conferida a existência, lugar que é substituído pela capacidade de compra. Negri (2002) alerta para o perigo de tal destituição completa do outro que acaba por gerar um apagamento do eu, pois, ao retirar a potência do outro, há uma correspondente despotencialização de si, já que se impossibilita a articulação de um coletivo, lugar único de qualquer potência de criação. Assim, sem o outro, sem a alteridade que compõe o coletivo, não há espaço para que o poder constituinte atue e se construa como projeto criativo, produtor de furos, descontinuidades, falhas, faltas.

A estratégia de neutralizar, através do apagamento das condições de existência, a força da produção de diferenças conferida ao poder constituinte opera no sentido de cristalizar o constituído e fixar a presença do poder em um único lugar, a serviço da manutenção de um estabelecido, que alguns poucos determinam como a ordem. A disciplina, mote da sociedade desnudada por Foucault, apresenta-se como corpo moldado por uma prática de enrijecimento de lugares e movimentos nas relações de poder. As formas de dominação, no entanto, transformam-se e mesclam-se nos espaços contemporâneos. Deleuze (1992) apresenta-nos a era da sociedade de controle, num exercício deste que é contínuo e que busca o marketing como impor-

tante ferramenta de controle social. Da sociedade a que Foucault chamou *disciplinar* pouco sobrou, o controle é uma exacerbação da disciplina, uma exacerbação do biopoder. Assim o poder, que a céu aberto modula modos de viver, embrenha-se sutilmente em todas as relações.

Nesta teia, é importante que reflitamos, também, a respeito de nosso lugar de atuação; as teorias relacionadas ao comportamento, à família e à subjetividade desempenham um papel fundamental ao fabricarem modos de falar, de sentir, de se relacionar com o mundo e consigo mesmo. (GUATTARI; ROLNIK, 1986). Assim sendo, também o saber produzido sobre o ser humano, cada vez mais especializado, pode ser um atual e sofisticado instrumento de dominação. (RAUTER, 2003).

[...] a produção de subjetividades constitui matéria-prima para toda e qualquer produção. As forças sociais que administram o capitalismo hoje entendem que a produção de subjetividades talvez seja mais importante que qualquer outro tipo de produção [...] visto produzirem esquemas dominantes de percepção do mundo (GUATTARI, 1986, p. 40)

1.2 TESSITURAS SOCIAIS, COSTURAS PSICANALÍTICAS

“Já é tempo de voltarmos nossa atenção para a natureza dessa civilização, sobre cujo valor como veículo de felicidade foram lançadas dúvidas. Não procuraremos uma fórmula que exprima essa natureza em poucas palavras, enquanto não tivermos aprendido alguma coisa através de seu exame. Mais uma vez, portanto, nos contentaremos em dizer que a palavra ‘civilização’ descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuítos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar seus relacionamentos mútuos.” (Freud, 1988 [1930], p. 96)

A análise dos modos de ordenamento social contemporâneo é imprescindível para o entendimento das produções singulares de subjetividade, cujos contornos são marcados pelas condições de possibilidades do contexto em que se configuram. Fontanelle (2006) aponta, a partir do viés psicanalítico, que na atualidade há uma negação do mal-estar. O imperativo do gozo está cada vez mais presente na comu-

nidade globalizada e o valor está, justamente, em não renunciá-lo. O homem busca qualquer coisa, o mais rápido possível, que tampone qualquer tipo de frustração e renúncia. Os bens de consumo são cada vez mais sofisticados e atrativos, e a idéia que os circunscreve é a de poder e pertencimento. Rosa (2006), referenciando Melman, fala-nos a respeito da discursividade coadunada ao sintoma social:

Um sintoma social instaura um discurso que domina a sociedade, em uma dada época, num determinado contexto, mostrando-nos que isso não se dá pela sua incidência estatística, nem pelos eventuais problemas que tais quadros colocam efetivamente ao convívio social, mas na medida em que a articulação discursiva, própria a cada um deles, encontra uma inscrição específica no discurso social dominante. (ROSA, 2006, p. 15).

Na obra de Lacan aprendemos que não há subjetividade que se organize fora do laço social. Tal aceção é reiterada por Pellegrino (2004), que convoca, ainda, como imprescindível, a implicação política do fazer – o encontro e o processo – psicanalíticos por se tratarem de acontecimentos plenamente sociais, que fazem parte, como constituintes e constituídos, de um momento histórico determinado. E embora seja com o material da íntima e intransferível história de cada sujeito que trabalhe a psicanálise, esta se recorta e se constrói a partir de um tecido social em cuja textura estão inscritas todas as estruturas de um sistema social determinado.

Para Pellegrino (2004), os sintomas dos quais se ocupa a psicanálise são, entre outras coisas, produções sociais. Portanto a prática psicanalítica não pode furtar-se da análise do fenômeno da repressão social como um todo, deve por-se a questionar a manutenção da ordem sustentada por estruturas sociais injustas e violentadoras da pessoa humana.

Muito mais do que para impedir – ou garantir – a interdição do incesto, a repressão sexual visa, numa sociedade de classes, criar personalidades dóceis, submissas, temerosas e, nesta medida, exploráveis. A liberdade sexual, a capacidade de gozar e de amar, a possibilidade de assumir a própria dimensão erótica, levam à união, à fraternidade e à reverência da justiça. Não é outra a razão pela qual, nos regimes totalitários, há sempre um moralismo hipertrofiado e um rígido controle da sexualidade, principalmente no que se relaciona aos jovens. (PELLEGRINO, 2004, p. 168)

Se pensarmos no analista enquanto cidadão, como proposto por Ferreira (2004), e, portanto, participante dos problemas da cidade, a discussão sobre a violência enquanto fenômeno fundamentalmente urbano é assunto do qual os psicanalistas não deveriam se esquivar. Neste sentido, Freud já apontava para a vocação

social da psicanálise, ou seja, a extensão de suas atividades terapêuticas para diversos setores da sociedade. Na medida em que a psicanálise se ocupa das relações humanas e elabora um saber sobre a estruturação do sujeito, ela pode sim ser aplicada.

No que concerne à problemática da violência, as construções psicanalíticas nos mostram que o ato violento está presente no fundamento da constituição da sociedade e, assim, na produção da subjetividade.

Freud nos mostra que recalamos um crime originário, do qual somos cúmplices e tributários. Nesse sentido, do ponto de vista psicanalítico, em se tratando da violência, vivenciamos um misto de agentes, vítimas e espectadores. (CORREIO DA APPOA, 2004, p. 1)

Lacan (1998 [1950], p. 128), em seu texto sobre “A introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, indica que é impossível reduzir a um ou outro campo a reflexão sobre a violência. Diz o autor: “Nem o crime nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua referência sociológica”. São relações complexas, multifatoriais que exigem atenção às suas dimensões sociais e subjetivas.

O olhar e a palavra são atributos essenciais neste processo de constituição do eu. É a partir de um outro que olha, segundo Freud, que vão se integrando as várias erogeneidades surgidas através de ações específicas parciais. Mesmo que haja sobrevivência do corpo, não há possibilidade de uma vida psíquica sem um outro que nos nomeie e mostre o mundo e a nós mesmos. Nossa existência apenas nos é conferida quando alguém nos olha e, então, nos diz existentes, somos capturados por imagens que dizem de nós e olhares que nos fazem marca. Assim sendo, na invisibilidade, a morte é anunciada pelo sem limites no qual o corpo é jogado, a pura mistura eu-mundo é território sem amor e sem lei, o que torna a todos que se encontram nesta situação excluídos do contexto cultural.

De acordo com Soares (2004, p. 226), “Nós seres humanos só existimos pela mediação do olhar generoso do outro, que nos reconhece como tais, nos devolvendo nossa imagem ungida de humanidade, isto é, qualificada, valorizada”.

Com base nas elaborações acerca das estruturas e tensões sociais da contemporaneidade, fazemos o exercício de transportar tais assertivas para a realidade brasileira. Em um país que apresenta uma absurda distribuição de renda, com quase

54 milhões de pobres e 22 milhões de miseráveis¹⁸, serão graves as conseqüências de uma organização social balizada pelo consumo. Do total de 34 milhões de jovens, 31 milhões vivem em famílias cuja renda é de até dois salários mínimos, das quais a maioria não ultrapassa um salário mínimo. De sorte que estamos todos atravessados pelo incansável apelo ao consumo e percorremos o mundo sempre na busca de responder àquilo que se espera de nós. É sobre a juventude pobre que tal imperativo exerce maior devastação, já que suas possibilidades de ter são praticamente inexistentes. Na medida em que suas chances de acesso ao trabalho tornam-se cada vez mais escassas, o jovem pobre se percebe como um estrangeiro em sua própria terra, pois fica privado do passaporte de entrada no mundo, que é o consumo, que é o dinheiro.

A globalização neoliberal exclui enormes contingentes populacionais que, na desconstrução e na diminuição da máquina estatal em nome da rentabilidade econômica, não tem mais onde se apoiar para sobreviver. A quebra do Estado do bem-estar social, instituído no Ocidente desde o fim da Segunda Grande Guerra, condena essas populações socialmente excluídas às diversas formas de desvio social, à miséria e à morte, transformados em destinos quase obrigatórios. (BIRMAN, 2002, p. 45)

Não por acaso o mercado do tráfico não encontra dificuldades em recrutar “soldados” dispostos a morrer por sua causa. A estrutura deste comércio lhes confere sentimentos de pertencimento, poder e visibilidade, seja pela posição que ocupam, o dinheiro que recebem, ou a arma que portam e lhes garante a existência perante os olhares, nem que sejam de pânico, dos moradores da cidade.

Quando um traficante lhe dá uma arma, nosso personagem invisível recebe muito mais do que um instrumento que lhe proporcionará vantagens materiais, ganhos econômicos e acesso ao consumo: o menino recebe um passaporte para a existência social, porque, com a arma será capaz de produzir em cada um de nós, em cada esquina, um sentimento: o medo, que é negativo, mas é um sentimento. Provocando no outro um sentimento, o menino reconquista presença, visibilidade e existência social [...] Há uma fome anterior à fome física; mais funda, mais radical e mais exigente que a fome física: a fome de existir, a necessidade imperiosa de ser reconhecido, valorizado, acolhido. Por isso, pelo menos tão importante quanto as vantagens econômicas, na cena da violência, destaca-se a relevância dos benefícios simbólicos, afetivos, psicológicos, intersubjetivos. (SOARES, 2004, p. 226-227).

Nessa sociedade do espetáculo, percebemos que há uma indústria da violência a qual a mídia trata como um produto a ser comercializado. Consumimos todos

¹⁸Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006.

os dias inúmeras informações sobre este tema. Cenas, as mais trágicas, entram em nossas casas todos os dias e nos trancam dentro desta lógica.

[...] não é mais possível esconder o horror da destruição, o pânico da própria morte, os efeitos da destruição da vida. [...] A violência, agora, salta aos olhos e, por ser tanta e tão constante, banaliza-se como uma componente cotidiana tanto da guerra declarada como a da guerra não declarada das grandes cidades da América Latina, especialmente a partir das políticas concentradoras de riqueza e renda e socializadoras da pobreza e da miséria. (VIOLA, 2005, p. 77)

A arquitetura da violência contemporânea se apresenta em muitas faces e disfarces. Precisamos procurar o olhar do detalhe, de outros lugares novos. Esse olhar deve implicar-se com a ética do testemunho e ver o que for possível e sonhar o que parecer impossível.

2 A PRODUÇÃO DA JUVENTUDE EM TEMPOS DE VIOLÊNCIA

Mensagem positiva

“Salve, salve meu povo, tudo bem?
Peço a vocês um momento de atenção
Aqui neste lugar aonde eu vim parar,
Pensei, pensei e cheguei ao pensamento,
O momento do tempo que chegou o sofrimento.
Aos 14 anos eu era muito feliz,
Minha família era unida
Era tudo o que eu sempre quis.
Daí sangue bom, o destino foi realidade,
Comecei a me afastar fui pra marginalidade.
Me arrependo até hoje de ter entrado,
Me arrependo até hoje de não ter valorizado,
Minha família, minha mãe
Que hoje eu tenho muito orgulho,
É por ela, sangue bom, que vou sair do bagulho.
Quero sair do crime sem olhar pra trás,
Detenção nunca mais, quero viver em paz.
Perdi a adolescência e juventude no sistema,
Não agüento mais barulho de algema.
Graças a Deus eu não estou sozinho,
O bom senhor botou uma mulher no meu caminho,
Pra me ajudar, me amar, me aconselhar,
Minha guerreira, eu te prometo que eu vou mudar.
Ei você, sangue bom, que está me escutando,
Vai pensando, questionando tudo o que eu to falando
Vida do crime é vida boa??? Vai vendo, veja você!
To preso há dois anos e nove meses por matar pra não morrer.
Se acha que o crime é bom, tu tá muito equivocado,
Pois dinheiro do crime só enriquece advogado.
Quero passar uma mensagem positiva pra você,
Da melhor forma que você possa entender.
Vida do crime não é pra ninguém,
Se fosse boa eu não tava na FEBEM,
Exilado sim, já faz algum tempo,
Mas é só questão de tempo pro fim do sofrimento.
Crianças, jovens e adultos, escutem o que eu digo,
Vem comigo, estamos juntos.
Vamos mudar a cara deste país,
Vamos fazer um futuro mais feliz,
Longe de armas, drogas e violência,
Parem, botem a mão na consciência.
Ei sociedade que nos trata como bicho,
Pensam que quem errou não passa de lixo?
Assim como o lixo pode ser trabalhado
O ser humano também pode ser reciclado.

Aquele que perde tem revanche?
 Então aquele que erra merece outra chance!
 Então meus irmãos preservem sua vida,
 Não façam besteira, procure outra saída.
 Por mais que seja grande seu problema,
 Não queira ser mais um grampeado pela algema.
 Se quiser pode me ter como exemplo,
 Que fiz coisa errada e veja o tempo
 Que estou aqui sem direito a sair,
 Pense irmão se tu quer isso pra ti?
 Pois eu acho que não, se tu está firmão, então;
 Curta a vida mas com moderação.
 Termino por aqui, lembre-se do que falei.
 Não queira provar do veneno que eu provei.
 Espero que tenha gostado da mensagem positiva,
 Posso estar exilado, mas eu tenho voz ativa.
 Não entrem para o crime, esta é a realidade,
 Pois só temos uma vida e direito à liberdade.”
 (D.B.G)

2.1 “O QUE SE PODE FAZER PARA EVITAR QUE OS HOMENS TENHAM COMO DESTINO A GUERRA?”¹⁹

“[...] e no ano novo, brindemos
 àqueles que confortavelmente
 aquecidos ordenam que matemos
 uns aos outros.”
 (Feliz Natal, Christian Carion,
 2005)

O jovem que escreveu a letra e compôs a música acima transcrita cumpriu, como referido, dois anos e nove meses de medida socioeducativa em uma unidade da FASE-RS, por ter matado um homem, para não morrer, como ele mesmo coloca. Tal canção foi apresentada ao juiz que julgava sua extinção de medida. Todos se emocionaram com a força, alegria e esperança que pulsavam, no ritmo da música, naquele rapaz. Sua liberdade foi devolvida e o juiz, cativado pelo jovem em sua potência criativa e criadora comprometeu-se em ajudá-lo a desenvolver sua arte.

¹⁹ Pergunta feita por Einstein em carta enviada a Freud, ponto de partida de correspondências entre os dois, no ano de 1932, acerca da guerra. Em 1938 dá-se o início da II Grande Guerra Mundial.

Três dias após o julgamento, D. B. G. morre assassinado na vila onde morava. Sua morte foi noticiada no jornal, no entanto a nota declarava que um jovem recém saído da FASE, onde esteve detido por assassinato, havia sido morto vítima do mesmo mal, provavelmente como retaliação pelo homicídio cometido. Nada mais natural! No entanto, pelas informações dadas por testemunhas, amigos e família, o crime que vitimou D. B. G. nada teve de vingança. Ele foi apenas mais um jovem vítima da violência urbana em nosso país.

A história acima relatada, assim como a música de D. B. G., chegou até mim em uma das reuniões do Instituto de Acesso à Justiça (IAJ), organização criada com o intuito de oferecer auxílio jurídico a jovens em conflito com a lei, bem como funcionar como rede de apoio em que atuam profissionais de diferentes campos nas questões de vulnerabilidade e violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Minha participação neste grupo, que se iniciou também neste ano, foi motivada pela proposta de funcionar como mais uma conexão²⁰ de trabalho e discussão sobre as questões da juventude, em especial, dos jovens com algum tipo de conflito com a lei. O problema da criminalidade requer ações potentes que possam ter uma rede de irradiações na qual se alimentem pelos encontros e esperanças coletivas. São necessários espaços como este, de discussão e análise, que não se localizem apenas no ato praticado, mas que se preocupem com o caminho, com o campo e a modalidade de tal fenômeno.

A violência precisa ser tratada não como questão individual, mas sim inserida numa trama social (e isso implica cada um de nós) em que se produziram os condicionais para o surgimento do delito e do sujeito infrator. A violência se faz presente desde o momento fundante da sociedade, e, como Freud (1996 [1923]) sinalizou, a pulsão de morte circunscreve sempre nossas ações e a vontade de matar não deixa de rondar o processo civilizatório. Mas, ainda que a história da humanidade desconheça qualquer sociedade sem crime, é importante abirmos os olhos para a calamidade já instaurada e pensarmos a contemporaneidade como tempo e espaço de uma trágica crise que devemos recusar como natural.

As mortes de jovens têm ganhado estatuto de um evento corriqueiro. Limpam-se as marcas reais (de carne, de sangue) dos espaços urbanos e toma-se tal feito como possibilidade de apagamento do sem-sentido subjetivo provocado por essa

²⁰ A idéia é que a partir de março de 2007 também serão participantes das seleções para estágio no Projeto Abrindo Caminhos jovens encaminhados pelo IAJ.

interrupção precoce e inesperada, assepsia que nos devolve à paisagem e nos ino-centa de uma cruel indiferença. Nossos rituais de tornar não-acontecido algo que nos revela a falta de controle, de racionalidade são cada vez mais numerosos e talvez mais automatizados. Em Endo (2006), temos que

a violência letal é sempre traumática para o psiquismo e o obriga a uma contra-reação que expulse do corpo e do psiquismo sua presença indelével. Isso não só para quem foi atingido diretamente por um ato violento, mas muitas vezes para um número imenso de pessoas que gravitam em torno do acontecimento e da vítima. (p. 230)

A mídia serve de instrumento anestesiador, quando transforma eventos singulares em imagens massificadas, e os diferentes meios de comunicação não poupam esforços em caçar as imagens mais dramáticas da violência. Para Endo (2006), elas não são expostas com o objetivo de trazer à tona a discussão e a reflexão sobre o terrível da violência, nem para produzir uma nova consciência acerca deste tema. Servem apenas como disparadoras da perplexidade, do impacto emocional e dos horrores inconscientes. As pessoas demandam imagens que produzam emoções fortes, em particular porque vivemos tempos de muita excitação e pouca vibração. Assim, quanto mais apelativa a matéria, mais chances que se reverta em aumento de audiência e patrocínio para a indústria midiática que se constrói nas bases do capitalismo. (OLIVEIRA, 2005).

Com relação à violência urbana, há uma ênfase nas notícias divulgadas pela imprensa nos crimes cometidos por jovens. Ainda que estes sejam os responsáveis por somente 10% do total de delitos, o balanço é outro nas páginas policiais. Oliveira (2005, p. 21) refere que “o foco nos delitos mais graves e violentos, ainda que sejam os menos prevalentes, provocam um hiperdimensionamento da periculosidade do jovem infrator”. No Brasil, a maioria dos crimes praticados por jovens é do tipo não violento; crimes contra o patrimônio são cerca de 60%, enquanto crimes contra vida aparecem em 20%.

Em estudo sobre o mapa da violência²¹, nosso país ocupa o terceiro lugar em homicídios vitimizando jovens, mas alguns estados ultrapassam o primeiro lugar que é da Colômbia, onde o tráfico também é o principal aliciador da criminalidade. A maior incidência de mortalidade se dá entre os 15 e 29 anos, e os jovens da periferia

²¹ Mapa da Violência IV, de Jacobo Waiselfisz (2005). Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH.

são os mais expostos ao crime. As estatísticas trazem números bem diferentes daqueles que aparecem nos jornais: para cada assassinato cometido por um jovem, em torno de cinco deles são vítimas desse mesmo crime. Mas essas mortes, quando não são ignoradas, saem relatadas como seqüência natural de uma vida criminosa liquidada em um ato de revanchismo, como no caso do nosso jovem artista relatado anteriormente.

Enquanto a imprensa destaca as violências praticadas por jovens e marca enfaticamente indicativos sobre uma periculosidade juvenil como inata, a população medrosa torna-se cada vez mais simpática à redução da maioria penal, uma vez que o comportamento violento dos adolescentes aparece associado ao aumento da violência urbana. Sustenta-se, muitas vezes, que o jovem é o principal responsável pela criminalidade e que o ECA só contribui para o aumento da violência. Os crimes, em especial os violentos, é que estão crescendo, e os jovens não são mais violentos que os adultos. (KEIL, 2005).

Em artigo sobre as representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (MEANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2003), a análise das informações que circularam no Brasil na história recente mostra que na imprensa há um acento nos aspectos negativos, demarcando características como agressividade, consumismo, individualismo, rebeldia e imaturidade. As histórias envolvendo jovens são, na grande maioria das vezes, relatos de comportamentos de risco, exclusão e violência.

Quando as pessoas se insensibilizam àquilo que lhes é mostrado é devido à quantidade de imagens despejadas e que tornam rarefeito o conteúdo. O tema da violência juvenil é concebido em tal escala e tratado de forma descontextualizada. Por isso, não é de se estranhar que a violência não seja tratada como fenômeno social, mas como meros casos isolados, que se multiplicam em repetidas matérias, um tanto desconexas, transformando a criminalidade juvenil em um evento individual anômalo e como caso de polícia. (OLIVEIRA, 2005).

A indiferença que se instala é, provavelmente, colocada no lugar da insuportável visão destes fatos. Tal comportamento pode ser visto como expressão da densidade dos afetos diante das vivências de desamparo na contemporaneidade. Além disso, a cultura do medo leva a procura para uma causa do mal e acaba por encarnar nos jovens pobres esse mal-estar. Com relação a imagens de vítimas da violência, Oliveira (2006, p. 22) lembra Sontag e coloca que, “para uma sensibilização, o

que importa é saber quem é morto e por quem, os indivíduos anônimos não comem”. Nas manchetes, há um certo anonimato dos jovens, de quem pouco sabemos, seja quando matam, seja quando morrem. A irrelevância dessas mortes faz da violação de seus corpos um evento privado, o qual não é tratado pela mídia como algo que mereça atenção e reparação na cena pública. (ENDO, 2006).

2.2 INOMINÁVEIS, INVISÍVEIS [...]

“[...] quando a criança e o adolescente
se tornam uma ameaça
é sinal de que a sociedade
atravessa uma profunda decadência.”
Cesare de La Roca²²

Reguera (2005), em seu livro “Crianças de ninguém, crianças de rua”, traça o caminho de volta da delinqüência juvenil tão discursada pela mídia e também pelos especialistas. Traz o retrato da dura realidade vivenciada pelos jovens que desde sua infância convivem com a violência em suas mais diversas faces. Coloca a exploração a que são submetidos desde cedo como origem da delinqüência e define como explorado

aquele jovem que tentou ganhar um sustento impossível por causa do desemprego; aquele que mamou em sua infância tais doses de irracionalidade que não consegue se relacionar sem violência; ou aquele outro cujas expectativas de viver se afogam em álcool, barbitúricos ou caça-níqueis. (REGUERA, 2005, p. 18).

Quando ninguém toma para si o cuidado da criança, quando falha a família, a comunidade, o Estado, a criança encontra a rua como único espaço de acolhida. Incontáveis foram as vezes em que tive de me defrontar com a agressiva cena de ver meninos e meninas ensaiando malabares, acrobacias num equilíbrio capenga que imita a instabilidade de suas vidas. Outras tantas foram as paradas em que distraí o olhar do exterior da rua para o íntimo da bolsa à procura de algo essencialmente dispensável. Com certeza também há esquinas que não me trazem lembran-

²² Ativista pelos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Referência feita por Oliveira (2005) em seu artigo “Quem tem medo da violência juvenil?”.

ça de criança alguma. Talvez minhas estratégias mais eficazes foram disparadas, nesses momentos, pelo botão vermelho dos sinais: atentamente parei, parei de enxergar o que acontecia à minha volta e, como boa cidadã, me concentrei somente no sinal, que me alforriaria quando a luz verde chegasse.

O horror desta tragédia cotidiana traz mesmo no senso comum a idéia de uma negação, de um bloqueio, de um esquecimento, de um recalçamento. Mas a banalização dessa suposta explicação institui e oficializa tal atitude, normaliza e naturaliza uma não-reação e mesmo prescreve tal indiferença como reguladora do bem-estar de quem dirige e também daquele que mendiga. O “Não dê esmola” se pluraliza para um não-fale, não-escute, não-olhe, não-veja, não, não, não... não o quê, mesmo? Ah, nada...

Quando, numa madrugada, voltava no banco de carona, por estar distraída, fui golpeada pela imagem de três gurizinhos que deviam ter idades entre três e seis anos. Eu tinha sono e frio e, naquele momento, raiva por ter que interromper o fluxo do meu caminho até o conforto da minha casa. Mas, mais do que isso, raiva porque aquela cena me tirava qualquer pretensão de conforto ao chegar em casa. Aquele incômodo permaneceria apesar de uma cama com cobertores. Numa outra noite, voltando de um desses concertos comunitários em que havia sido encenado *Carmina Burana*, inevitavelmente refletia sobre a sorte e os infortúnios que nos chegam. Quais são os pré-requisitos para o povo escolhido? Comecei a lembrar do pouco que sabia sobre as histórias do novo (ou velho?) testamento, Jesus, Maria, Paulo, Lucas, Mateus, Abraão, José... Enquanto pensava nesses personagens, me chamam a atenção para um jovem que limpava os vidros de um dos carros. “Como é mesmo o nome dele? Eu conversei com ele para um trabalho.” Nome? Nunca eu tinha pensado como poderia se chamar qualquer uma daquelas crianças e adolescentes. A dificuldade em nomeá-las talvez revele a resistência em conferir-lhes um lugar que nos leva a questionar a manutenção de um sistema que não pode prescindir dos excluídos; se tiverem nome, elas terão, ao menos, um mínimo de história, e isso os enlaça ao fluxo coletivo da cidade e os engendra nos nós que a constituem. Com certeza elas não entrariam naquela seqüência bíblica que eu insistia em formar. Estão à margem dessa linhagem e filiação de escolhidos. No entanto, como nos aponta Corso (1999), todos aqueles considerados “de rua” têm sim, nome, sobrenome, tiveram ou ainda têm pais, mas se localizam expostos entre os diversos abandonos que experienciaram. Na rua, travam “o tema do apelo, do roubo da aten-

ção que desejam. [...] Na rua se vive o drama pelo apelo para ser filho de algo ou alguém”. (CORSO, 1999 p. 277).

Quando nos questionamos sobre quem são esses jovens desafortunados, desafortunados que nos pedem dinheiro, parada, olhar, passagem, que nos pedem para entrar na lógica da cidade, nos damos conta de que nossas fortalezas se resumem em anteparos de fibra, vidro ou metal, tecnologias plásticas que não nos garantem invioláveis. Nosso silencioso desamparo se retorce no encontro com a imagem endurecida, porém frágil, daqueles que nos eximimos de cuidar. Que pequenos são esses, tão perigosos a nossos olhos que esquecemos de dar-lhes nomes? Vivem na errância dos carros, da cidade e ficam numa posição de invisibilidade, de assujeitamento. Ensaios de piruetas e acrobacias e resistem na expectativa de um trocado (ou troca de olhar) que lhes permita energia (ou existência) por ao menos um instante a mais. Limpam nossos pára-brisas na esperança de tirar o pó de nossa cegueira subjetiva. E temos de nos perguntar em que se seguram para viverem suas vidas de cão. (BLOCH, 2005).

2.3 [...] EXPLORADOS

“A vida chega a doer, a enjoar,
a cortar, a roçar, a ranger
a dar vontade de dar gritos,
de dar pulos, de ficar no chão, de sair
pra fora de todas as casas,
de todas as lógicas e de todas as sacadas,
e ir ser selvagem para a morte
entre árvores e esquecimentos,
entre tombos, e perigos
e ausências de amanhã.”
Fernando Pessoa

As práticas discursivas da mídia, da universidade, das políticas públicas em geral se prestam ao jogo que cria verdades sobre esses jovens e os definem como difíceis, inadaptados, perigosos, delinqüentes. A grande parte das vezes a linguagem utilizada, de forma nada neutra, transforma tais adjetivos em substantivos que conferem caráter definitivo e imutável aos sujeitos que ainda estão em formação e

desenvolvimento. (REGUERA, 2005). A narrativa dos próprios jovens, no entanto, é calada, tamponada em nome de um bem maior, de um bem comum, que se aglutina em torno desse silenciamento e ameaça a quem o quiser deixar falar. Os furos não podem aparecer, os restos devem ser mascarados e mimetizados à cena, sem oferecer relevos, declives, escuros ou clarões capazes de produzir espantos.

O homem nasce naturalmente dependente de seu grupo. Sobreviver é receber proteção, aprender a se proteger. Quando tal busca por proteção falha, o ser humano se dobra sobre si mesmo, encasula-se e tende, acima de tudo, a se auto-proteger, à custa de qualquer coisa. Os jovens, ao retorcerem-se para dentro de si, em busca de um mínimo de proteção, dispersam sua potencialidade de vinculação. Submetidos a um desamparo radical,

a violência na adolescência pode ser lida como resposta frente à angústia e ao desamparo que os adolescentes estão confrontados, pois de um lado evidenciam sua condição mediante a fragilidade de uma função paterna, que se encontra impossibilitada de nomear e servir de continência [...]; de outro, os adolescentes denunciam estarem jogados na solitária rede do individualismo contemporâneo [...]. (ROSA JÚNIOR, 2006, p. 78)

A cidade, organização surgida com o objetivo de possibilitar melhores condições de vida, não inclui a todos como beneficiários; assim, os jovens excluídos acabam por sentirem-se liberados dos compromissos da convivência em sociedade. Uma sociedade excludente, que não se compromete com todos, pressupõe a existência da delinqüência; já que *delinquo* quer dizer faltar com seus deveres. Quando não se tem nada a perder, mais fácil a adaptação ao que for útil no momento. Para quem tem algo a perder, um assalto, por exemplo, representa um grande risco que não compensa correr. (REGUERA, 2005). Mas aqueles que sobrevivem apenas de possibilidades deteriorantes percebem a violência como opção para inverter a posição de fragilidade vivida: ele é o poderoso e sua vítima é o vulnerável e inferior (pelo menos em seu imaginário). Refere Oliveira (2005, p. 24) que “muitos de nós não conseguimos imaginar como a violência da desapropriação material e da destituição simbólica da juventude da periferia, em nosso país, é de modo geral aterradora”. Impor dano ou sofrimento ao outro é uma forma de vingança pela humilhação e desamparo diante de situações e condições ultrajantes.

Winnicott (*apud* OLIVEIRA, 2005) coloca que a violência juvenil é um pedido de socorro que, quando não escutado, acaba por resultar em represálias e agrava-

mento da situação. Em Birman (2002), transgredir está a serviço da resistência às normalizações e do questionamento à determinação das normas e das regras. A transgressão moral e ética, tomada por Costa (2002) como uma das possíveis manifestações deste ato, busca novas formas e sentidos de existência.

Para Rassial (1999), o delinqüir questiona e busca desalojar os lugares instituídos na sociedade e interroga o sistema capitalista marcado por enormes desigualdades sociais. O ato delinqüente é uma tentativa de criar outras regras de deslocamento dos sujeitos e objetos, traz um aspecto positivo de apelo à sociedade. Reguera (2005) exemplifica como uma voz que nos diz: “ouça-me, atenda, ajuda-me porque vou de mal a pior e estando só não posso remediá-lo”, mas em vez de arbitrar soluções em favor do clamor por companhia, a propensão cada vez maior é de tratar o problema como caso de polícia e punição. E o castigo, como Nietzsche mesmo cita em sua “Genealogia da Moral” (1998), pode aumentar o medo, mas não é capaz de tornar alguém melhor.

Rosa Júnior (2006), que, em sua pesquisa de mestrado, traz elementos de casos clínicos de jovens acompanhados por ele, refere que

[...] a fragilidade das referências paternas; a falta de perspectivas em relação aos seus ideais – a ponto de demonstrar quase uma absoluta incapacidade de esboçar um horizonte de futuro qualquer; a privação de acesso aos objetos de consumo, tendo como resposta o furto ou a depredação como uma espécie de tentativa, ainda que às avessas, de exercer um poder, jogam-lhes em situações sociais ultrajantes. Assim, demarcam um profundo sentimento de desamparo que muitas vezes se materializa na angústia de buscar reconhecimento e visibilidade social a qualquer preço, onde a violência se apresenta como uma via possível para suportar a dor da própria existência. (ROSA JÚNIOR, 2006, p. 56).

O autor traz a delinqüência dos jovens como uma espécie de conseqüência de uma “adolescência exacerbada”, que realiza uma frenética busca por reconhecimento e conquista de sua própria autonomia. A percepção do futuro como algo evanescente, que nunca se pode garantir ou sequer prever, impede os sujeitos de fazerem planos e impulsiona uma cultura do imediatismo. A isso, soma-se o consumismo alucinado de nossa sociedade, que se apressa em desfrutar tudo o que tem pelo medo do que possa acontecer no futuro.

O risco a que se submetem é uma expressão paradoxal de um querer viver que tem algo ao mesmo tempo de teimoso e trágico.

[...] são pequenas as perspectivas, para a maioria dos jovens, diante de um mercado de trabalho restrito e seletivo. Já suas possibilidades de acesso às demandas de consumo cada vez mais exigentes e que têm na juventude seu alvo preferencial. A sedução é por viver, pelo delito, experiências de aproximação com o dinheiro e o prestígio. (OLIVEIRA, 2005, p. 17).

Para Reguera (2005, p. 78), quando se nega a uma sociedade um futuro suficientemente previsível, a impelimos ao hedonismo e ficamos reduzidos à instantaneidade das satisfações imediatas, à custa de qualquer outro aspecto da vida e da realidade. “Muitas crianças (e jovens) não são capazes de adiar até amanhã o resultado satisfatório de um esforço; às vezes nem sequer são capazes desse esforço, porque tal adiamento requereria ‘esperança’”. O futuro é entendido como algo muito remoto e, assim, torna-se intolerável mobilizador de grande insegurança. Para eles, a opção de planejamento não está colocada, tudo vai acontecendo na atualidade, a experiência é viver o presente e não pensar em viver o presente. O predomínio do ato aparece, em muitos casos, também na infração cometida; o fluxo e a intensidade colocados na permanente atualidade de tudo. No entanto, também é importante programar-se, que implica envolver-se, antecipar e poder viver uma outra lógica que não a da urgência. (BOCCO; LAZZAROTTO, 2004).

Por vezes, o futuro se apresenta como uma névoa obscura cobrindo os sonhos com a fuligem do funcionamento da máquina social e as compulsões repetitivas da história. Encobre, assim, uma das categorias mais essenciais da vida: a esperança. Diante deste cenário, das aglomerações das coisas havidas obstruindo totalmente as categorias do futuro, nosso desafio é saber como abrir furos neste véu do amanhã. [...] Nunca é demais prestar atenção ao alerta lúcido de Lezama Lima, ao mostrar o quanto o poder das imagens costura semelhanças produzindo o que ele nomeia como ‘voracidade das formas’. Muitas destas formas funcionam em nossos tempos como circuitos pulsionais ativados pela pressa da produção, pela necessidade de ampliar o espectro dos consumidores, pela sede de poder que inunda nossos espíritos confusos com promessas, culpas e dívidas. (SOUSA, 2006, p. 167-168).

Nesse mesmo sentido, Reguera (2005, p. 81), ao relatar suas experiências de partilha e convivência com inúmeros jovens explorados, descreve: “Viver na instantaneidade é perder continuidade, consistência, identidade, de certo modo é desidentificar-se. [...] a mudança pura desmorona seus referenciais, suas fronteiras, aquelas com as quais se confrontando iria identificando-se”.

2.4 VELOZ(IDADE)?

“Como vês aqui, requer que agora
 corras tão rápido como possas
 para permanecer no mesmo lugar.
 Se queres ir a outra parte, deves
 correr ao menos duas vezes
 mais rápido que antes.”²³
 Lewis Carroll

Groppo (2000) assegura que a categoria social da juventude tem uma importância crucial para entendermos as sociedades modernas. O movimento e a transitoriedade são suas marcas, identificando-a a essa era em que impera a velocidade, a fluidez e o caráter transitório e polimórfico dos acontecimentos. A adolescência é, inclusive, uma invenção da modernidade, sendo sempre a passagem entre o que é e o que deverá ser. Relaciona-se ao período de transição da fase de ingresso na sociedade para a maturidade. Assim, carrega uma função social de maturação do indivíduo para torná-lo integrado à sociedade moderna.

As pesquisas técnicas sobre a adolescência ao longo do século XX estabeleceram padrões descritivos que foram tomados como fixos e inquestionáveis. Um estudo de Stanley Hall, em 1904, que caracterizou este momento de vida como de turbulência e instabilidade emocional, ainda hoje tem conseqüências visíveis no que diz respeito à representação sobre juventude/adolescência, que toma tal período como de características fixas naturalmente constituinte do desenvolvimento humano. (ME-ANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2003).

Há, em quase todas as sociedades atuais, uma gama suficiente de expectativas em relação à juventude que, paradoxalmente, colocam a demanda por reprodução e mudança social. (ALENCAR, 2003). Vista como um estágio perigoso e frágil da vida, visualiza-se nas ciências modernas um processo de atribuição de perversão da juventude que necessita, assim, de vigilância, disciplinarização e socialização. (GROPPO, 2000). A produção do mito do jovem como mais violento e contestador vem em favor de ações repressivas, em geral destinadas às camadas mais pobres, que obstruem a relação da violência com questões econômicas e socioculturais. (ALENCAR, 2003).

²³ Trecho retirado do livro de Bauman, *Modernidad Líquida*. Tradução minha.

Ao mesmo tempo em que se reconhece atualmente, por pesquisas especializadas, em especial das ciências humanas e sociais, a adolescência/juventude como atravessada por inúmeros e heterogêneos fatores (classe socioeconômica, etnia, contexto histórico e cultural, etc.), vemos que se manifesta uma pressão no sentido de homogeneização da experiência da juventude em decorrência do processo de internacionalização dos interesses econômicos e do papel que a circulação de informações nos meios de comunicação de massa tem em relação aos interesses comerciais em quase todas as sociedades com acesso à tecnologia da informação.

A crença na primazia da razão, cerne do pensamento desenvolvimentista e do modo de ser ocidental, credita uma “identidade adolescente” e localiza em tal etapa o momento inaugural da personalidade que define o sujeito para o resto de sua vida. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). Tal modalidade de entendimento evolutivo fixa e homogênea um alvo a ser atingido: um nível de racionalidade madura circunscrito num “quadro de referências” que contrapõe a possibilidade da singularidade de diferentes formas de existir por um só e mesmo modo de existência. (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Dentro desta mesma lógica, quando juristas, psicólogos, sociedade, Estado etiquetam os jovens como delinqüentes, inadaptados, perigosos o fazem, em geral, numa atitude afirmativa de uma natureza intrínseca que desvia do jeito correto de ser e estar no mundo. Em oposição e resistência a esses rótulos, Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p. 5) trazem as idéias de Foucault, Deleuze e Guattari para defender que “os sujeitos não possuem identidades fixas e impermeáveis, mas são atravessados por uma multiplicidade de forças que os subjetivam incessantemente”. Considera-se que a adolescência/juventude é um objeto que foi construído culturalmente em nossas sociedades e transformado ao longo da história e dos contextos sociais. É preciso recusar o ideal científico da objetividade que requer distanciamento e não-implicação, pois mesmo o “mais autêntico sujeito humano se destrói ao ser tratado como objeto”. (REGUERA, 2005, p. 19). Arriscar no potencial de uma aproximação com o “diferente, marginal, perigoso” para que se produza um encontro mutuamente revelador. Assim, quando se trabalha com a juventude como potência, atravessada por fluxos e devires, multiplicidades e diferenças pode-se, no lugar do “adolescente infrator”, olhar para um jovem no qual a linha da infração é uma dentre tantas outras que o compõem.

2.5 LIGAÇÕES PERIGOSAS: POBREZA E VIOLÊNCIA

“E lá vêm eles, obedientes ao chamado, que é o chamado de suas barrigas e dos últimos vestígios de senso de aventura que ainda lhes restam. Favelas, prostíbulos e guetos os produzem aos montes, e nunca diminui a podridão das favelas, dos prostíbulos e dos guetos. Vagam pelo país como um exército de almas penadas e o país não os quer. Estão fora de lugar. Ao arrastarem seus corpos curvados e castigados pelas ruas e estradas, parecem uma repulsiva prole do subterrâneo. A simples presença, o fato de existirem, é uma afronta ao brilho do sol e às coisas verdes e viçosas. [...] Há exagero neste retrato? Depende. Para quem vê e pensa a vida em termos de números e estatísticas, certamente há exagero. Mas para quem vê e pensa a vida em termos de humanidade e desumanidade, ele não é excessivo. [...] Nos velhos tempos, os grandes cavalheiros ganhavam suas honrarias no campo de batalha, depois de terem partido o inimigo ao meio. E, no final das contas, é melhor matar um homem com um golpe certo, com o silvo de uma espada, do que transformá-lo num animal, assim como todos seus descendentes, pela manipulação artilosa da indústria e da política.” (Jack London, 2004 [1903])

Jack London, no início do século XX, retratou em forma de reportagem social o submundo dos excluídos e dos miseráveis da Londres daquele tempo. Alguma semelhança com nosso aqui e agora? Depende. Talvez hoje podemos pensar que, além de transformar o homem em um animal pela artilosa manipulação da indústria e da política, ainda se jogam armas de fogo (e não mais espadas) para que se matem uns aos outros, mas sem honras e nem nada. A população marginada faz cenário do processo de urbanização em todas as histórias dos povos. Resta saber, no entanto, que seqüência interessa dar a esses quadros.

Em nosso país, a problemática do desamparo e do abandono de crianças e jovens protagoniza nossa história desde a época do Brasil Colônia. Miriam Debieux Rosa (1999) apresenta a trajetória desta questão ao longo dos séculos em nosso país. Às crianças enjeitadas, somam-se ainda, no século XVII, órfãos que vieram de Portugal junto às missões jesuíticas para educar e catequizar os órfãos da terra (cri-

anças mestiças). Também nesta categoria, estão os filhos da Lei do Ventre Livre, de 1871.

Durante o século XVIII, o cuidado das crianças ficou a cargo de instituições como confrarias, irmandades e santas casas de misericórdia. Apenas nos anos 20 o Estado passa a se responsabilizar pela proteção da infância e o termo menor é calçado como designação dos pequenos pobres que precisavam deste amparo. As décadas de 30 e 40 foram marcadas pela difusão do internato como modelo institucional de proteção e controle desses menores. Nesta mesma época, final do século XIX e início do século XX, a obra de Darwin, “A origem das espécies”, serviu como respaldo para tratados de Medicina, Psiquiatria, Antropologia e Direito que pregavam, em teorias racistas, a purificação da espécie e, seguindo o modelo da eugenia, a esterilização dos chamados degenerados como profilaxia para os males sociais. Coadunado a essas teorias, o movimento higienista brasileiro, do qual fizeram parte especialistas de diversas áreas e expoentes da ciência da época, teve seu apogeu em 1920, quando foi criada a Liga Brasileira de Higiene Mental. Encabeçada por Gustavo Riedel, tinha como premissas e objetivos o aperfeiçoamento da raça, colocando-se abertamente contra negros e mestiços (já na época), a maior parte da população pobre brasileira. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

A unificação da preocupação mundial em torno do tema da infância e da juventude desassistidas materializa-se na criação, em 1948, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, a UNICEF, seguindo iniciativas centralizadoras. Em 1964, a FUNABEM surge para coordenar e fiscalizar as entidades destinadas a cuidar do bem-estar do menor (FEBEM). Num movimento por evitar segregações e preconceitos em relação aos pobres, mas garantir que tenham seus direitos atendidos, é redigido, em 1990, o texto final do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conclui Rosa (1999, p. 2): “Ao lado desta história, de cuidados e descuidos, pode-se constatar um discurso que contém o imaginário social sobre a questão, um *discurso social* de mão dupla a respeito dessas crianças: o *discurso da pobreza* e o *discurso do perigoso*”. A representação social que associa os pobres às classes perigosas tem como consequência que as crianças e adolescentes pobres sejam vistos como perigosos ou potencialmente perigosos – os pequenos bandidos. É, portanto, sobre eles que incide, preferencialmente, o aparato repressivo-policial ou repressivo assistencial. (ROSA, 1999).

No entanto sabe-se que a relação direta entre pobreza e violência é fabricada quando se analisam outros contextos sociais. Na Índia e em algumas regiões da África, embora mais pobres que a população brasileira, apresentam-se índices de violência bem menores. A desigualdade social, essa sim, é uma das maiores causas de violência²⁴, em especial entre os jovens, maiores alvos e também os mais suscetíveis aos apelos do consumo e da necessidade de integração a sociedade por esta via. As cidades traçam mapas de criminalidade e sempre a periferia aparece como zona de “alto risco”. Localizar a violência e encarná-la em alguém, grupo ou classe social é também proclamar nossa inocência, e negarmos qualquer cumplicidade. (KEIL, 2005).

O inevitável pode nos fazer lamentar ou nos pode assustar; o que não pode é nos fazer sentir culpados. A facilidade para naturalizar os fenômenos é o álibi perfeito para uma sociedade que não quer assumir responsabilidades. O problema da desigualdade e da violência, por exemplo, é posto como subproduto inevitável do desenvolvimento e, assim, deixa como únicas alternativas a recusa ao desenvolvimento ou a resignação às suas conseqüências. Então, “se a delinqüência nasce, ninguém deverá se sentir atingido. Ela nos permitirá, inclusive, gozar do privilégio da compaixão... embora, depois, nos apressemos em isolá-la”. (REGUERA, 2005, p. 15).

Queiroz (2006) começa seu livro “Em nome da pobreza” com a pergunta que o poeta peruano César Vallejo se fez um dia sobre quantos pobres são necessários para fabricar um rico. Quatro séculos antes, Thomas Morus, na “Utopia” (1516), deu-lhe uma direção de resposta: “Um rico, ainda que ignorante, estúpido e imoral, tem, sob sua dependência, uma multidão de homens inteligentes e virtuosos”. A autora segue com a idéia de que os ricos – que não produzem riqueza nem contribuem para a sua produção ou, se o fazem, não convertem o lucro em capital circulante – fagocitam um número cada vez maior de pobres. Em consonância com essa formulação, Coimbra e Nascimento (2003, p. 21), em artigo sobre o mito da periculosidade em relação a jovens pobres, apontam a proposição de Marx sobre a conexão da produção da miséria com o capitalismo, “a formação da riqueza, a acumulação do capital, produz, também, o seu contrário: a miséria. Pela ótica e ética do capitalismo,

²⁴ IPEA, dezembro de 2006.

a miséria passa a ser naturalmente percebida como advinda da indolência e dos vícios inerentes aos pobres”.

A forma como a pobreza é tratada nos tempos atuais é um dos pontos fortes da pesquisa de mestrado realizada por Bocco (2006), encontrada no capítulo “A pobreza em três tempos: criminalização, militarização, rentabilização”. A autora inicia sua escrita fazendo uma provocação sobre as instituições carcerárias e as comparando com indústrias às quais têm na pobreza sua fonte de matéria-prima essencial aos propósitos do capitalismo contemporâneo.

[...] se as diversas instituições carcerárias passaram 50 anos produzindo o que elas mesmas definem como criminosos – pelo menos 70% de sua produção – e não ‘recuperando’ os sujeitos, como alegam propor-se inicialmente, nem passando por nenhuma transformação neste período, é porque o interesse efetivamente é outro. (BOCCO, 2006, p. 66).

É fácil e pertinente, para os governos, desviar a atenção do problema da insegurança causado pelo desemprego, pela falta de condições de estrutura e de assistência à saúde e concentrá-lo em assuntos mais excitantes como a delinquência, em especial os delitos cometidos por jovens. (REGUERA, 2005). Para estes, chegam propostas de solução que se pautam, em sua maior parte, em medidas de repressão e punição cada vez mais severas e aplicadas mais precocemente àqueles que deixaram de ser o “futuro da nação” para entrar nos discursos como grandes ameaças à segurança pública. Os jovens infratores são os “bois de piranha” a uma população que em massa demanda por justiça. No entanto, a justiça que se busca é transfigurada, pelos interessados, de uma justiça social para uma justiça penal. Assim, sob o pretexto de promoção da paz, as políticas públicas escondem os reais interesses econômicos e criam estratégias defensivas e de controle da ordem à ameaça da pobreza. Wacquant (2001, *apud* BOCCO, 2006, p. 67) aponta que o aumento da criminalidade é, antes de mais nada, “uma temática político-midiática visando a facilitar a redefinição dos problemas sociais em termos de segurança”.

Nessa via surge o primeiro tempo da pobreza: sua criminalização. O Estado penal que se instala mundialmente junto ao liberalismo como oposição do Estado do bem-estar social²⁵, existente nos anos 60 e 70, passa, a partir do início dos anos 1980, a privatizar todas as suas funções sociais, colocando-as nas mãos de ONGs

²⁵ É importante lembrar que esta organização de Estado não chegou a existir no Brasil, que passou por 20 anos de ditadura militar muito opressora, racista e elitista, saindo diretamente para os tempos de neoliberalismo.

ou de instituições privadas. Seu posto fica, assim, restrito a de um agente que assegure a ordem e mantenha estável o mercado desempenhando uma função apenas policial; oficializando seu papel punitivo e o eximindo de compactuar com o surgimento do problema. Cada vez mais os discursos dominantes legitimam o fenômeno da criminalização da pobreza presente em nossa história desde tempos remotos.

Em nosso país, uma vez criminalizadas, as camadas pobres passaram a ser alvo de uma nova modalidade de atuação do Estado penal. A militarização *made in Brazil*, como chama a autora, é, para ela, o segundo tempo da pobreza. O clima de insegurança e tensão nacional, estabelecido com a ajuda da imprensa, baseia-se em um sentimento compartilhado de medo. Não é à toa que há uma adesão discursiva ao sentimento de medo, insegurança e vulnerabilidade, que passam a ser determinismos socializadores cada vez mais presentes no convívio urbano, com uma representação coletiva sobre o medo apropriada pelo discurso midiático como consequência de uma violência urbana. (ECKERT; ROCHA, 2005).

Absorver passivamente qualquer informação sobre violência só reforça o clima de obsessão reinante e acaba por difundir ainda mais a violência, e não necessariamente as soluções para o problema. No livro “Cultura do Medo”, que inspirou o filme “Tiros em Columbine”, de Michael Moore, seu autor, o sociólogo Barry Glassner, diz que há toda uma indústria interessada na disseminação desta idéia, pois pessoas com medo tornam-se consumidores mais vorazes. E cita que, nos últimos anos, nos Estados Unidos, houve um aumento de 600% na quantidade de notícias sobre violência, enquanto as taxas de criminalidade caíram 20%.

Para Bocco (2006), todo esse esforço em prol da difusão de um medo generalizado e constante se justifica porque é muito mais fácil governar uma sociedade em estado permanente de pavor e desconfiança do que lidar com uma sociedade solidária e preocupada com os processos coletivos, além de atuar como justificativa de adoção de políticas autoritárias de repressão e controle social.

Ante a necessidade de segurança social, o estado se encarrega de oferecer segurança criminal. Como principal exemplo da estratégia de militarizar as ações obre a pobreza, destaca-se o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), grupo integrante da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Criado em tempos duros da ditadura, desde 1978 tem espalhado terror aos moradores das áreas consideradas de risco, leia-se as favelas e os morros cariocas.

[...] O interrogatório é muito fácil de fazer. Pega o favelado e dá porrada até doer. O interrogatório é muito fácil de acabar. Pega o bandido e dá porrada até matar. [...] Bandido favelado não se varre com vassoura. Se varre com granada, com fuzil, metralhadora.

Tais versos²⁶ são repetidos em gritos cantados pela tropa de elite²⁷ da Polícia Militar do Rio em seus exercícios matinais e revelam em que princípios são baseadas suas plataformas de atuação. E, como sabemos, tais ações têm destinos com raça e cor definidos. “Livre do açoite da senzala”, o negro está, hoje, “preso na miséria da favela”²⁸ e submetido às violências sociais e policiais. A discriminação ao pobre é, também, herdeira da escravidão.

No documentário “Quanto vale ou é por quilo?” (2005)²⁹, traça-se exatamente este paralelo entre a escravatura e a rentabilização das camadas miseráveis, que Bocco (2006) aponta como terceiro tempo da pobreza. A criação de uma imensa malha de serviços e instituições voltados ao atendimento não mais de uma população apenas pobre, mas também criminalizada, vem em nome da necessidade de uma ordem pública que precisa conter tal ameaça.

Bocco (2006) refere o sistema penitenciário³⁰, cujos exemplos de privatização mostram lucros enormes para as concessionárias com sete dentre as quinze maiores, nos Estados Unidos, figurarem suas cotações na bolsa Nasdaq. Também há toda uma indústria de segurança privada para dar conta da demanda ocasionada pela proliferação do medo atribuído às classes perigosas que se estende desde “tecnológicos produtos de vigilância, sistemas de eletrificação de cercas, de pessoal especializados, de alarmes e de um sem fim de outras mercadorias”. Há uma cifra bem elevada em torno deste negócio. Neste lucrativo mercado também entram muitas Organizações Não-Governamentais (ONGs), fundações e empresas “sem tais

²⁶ Trecho retirado do livro Cabeça de Porco, de Mv Bill, Luiz Eduardo Soares e Celso Athayde (2005).

²⁷ Um pouco da realidade desse Batalhão de Operações Especiais da polícia do Rio de Janeiro foi retratado em recente filme do diretor José Padilha, lançado neste ano de 2007. Apesar das contribuições do ex-capitão do BOPE, Rodrigo Pimentel, que escreveu em parceria com o sociólogo Luis Eduardo Soares o livro “Elite da Tropa”, Padilha afirma que o filme não é uma adaptação do livro. No entanto ali está posto o cotidiano dos policiais desta e de outras corporações em suas práticas no combate ao tráfico e à violência no Rio de Janeiro. Tal película abriu uma grande discussão acerca da licitude e da ética das ações policiais e da participação da sociedade que financia o tráfico.

²⁸ Versos do samba-enredo “Cem anos de liberdade, realidade e ilusão”, da Mangueira, em 1998.

²⁹ Quanto Vale ou é por Quilo? (2005). Direção: Sérgio Bianchi.

³⁰ No Brasil, já foram inauguradas três experiências de alguns setores ou tarefas em presídios – Paraná, Bahia e Ceará – e no Rio Grande do Sul há um projeto em tramitação, chamado PPP Prisional (Parceria Público-Privada Prisional), com o objetivo de terceirizar os presídios. As formas de repasse de verbas às empresas privadas que passariam a administrar o cárcere vão desde moeda corrente, títulos, incentivos ou isenções fiscais até ações de companhias estatais.

fins”. Elas consomem mais de 45% das verbas estatais que poderiam ser destinadas diretamente às famílias. (BOCCO, 2006).

A ‘marginalidade’ não é mais esse mal que afeta os ociosos, mas também algo que beneficia a não poucos trabalhadores. Não se trata mais que o desemprego origine ‘grupos de risco’, mas esses ‘grupos de risco’ estão colocando comida na mesa de muita gente, entre policiais, guardas, criminologistas, agentes judiciais, guarda-costas, políticos, jornalista, publicitários, psicólogos, economistas, sociólogos, assistentes sociais, educadores, monitores, professores acadêmicos, e um longo etcêtera que inclui até cineastas e escritores. (BOCCO, 2006, p. 79).

O que percebemos é que a pobreza sempre foi encarada como ameaça à ordem dominante e sua existência, ainda que útil em certa medida, e precisou de variadas formas de controle.

Em décadas anteriores, as novas gerações suburbanas e rurais empobrecidas eram dizimadas pela mortalidade infantil, gerada pela desnutrição ou por doenças infecto-contagiosas, agora os adolescentes passam a ser vítimas de uma política organizada do abandono, que produz esse genocídio juvenil autofágico e fratricida. No entanto, a violência dirigida a esses jovens não consegue neutralizar o medo da sociedade. Talvez a culpabilização dessa população pela violência funcione como uma exortação o medo, entretanto, pode sempre ressurgir. A banalização do mal é um processo pelo qual um comportamento habitualmente reprimido, como é o caso do extermínio, constitui-se em norma de conduta ou mesmo em valor. (OLIVEIRA, 2005, 22-23).

Para o delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury (*apud* BENEVIDES, 1983, p. 57)³¹ – conhecido por sua participação em torturas a presos políticos durante a ditadura – “bandido era visto como um fenômeno da natureza”. Dizia ele: “Você cria cachorro? Numa ninhada de cachorro vai ter sempre o cachorrinho que é mau-caráter, que é briguento e vai ter outro que se porta bem. O marginal é aquele cachorrinho que é mau-caráter, indisciplinado, que não adianta educar”.

Retomo um trecho da canção que pauta o início da escrita deste capítulo: “Ei sociedade que nos trata como bicho. Pensam que quem errou não passa de lixo? Assim como o lixo pode ser trabalhado, o ser humano também pode ser reciclado”.

Nos versos do jovem aparece de maneira perturbadora a comparação dos infratores com o lixo. Com certeza, esta não é uma construção ocasional. Mesmo que não tenham sido conscientemente intencionados, os versos que se ligam revelam os

³¹ Referência feita por Coimbra e Nascimento (2003, p. 22) no artigo “Jovens pobres: o mito da periculosidade”, na obra de Fraga e Iulianelli, “Jovens em tempo real”.

tipos de pontos com que o social tem costurado a realidade. O que fazer, como afrouxar essas amarras, para que se possam tecer novas relações, novas rimas? Um caminho, talvez o mais recomendado, é sugerido. Há necessidade de um processo de esclarecimento de valores, mobilizando as pessoas para examinar a estrutura violenta em que vivemos, as formas de sociabilidade que operam em nosso cotidiano, ou como nos fala a esquizoanálise a produção de subjetividade violenta em nossas vidas. É importante trazer à tona a exterioridade decisiva na produção da violência para além das explicações em torno de uma patologia individual ou de referências identitárias a-históricas. Assim, também para tratar as misérias como quem trata de uma praga que não pára de crescer. (OLIVEIRA, 2005).

Como nos aponta Foucault (1979) sobre a resistência:

[...] Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. [...] Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (p. 241)

Assim, se onde há poder, há resistência, podemos pensar que num mundo de crescente postura individualista ocorrem fenômenos de enfrentamento a esse esvaziamento de ideais coletivos. A resistência, para ser efetiva, precisa ser como o poder em seu potencial inventivo e na sua condição de mobilidade. Sabemos que há muitas iniciativas de pessoas que acreditam no poder da integração em favor da coletividade e têm consciência de que só há possibilidade de justiça se esta for para todos, se as possibilidades de bem-estar forem oferta a todos acessíveis. E se for resgatado o valor da experiência em detrimento do uso fugaz e descartável dos produtos, já que experimentar supõe a construção de singularidades na qual está, necessariamente, implicada a existência de uma alteridade que confira lugar de troca e testemunho de uma transmissão.

Quem lê o revolucionário (por sua destreza em mostrar de modo direto e executável) “Segurança tem saída”, do antropólogo Luís Eduardo Soares, toma consciência de que o problema da violência é uma questão complexa e, assim, precisa de ações sistêmicas, integradas e organizadas de forma comprometida e eficiente. É preciso coragem para atacar em bloco! No entanto, é da mesma maneira importante que experiências pontuais se instalem como propositoras e executoras de mudanças

e perspectivas de movimentos em busca de soluções. Dessa forma, construindo um foco de resistência, surge a possibilidade de contágio da problematização e questionamento das práticas instituídas até então. Abrem-se caminhos para novos modos de existência e multiplicadores de idéias e ideais nascentes e vibrantes. Este é o princípio da esperança, afeto expectante da utopia, fazer furos na solidez das verdades instituídas e incontestáveis. O ato utópico é um ato político, de suspensão de tempo e interrupção de fluxo. São movimentos de resistência, muitas vezes impactantes por sua sutileza, como da caminhada Flavio de Carvalho, em 1931, no contrafluxo de uma procissão de Corpus Christi. O artista precisou da intervenção de policiais para não ser linchado pela multidão, enquanto ironicamente anunciava: “[...] mas eu sou um só!”. Um caminhante que desestabilizou a crença de haver um único caminho!

3 PISTAS PARA UM TRABALHO POSSÍVEL

Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que vem conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto o quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. Talvez me digam que esses jogos consigo mesmo têm que permanecer nos bastidores; e que no máximo eles fazem parte desses trabalhos de preparação que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que o filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não constituir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? Existe sempre algo de irrisório no discurso filosófico quando ele quer, do exterior, fazer a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la, ou quando pretende demonstrar-se por positividade ingênua; mas é seu direito explorar o que pode ser mudado, no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho. O ‘ensaio’ – que é necessário entender como experiência modificadora de si no jogo da verdade, e não como apropriação simplificadora de outrem para fins de comunicação – é o corpo vivo na filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma ascese, um exercício de si, no pensamento. (FOUCAULT, 1984, p. 13)

3.1 PERCURSOS ESTRANGEIROS

“Devia ser proibido debochar de quem se aventura por uma língua estrangeira. Certa manhã, ao deixar o metrô por engano numa estação azul igual à dela, com um nome semelhante à estação da casa dela, telefonei da rua e disse: **aí estou chegando quase**. Desconfiei na mesma hora que tinha falado besteira, porque a professora me pediu para repetir a sentença. **Aí estou chegando quase...** havia provavelmente um problema com a palavra quase. Só que, em vez de apontar o erro, ela me fez repeti-lo, repeti-lo, repeti-lo, depois caiu numa gargalhada que me fez bater o fone. [...] Hoje, porém, posso dizer que falo húngaro com perfeição, ou quase.” (Chico Buarque, “Budapeste”, 2003).

Tomo de empréstimo este fragmento do livro *Budapeste* para iniciar minha exposição a respeito do tempo e do espaço do meu mestrado em que os jovens, em

suas realidades e virtualidades, compuseram o campo da minha pesquisa. Mas ao revelar minha intenção de me proteger, nas palavras do aprendente de húngaro, quero expor meus titubeios, hesitações e alguns vacilos durante este tempo de viagem pelo mestrado. Ao errar de cores, direções, acabei por chegar, ao meu tempo, ao Estação, que me acolheu. O percurso da viagem, em seus desvios, foi o que possibilitou e até mesmo construiu o ponto de chegada desses encontros. Abrir caminhos significa multiplicar possibilidades, e, ainda que se precise escolher um só em um determinado tempo, remover paredes implica conviver com outros possíveis numa maior proximidade. Sempre que dá, escolho o português para me comunicar, ficar no conhecido concede uma sensação de segurança que se confunde com liberdade. Mas se arriscar por territórios estrangeiros é que nos amplia a consciência do restrito contorno que conseguimos iluminar e nos impele a girar a lanterna em busca de novos mundos aos quais também pertencemos. Não pretendo (ainda) desbravar a língua húngara; meu intento, talvez, seja de correspondente ou maior dificuldade ainda que (ou exatamente por) se construir em realidades brasileiras.

Sinto-me no compromisso ético, político (e por que não cívico?) de deixar de ser apenas uma espectadora das barbáries cujas balas cada vez mais têm se “perdido” por todos os espaços das nossas cidades, revelando não mais haver anteparos invioláveis à violência. A calamidade está instalada, e devemos recusar esta trágica crise da contemporaneidade como algo natural. Ao escolher o tema da violência para tratar das condições de possibilidades da produção de utopias e juventudes em nosso contemporâneo, opto por um cenário de urgência que precisa ser falado, discutido, refletido e não apenas especulado, noticiado, vendido. Propaga-se a cultura do medo, afeto este opositor da esperança e que, para Bloch (2005), paralisa os movimentos e os desejos de transformação coletivos. Ao capitalismo interessa uma sociedade temerosa, pois é mais fácil governar aqueles que se encontram em permanente estado de pavor e desconfiança do que lidar com uma sociedade solidária e preocupada com os processos do coletivo social. Ao mesmo tempo em que se incrementa o medo, deturpa-se a função da utopia com a atribuição de tom pejorativo ao uso desta palavra. Contamina-se o vocábulo para matar a idéia? Ao utópico, hoje, está reservado um lugar de menos valia. Mas talvez seja aí mesmo que possamos encontrar a sua força, já que se põe ao lado de toda uma gama de desqualificados, inadaptados. E talvez seja também nestas canaletas, sob o ângulo marginado da cidade, que a utopia encontre a juventude delinqüente. O mesmo medo que emplaca

o fim das utopias motiva a opinião pública no desejo de extermínio desses jovens, acusados e sacrificados como encarnação da insegurança e do mal-estar na atualidade.

A corrente impetuosa é chamada de violenta / Mas o leito do rio que a contém / Ninguém chama de violento / A tempestade que faz dobrar as bétulas / É tida como violenta / Mas) e a tempestade que faz dobrar / Os dorsos dos operários na rua? (CULTURA BRASILEIRA, 2007c, *on-line*)

É nesta corrente que sigo, na necessidade de examinar o leito e tentar descrever as erosões, os depósitos de lixo, as extrações de terra, a poluição e outras afetações que transformam os relevos do curso do rio e terminam por mobilizar um potencial destrutivo nas águas que ali se deleitavam. Meu trabalho consiste em experimentar as intensidades dessas águas e pensar que desenhos são possíveis de construir neste território agitado, mas cheio de elementos potencialmente transformadores à expansão da vida. Castores, galhos, pedras, grades, flores, sementes, mentes, ventos, gente, setores, times, filmes, universidade, universo, versos, “raps”... juventudes, utopias!

Cartografar os mapas dessas paisagens tão familiares quanto estrangeiras é o desafio que se coloca para minha pesquisa. É sabido que não há neutralidade; há uma constante mistura nos inevitáveis esbarros, tropeços e encontros dentro do campo que também vai se criando por e nesses movimentos. Mas será que deixo, em algum momento, de ser uma estranha, exótica àquele lugar que resolvi habitar? Implicar-se talvez signifique ocupar exatamente esse entre, deixar atravessar-se e permitir às linhas que guiem ora numa, ora noutra direção e, sempre, analisar esses dispositivos em seus movimentos. Talvez o exercício da narrativa seja uma boa pista para como esse fazer pesquisa opere na intervenção e produza experiência no relato de uma vivência a um outro. Nesse ato de transmissão, grava a marca da singularidade de um narrador, numa narrativa que carrega o coletivo.

Esse modo de pesquisar nos leva a outra questão importante: o compromisso do testemunho. Testemunho este que se propõe crítico, que implica uma tomada de posição e se lança a questionar o tempo em que se insere. É dizer, ainda, que as mesmas coisas (que outros já disseram), de outra maneira, pois o novo para Bloch (2005) é o novo olhar; assim, não é matéria, é ação, cuja potência é atualizar-se sempre.

A pertinência em se discutir sobre as possibilidades de produção da juventude neste contemporâneo é poder fazer furos no discurso, cada vez mais sincronizado e estereotipado na sociedade brasileira, de que há uma juventude pobre criminosa que deve ser duramente combatida como causa maior da violência. A aposta deste trabalho é pensar em como podemos subverter esta lógica capitalista que isola o indivíduo e no qual localiza toda a responsabilidade pelo seu lugar na sociedade. Refletir sobre o modo de funcionamento social e analisar de que forma estamos implicados nestas construções leva a um reconhecimento de que o trabalho com a infração juvenil “não se limita a uma intervenção com jovens privados de liberdade, (mas) opera como prática de enfrentamento das forças de imobilização e captura que nos atravessam a todo momento”. (BOCCO, 2006). O importante é ter presente que o jovem não é apenas infração!

A seqüência desta escrita está composta pelos bons encontros que se deram a partir do início da saída a campo deste estudo, que se deu no último verão, num(a) *Estação que Abriu Caminhos*.

3.2 DEL RIGOR DE LA CIENCIA

“... En aquel Imperio, el Arte de la Cartografía logró tal Perfección que el mapa de una sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del Imperio, toda una Provincia. Con el tiempo, esos Mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio, que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Actas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones Siguientes entendieron que ese dilatado Mapa era Inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. [...]”
(Jorge Luis Borges)

Nestes poucos parágrafos que se seguem, são apresentadas algumas idéias que se referem ao modo como se realizou o presente trabalho. São proposições acerca do que se convencionou chamar metodologia – conceito que Maria Vitória Benevides subverteu para uma “odometria” e que dizem do entendimento sobre o como se dá e se faz possível e pertinente um trabalho de pesquisa. Alguns pontos do texto

freudiano servem-me como indicativos de dimensões a serem experimentadas nos caminhos a seguir durante o percurso da pesquisa. Assim, conceitos e formulações da psicanálise circulam pelo texto numa tentativa de enlace com os fatos e experiências do trabalho de campo.

[...] insistindo em que a atenção deveria ser desviada da impressão geral e das características principais de um quadro, dando ênfase à significação de detalhes de menos importância como o desenho das unhas, o lóbulo de uma orelha, de auréolas e de outras trivialidades não consideradas [...] seu método de investigação tem estreita relação com a técnica da psicanálise que também está acostumada a adivinhar coisas secretas e ocultas a partir de aspectos menosprezados ou inobservados, do monte de lixo, por assim dizer, de nossas observações. (FREUD, 1996 [1914], p. 226-228)

Diante do terreno sobre o qual debruçamos nossas atenções e reflexões, uma problemática de imensa complexidade e profundo envolvimento com a construção de nossas próprias subjetividades, por estar de alguma forma presente em nossa constituição enquanto sujeitos e sociedade, precisamos de um guia metodológico que se preste a acompanhar as ondulações deste campo que a todo o instante atualiza-se e habita-se em diferentes contornos. A atenção do cartógrafo “faz emergir um mundo que já existia como virtualidade e que, enfim, ganha existência ao se atualizar”. (KASTRUP, 2007, p. 21). Pelo entrelaçamento com o que se cartografa, tal direção de pesquisa é que não faz mais sentido falar em “objeto de pesquisa”, pois a relação dialética de teoria e prática é transposta. Através do um entendimento de mútua produção e de transversalidade: os conceitos constituem territórios. (KIRST *et al.*, 2003).

Este “eu” não é mais o pesquisador dotado de um saber neutro, mas sim passa a ser uma linha de um agenciamento, um agregado repleto de nós e tranças que o fazem cartógrafo. O trabalho é a partir de formas que vão sendo construídas no fazer-pensar. Esse pensar não depende apenas da racionalidade, mas também de uma afetação, o que requer um corpo que sinta, que viva, que organize todas essas intensidades em formas possíveis de serem compartilhadas, condição para a sobrevivência neste mundo inventado por nós. Então, a idéia de fazer parte de um agenciamento coletivo não significa desfazer-se de uma singularidade, pois é o “eu” que dá voz a qualquer produção.

Quando Maturana (2005) fala sobre as explicações científicas, ele as coloca sempre em uma categoria que não pode prescindir da experiência e, tampouco, e-

naltecer o controle como imperativo de validade. O mundo é uma imensidão que escapa ao controle e mesmo à percepção. Apenas podemos falar de um lugar que nos esforçamos para não ser tão infinitamente restrito. E mais de que a partir de um lugar, de um olhar, falamos sobre um evento ou situação circunscritos num determinado tempo, de um determinado contexto que determina tanto o próprio evento ou situação como também nos limita o modo de percebê-los.

Falamos de controle quando a vida cotidiana nos mostra que não controlamos nada. Guiados pela idéia de controle somos cegos à nossa circunstância, porque nela buscamos a dominação que exclui o outro e o nega [...] O que explicamos é sempre uma experiência. Por isso, quem descreve o que vai explicar, descreve o que se fez para ter a experiência que se quer explicar. (MATURANA, 2005, p. 55)

Com certeza, toda cartografia é singular. Ela é o desenho que só pode ser feito em um determinado tempo, por determinadas pessoas, segundo determinadas condições e certos limites. Nesse sentido, percebemos o quanto a cartografia pode ser aproximada à prática psicanalítica. Fazer um mapa dos detalhes, das derivas, dos tempos, das recusas, da poética que se constrói na enunciação é em essência o que o método psicanalítico busca.

Tempestade de escolher rotas a serem criadas, constituir uma geografia de endereços, de registros de navegação, buscar passagens... Dentro do oceano da produção de conhecimento, cartografar é desenhar, tramar movimentações em acoplamentos entre mar e navegador, compondo multiplicidades e diferenciações. (KIRST *et al.*, 2003).

3.3 EM MEIO ÀS LACUNAS; SONHO!

“Todas aquelas vidas, que estavam destinadas a passar ao lado de todo o discurso e desaparecer sem nunca terem sido ditas, não puderam deixar traços – breves, incisivos, enigmáticos muitas vezes – senão em virtude do seu contato momentâneo com o poder. [...] Afinal, não será um dos traços da nossa sociedade o fato de o destino tomar aqui a forma da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra a sua energia, encontra-se efetivamente onde elas se confrontam com o poder, se batem com ele,

tentam utilizar-lhe as forças ou escapar-lhe às armadilhas.”
(Foucault, “A vida dos homens infames”, 1992)

3.4 CAMINHOS AO SABOR DO VENTO (VIDA)

“Quando o caminhante canta na escuridão,
recusa seu estado de angústia,
mas nem por isso pode ver mais claramente.”
(Freud, 1988 [1926])

Os primeiros passos pelo campo de pesquisa sempre são direcionados a um outro, ou a muitos outros. É sair da universidade, da proteção do orientador e partir ao encontro de novas parcerias, construir uma nova rede e utilizar-se dessas novas linhas (em conjunção com o que já se produzira de saber anteriormente) para tricotar a pesquisa e, também, a si mesmo.

Quando, ao final do primeiro ano do mestrado, pude dar um contorno mais definido ao plano de estudo, tive de fazer todos os contatos de praxe para o início da pesquisa. Inicialmente se deu a apresentação da proposta ao grupo de extensão Estação PSI; ainda que informalmente e de forma individualizada, a cada um dos participantes do Estação, já houvesse colocado a minha proposta de integrar o grupo e inserir-me no projeto como espaço para a discussão e análise do meu tema de pesquisa de mestrado, foi importante o pedido de apresentação “oficial” a todo o grupo da minha intenção e plano de participação. Foi combinado, através da lista de *e-mails* que o grupo mantém, um determinado dia em que minha apresentação entraria como pauta da reunião. Como citado acima, considero que tal momento foi de uma relevância extrema para a seqüente inserção no curso do projeto e demais afluentes que mais adiante passei a percorrer. Naquele dia, ao colocar minha idéia e receber o retorno favorável à minha entrada, passei a me sentir parte do grupo e, de certa forma, filiada ao Estação. Mesmo que minha presença concreta e sistemática tenha durado apenas alguns poucos meses, com certeza, muito do que se apresenta neste texto seja um “agenciamento coletivo” das vozes, escritas, afetos, pensamentos e criações de todos os que encontrei a partir de me movimentar, ventovidar³²

³² Ventovida é o nome de uma das listas virtuais do grupo Estação.

por este Estação. Certamente, no entanto, há também nesta dissertação pontos de corte, de conflitos, de dúvidas e de outras buscas, alguns desvios³³ próprios da minha juventude enquanto pesquisadora ao transgredir com o lugar de filiação e, justamente, por lá ter aprendido a se experimentar nas diferenças.

Outra autorização necessária era a permissão da Procuradoria, para que eu entrasse como pesquisadora inserida no projeto Abrindo Caminhos, uma das intervenções de extensão do grupo que ocorre naquele local. A primeira apresentação foi realizada pela estagiária do Estação na PR³⁴, que me levou até a responsável pelos estágios naquela instituição (tanto o dos jovens do projeto quanto os universitários, incluindo os da psicologia). Nesse momento é que se acordou minha inserção em algumas atividades com os jovens na PR enquanto pesquisadora participante do grupo Estação PSI. Não houve, entretanto, qualquer contrato escrito, formalidade ou burocracia.

Minha escolha foi por participar, de forma sistemática, dos grupos que aconteciam todas as quintas-feiras. Estar junto com os jovens, misturar-me com eles e aventurar-me pelo universo juvenil atravessado pela marca da infração, da transgressão (como todas as outras juventudes?), mas potente em infinitos outros movimentos. Precisava estar ali, para escrever sobre isso, sobre as construções de juventude enlaçadas com as possibilidades de utopias em nosso tempo, precisava vivenciar uma tentativa de intervenção dentro desse propósito utópico do não-determinado, alicerçado na aposta da potência da invenção e da criação e que o novo surge com o novo olhar. (BLOCH, 2005). Lembro da fala de uma participante do Estação sobre essa vontade de estar **com** os jovens.

Inevitável dizer: pela aventura do novo, pelo inusitado, pelo desconhecido. Pela gana de romper com algumas práticas de pura 'escuta' que só faziam gritar dentro de mim um 'isso não pode ser a única forma de estar em grupo com eles. Tem de ser possível um fazer diferente'. Em pouco tempo, o grupo semanal – iniciativa de uma psicologia que se experimentava propositiva e desejante – fez-se dispositivo de análise em variadas direções. As questões que cortavam aquele espaço diziam respeito não só aos devires juvenis, mas começaram, também, a colocar a psicologia em questão. [...] E no derrame de fluxos daquele coletivo aparecia outro paradoxo: a violência. Um campo aberto, um tanto recortado, um tanto polêmico, um tanto (in)visibilizado, um tanto deformado por múltiplas visões. Autores, vítimas,

³³ Desvio é também o nome de uma lista do projeto. A cada tempo e lugar de intervenção, a partir da mudança na rede de envolvidos e da necessidade dos participantes, cria-se uma nova lista que passa a exercer uma certa função de analisador do projeto.

³⁴ Como é chamada a Procuradoria-Geral da República dentro do Estação e também pelos servidores, diferenciando da Regional, que é a Procuradoria da Região Sul.

quem era quem: os que estavam sob proteção do Estado, os que tinham cometido infração, a psicologia?

Em novembro de 2005, iniciou-se a formação do grupo, que se caracterizou como um processo singular do projeto a partir das vontades e dos encontros dos estagiários, os do projeto e os da psicologia. Não havia uma proposta fechada, estruturada, tinha origem no desejo de estar junto e fazer circular a palavra, sem uma ordem do dia, sem assunto determinado. Ouvir os jovens e o próprio projeto, que ganhava uma voz crítica a partir das falas que ali se construía. Também ali tive de pedir licença para entrar e permanecer, a acolhida foi, em princípio, tranqüila, mas durante alguns encontros ainda tive de justificar minha presença. Explicar qual o “lance” da minha pesquisa também era uma provocação para que surgissem neles alguma reflexão sobre juventude e sobre utopias.

“Ah, utopia é um lance que não existe, ‘né’, mas que podia existir... Ah, pode crer... [...] E qual é a tua utopia? [...] É tipo um sonho, ‘né’? Uma coisa que a gente quer que aconteça, mas com todo mundo, não só com a gente, ‘né’, uma coisa mais social.”

E, quando surgia alguma discussão sobre um assunto qualquer, no decorrer dos encontros, muitas vezes faziam referência a mim, ao meu tema, que agora, fluía também pelos ares da nossa sala. Lembro quando num certo dia surgiu a questão sobre a obrigatoriedade de se estudar (ou ao menos estar matriculado) para freqüentar o estágio, já que este tem caráter educativo, e o jovem precisa estar vinculado a alguma instituição de ensino. “Pra quê o colégio, queria que tu me explicasse pra quê o colégio. Tipo, ninguém mais ter que ir pro colégio é uma utopia? O cara que inventou o colégio é um idiota!”

Em resposta, a fala de uma outra adolescente se coloca: “Ah, pára, esse cara é um gênio: reúne um monte de adolescentes no mesmo lugar pra ficar um tempão junto, isso é uma utopia, ou não, porque existe”.

Aqui faço uma pausa e sinto um belo alívio, a conversa se desenrola e eu não preciso responder ao que me pediam, ou melhor, não preciso atestar o meu não-saber, a minha falha, a minha insuficiência, a qual temia que descobrissem e me mandassem embora dali. Lembro também de um professor que tive: “Escola deveria ser assim, um período de aula e quatro de recreio, porque é preciso brincar e experimentar, e tem que ser com os outros”.

Assim me coloquei a brincar, a experimentar com os jovens e, aos poucos, fui me sentindo mais parte, mais próxima a todos, e então pude levar mais leve e menos tensamente cada pergunta, cada indagação que me era lançada. Descobria que ali também havia um medo e um preconceito endereçados não só aos jovens em conflito com a lei. Percebia que o julgamento era sobre o meu lugar, que localizava uma psicologia que por tantos anos avaliou, ajustou, sugeriu progressões e regressões de medidas, encaminhou para serviços de atendimento, produziu marcas identitárias rígidas. Percebia-se uma certa afronta, um receio e, por vezes, um desdém. (RAUTER, 2003)

Ficavam quietos, até que alguém não suportando tal represália se aliviava por mim e pedia que falassem. “Pô, vamos falar, ela quer saber o que a gente acha!”; não interessa sobre o que se deva achar alguma coisa, mas se deve falar porque sempre as psicólogas querem essa mesma coisa. Então se reproduzia algum som para atender este desejo, mesmo que gerasse um desconforto enorme e que não se apropriassem das falas. Ou então, lançavam o desafio para que eu adivinhasse o que estavam pensando. “Afim, vocês não descobrem o que as pessoas pensam?”.

Nessas atitudes, pareciam se mostrar desconfiados, era como se associassem imediatamente a psicologia à sua medida ou à sua condição de jovem institucionalizado. A dúvida em relação à pesquisa seria de que minha busca ali era simplesmente por sujeitos “livres e esclarecidos”. Em resposta a uma psicologia que sempre se almejou ciência, neutra e dura, lançava-se, agora, estereotipo. O caminho foi sustentar a idéia na qual acredito e exercitá-la a todo tempo, de fazer uma escuta livre e de buscar uma intervenção desejante e propositiva de novos modos de ser, para eles, para mim, meu trabalho e para o mundo. O que, em muitos momentos, significa permitir perder-se e desprender-se de referências. Tarefa que não se torna difícil diante aquela juventude que testava nosso lugar, nas suas diferenças e semelhanças com eles. Numa dada circunstância, falávamos sobre investimentos, aplicação em ações, capitalismo, etc. G. disse que havia um filme que ele queria ver, *The Corporation*. Eu recentemente o havia visto e tinha feito uma cópia. Ofereci-me para emprestá-la, quando G. intervém com muita astúcia e ironia: “Como é que tu vai trazer DVD gravado se aqui a gente combate a pirataria?”, referindo-se ao Ministério Público, responsável por este tipo de infração.

Seja na surpresa de suas colocações, seja nos protestos silenciosos, os jovens convocam a uma presença intensa, que provoca um medo de perder-se ali, um

medo do contágio, de perder algo irrecuperável nesse contato. Sentia como o tempo em que estava com os jovens passava rápido, uma aceleração e desaceleração que mesmo animicamente faz valer seus efeitos. No entanto, durante os meses em que se construíram esses encontros com a juventude, percebi o quanto é difícil se libertar das duras linhas que nos compõem, o quanto é difícil sair de um lugar e se testar nos limites, nos litorais de contato com o outro, flexibilizar as estruturas instituídas e viver de verdade a experiência da multiplicidade.

As instituições têm uma expectativa ideal sobre esses jovens – de que vão se encaminhar, sair do crime –, estão atravessadas pela ideologia da moralidade, que conduz o certo e o errado e, como toda ideologia, se coloca enquanto mecanismo de interpretação e de orientação da práxis coletiva. (SOUSA, 2007). A burocracia, que, segundo Hannah Arendt (1999), é um dos meios de dominação mais eficazes do contemporâneo, aparece como instrumento de naturalização e predição do amanhã. Os montes de fichas de identificação, pareceres, relatórios vão enrijecendo as histórias e as possibilidades de invenção do amanhã, vão cristalizando, como destinos – previstos em bola de cristal –, as infinitas vidas e futuros outros possíveis para estes jovens. Ficam ligados ao crime, à infração. “Tá, eu fiz, fui pra FASE, e daí?” é o que nos coloca o jovem como questão: isso anula todo o resto? O que constitui a transgressão? Também aparece como uma intenção de que alguém se responsabilize e legitime seus próximos passos. “E daí, tu é quem me diz, quem vai me contar daqui um tempo.” Foi o que consegui produzir diante aquela fala que tomei como uma convocação. “Romper a burocracia é fundamentalmente produzir novas metáforas. [...] O amanhã é uma experiência do quase e o desconhecido no qual ele nos joga nos força a aniquilá-lo antes do tempo.” (SOUSA, 2007, p. 33).

Nossa intervenção também implica pensar o quanto fazemos parte da produção social sobre a qual refletimos; temos de buscar esse tensionamento da análise para não sucumbir às armadilhas de sedução dos ideais absolutos. A utopia, como uma experiência de um fazer, trata de desburocratizar o amanhã e “abrir brechas nesta antecipação cruel do tempo”. (SOUSA, 2007).

Guattari (1986) aponta uma encruzilhada onde a escolha é seguir, apenas pelas grandes perimetrais, vias circulares, que não obstaculizam o movimento e permitem a velocidade em larga escala, num fluxo sem paradas na pura reprodução de modelos, ou buscar os becos, os guetos, as canaletas que nos desviem das abafadas avenidas hegemônicas e nos permitam reangulações singulares.

Nesse sentido, vivemos num impasse em relação ao projeto “Abrindo Caminhos”, pois, em função de não estar dentro de uma proposta institucional, as vagas para os estágios dos jovens – e também a da psicologia – ficam à mercê das vontades, boas e más, daqueles que estão no lugar de poder. Como não há uma regulamentação, tudo se coloca como urgência, as constantes ameaças de encerramento do programa colocam em cena – e em análise – o desejo: quem quer o projeto? – a pergunta que o Estação de faz. Nós, os jovens, a sociedade civil, os servidores, a Procuradoria, a Universidade.

Para Sousa (2007, p. 32), “a utopia circunscreve um território de crise. Temos que pensar a crise como um valor positivo na medida em que rompe com o presente”. A intervenção da utopia, do desejo de utopia, implica apossar-se deste caráter esburacador das telas de imagens totalizantes do que já existe e apostar no inacabado constituinte³⁵ e encontrar a potência do que vive na urgência de mais um instante ao menos, já que não há garantias de permanência. Com Bloch (2005), aprendemos que nunca há garantias diante do amanhã.

As questões giram em torno de como seguir inventando sem se perder? ou Como multiplicar? Como seguir produzindo diferença e fazer com que a PR consiga sustentar suas conexões pelo princípio este do diferir, do produzir, do pensar, e não pela lógica da árvore hierarquizada que só reproduz? Como se sentir autônomo e, ao mesmo tempo, provocar este movimento nos jovens e nos servidores?

Muito mais fácil seria ocupar apenas o lugar que tradicionalmente se espera da psicologia e responder às demandas manifestas com orientações predeterminadas sobre o que e como fazer com os jovens. A armadilha do saber-poder, sobre a qual Foucault nos avisa, está sempre à espreita. Como sempre, na PR o nosso trajeto se depara com um velho conhecido: o subversivo e difícil compromisso com a parada. Exercício este extremante custoso, pois, mais complicado que ter que fazer um monte de coisas, é, além de nós mesmos pararmos pra pensar, convidar os outros a fazer isso junto conosco. Mais ainda quando esses outros funcionam em uma lógica totalmente do fazer-sem-parar-pra-pensar! A prática reflexiva a qual propúnhamos apresenta-se como um poço de subversão nesse mundo veloz.

³⁵ Conceituação de Negri (2002) para tratar da “desutopia constitutiva”, termo que usa para contrapor a autoridade perversa e moralista da justa medida do sonho de cada um e do sonho coletivo. (*In*: SOUSA, 2007).

Devemos, pois, aproveitar-nos da pulverização do projeto, que contagiou muitos dos servidores e se prestou como disparador de análises de outras ordens que não só ligadas à juventude. Um exemplo é de uma servidora que, em uma dada reunião sobre o projeto, verbalizou que não havia, nunca, participado de algum momento de troca, de fala com os procuradores. Nota-se que as decisões estão localizadas em algum lugar distante e até inacessível àqueles que, então, serão os executores e transformarão deliberações em ações. Contudo, no caso do *Abrindo Caminhos*, a construção inverteu a ordem estabelecida, foram os servidores quem levaram o projeto à Procuradoria e que, junto com os jovens e o grupo de extensão, lutam por sua manutenção. Aqui se encontra a proposição de Guattari e Rolnik (1986), que afirmam que todos atuam na produção social de subjetividade, e não apenas os trabalhadores sociais.

Criar é abrir discontinuidades, interrupções neste fluxo do mesmo, neste abismo que o discurso reitera sobre a segurança que perdemos diante do risco. Mas quem perde? A variante psicológica não pode aqui ser negligenciada, pois a passividade anda de mãos dadas com a tristeza que constata que está sempre tão igual, e que há, enfim, alguém que pensa por nós, e o que é pior, que vive por nós. Não há, portanto, revolta sem a alegria da invenção, sem o entusiasmo de partilhar com o outro um sonho. (SOUSA, 2007, p. 3)

Aprendemos com os jovens a pensar as possibilidades, para além de seus passados, que todos têm de produzir algo que seja a favor da vida. Não se trata de negar suas histórias, mas tomá-las como potentes analisadores da paisagem social por onde se construíram e, a partir desta apropriação, liberar a vida, onde ela é prisioneira e inventar um porvir que multiplique caminhos.

Cada um dos jovens do projeto mereceria capítulos especiais, quiçá livros inteiros. Mas a narração que se segue centra-se em um deles, ou melhor, num breve encontro que se produziu e que marcou minha última participação efetiva no *Abrindo Caminhos* enquanto campo de pesquisa. Com certeza, a escrita que se construiu não é apenas daquele dia, vem tomada de todas as intensidades, todos os afetos que o verão porto-alegrense revelou em acaloradas reuniões de quintas-feiras.

3.5 NARRAÇÕES

Há um belo texto de Foucault (1992, p. 92), “A vida dos homens infames”, no qual o autor toma registros de internamentos – em hospícios, prisões. Resgata-os no sonho, palavra que ele mesmo utiliza, de restituir-lhes a intensidade mediante uma análise daquelas escritas. Não havia um fim claramente definido para tal recolha, mas o autor coloca como se não pudesse recusar tal tarefa. Coloca-nos sua motivação e declara: “se o fiz, então, foi sem dúvida por causa da vibração que ainda hoje sinto quando me acontece encontrar aquelas vidas ínfimas transformadas em cinzas nas poucas frases que as prostraram”.

O depoimento que se segue traz a idéia de recolher, em caracteres, a infâmia de vidas, dos que estão dentro ou fora, ou dentro-fora de uma dessas instituições de internamento que em muito ainda se parecem com os modelos do século XVII. Precariedades que se misturam e violências que acabam partilhadas. Mais do que condená-los, é preciso conhecer os jovens (seu mundo, seu anseios), e perceber a semelhança quanto aos vazios, aos abandonos, às violações e infrações, entre “eles” e “nós”. (ALENCAR, 2003).

Todas aquelas vidas, que estavam destinadas a passar ao lado de todo o discurso e desaparecer sem nunca terem sido ditas, não puderam deixar traços – breves, incisivo, enigmáticos muitas vezes – senão em virtude do seu contato momentâneo com o poder. [...] Afinal, não será um dos traços da nossa sociedade o fato de o destino tomar aqui a forma da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra a sua energia, encontra-se efetivamente onde elas se confrontam com o poder, se batem com ele, tentam utilizar-lhe as forças ou escapar-lhe às armadilhas. (FOUCAULT, 1992, p. 98)

Ao adentrar a instituição e capturar alguns desses fragmentos de vida, soube que os excessos, as densidades e os pesos daquele lugar precisavam de uma simbolização e que as impressões, das quais se diz que são “físicas” – ao seguir acompanhada de Foucault –, reclamavam por tornarem-se enunciados.

3.5.1 Marcelo...

Antes de sair de casa, li o jornal: era o primeiro dia de outono e, devido ao movimento de translação da Terra e à gradação de sua inclinação, o Sol se encontrava exatamente em posição perpendicular ao nosso planeta, fazendo com que a duração do dia e da noite coincidisse. Mas, nessa data de equinócio, o sol não se fazia visível. O cinza carregado e o chuvisco anunciavam uma noite intrometida que mistura suas escuridões às nossas vidas e nos lembra que, a partir de agora, devora um pouco mais cada um dos dias nessa *estação* que se inicia. Momento de mudança de estação, fase de passagens, em que cada início é uma abertura ao inesperado.

O meu caminho naquela manhã era até uma outra FASE, de expectativa, uma angústia tranqüila impulsionava conversas sobre o tempo, a escrita, cadernos, presentes, ventos, caminhos... chegamos! Mas, antes de entrar, torna-se necessário retornar a pontos anteriores, a um dos inícios dessa história; ao menos até onde a história de Marcelo encontra-se à nossa. Quando sua ficha chegou à Procuradoria, ao projeto Abrindo Caminhos, enviada pelos técnicos da FASE, nela constavam muito mais informações do que as solicitadas por aquele modelo de questionário que, inclusive, visava a evitar exposições acerca dos pormenores que haviam motivado a entrada na instituição. O excesso que se dava a ver naquela ficha parecia um pedido dos técnicos para dividir aquela situação. O endereçamento era exatamente à psicologia-saber, à psicologia detentora de uma capacidade de dar conta daquilo que, ali (ficha, instituição, jovem), trasbordava. Então o que acontece? Um ato falho, uma linha desviante, algo que fugiu completamente ao controle de todos e das regras de seleção estabelecidas: a ficha é enviada pela psicologia contendo a infração ali escrita. Provavelmente mais um pedido de ajuda. Dessa vez, da própria psicologia, do próprio projeto que não podia sustentar sozinho o acolhimento deste jovem na Procuradoria; os servidores deveriam também se responsabilizar por aquele que ali chegaria, se a escolha deles fosse por Marcelo. Tantas intensidades, num primeiro momento, não conseguiram um lugar para assentar-se e deixaram Marcelo na suplência da vaga de estagiário. Mas alianças, que não se esperavam estabelecer, foram criadas. Em virtude do abandono do primeiro selecionado, depois de uns meses de estágio, abre-se a oportunidade para o suplente.

A vontade de estar ali era grande, e chegar foi fácil, ao menos até a porta de entrada. Barra: visita só a partir das 14h. Tínhamos combinado com o técnico: avisa

o Alexandre! E então os nossos nomes, todo o nome, todos os nomes, documentos, controle, números, espera, erros, autorizações, liberações. No percurso entre a portaria e a casa (como chamam os prédios que abrigam os jovens e os trabalhadores), Alexandre vem nos falar em volume suficiente para que o guarda escutasse que desculpássemos a confusão, que o moço tinha nos apresentado como mãe do Marcelo. Não o ouvimos dizer isso, o tempo todo fomos apresentadas insistentemente como as psicólogas do Marcelo.

Ao nos guiar pelos labirintos que se erguiam propositalmente ou por reformas mal-feitas e “enjambrações” mal terminadas dentro dos prédios, Alexandre, em sua calça de veludo claro e camisa bem passada, era um brilho branco que destoava daquela bruma cinza e do bolor úmido das paredes, destoava também dos outros funcionários, mais mimetizados ao clima enuviado. Deve ser preciso marcar a separação com aquele lugar, que silenciosamente engole os sujeitos e ofusca suas existências. Paulo Endo (2003) escreve sobre o excesso de brancura presente no filme *Carandiru*, de Hector Babenco. A figura clara do médico, suas roupas brancas e seu permanente meio sorriso no rosto juntam-se a outros elementos que servem de recurso a um apelo por imagens redentoras, solares, limpas, imaculadas.

Isto é, um excessivo cuidado para não sobrecarregar de tintas escuras personagens já associados à escuridão, à morte, à devassidão, à promiscuidade e ao crime. [...] Ao mesmo tempo em que possibilitaria ao espectador alguma identificação plausível com aqueles que sobrevivem ali dentro, no interior dos labirintos incertos da transgressão, no lugar improvável da penitência inventada, nos espaços concretizados das piores fantasias. (ENDO, 2003, p. 2).

As estratégias de sobrevivência simbólica neste contexto se colocam em marcas reais da escolha de cores que diferenciem e ao mesmo tempo tragam algum traço de identificação. Quanto a nós, ficava bem marcado em que condições estávamos presentes na instituição. A fala repetida insistentemente por Alexandre era a de que estávamos ali para *atender* ao guri. Tanto que não nos deixaram *descer* até os *brets*, levaram até uma sala cuja porta sustentava uma placa de consultório. Enfim foram chamar o *guri*, e o *guri* chegou. Mãos para trás, cabeça baixa, olhar de soslaio, parecia mesmo aqueles bandidos que vemos na TV. O barulho, ainda que ao longe das grades sendo empurradas, entoava a trilha de um *Carandiru*. Senti um embrulho ao ver as algemas, aquele metal confere realidade à dura cena e era meu o sentimento de mãos atadas. Fizemos um apelo silencioso, mas nosso olhar, nosso

espanto foi bem incisivo na vontade de que o deixassem livre... bom, pelo menos suas mãos. Cederam e acabaram por nos deixar sozinhos na sala. Então, aos poucos, Marcelo chegou. Pudemos dar e receber um abraço. Tirou o boné e foi ganhando outros contornos: cor, postura, volume. Não o tinham consultado sobre nossa visita, nem ao menos avisado. Questões de segurança? No entanto não fomos revistas, entramos com celular e tudo o mais que nossas bolsas continham.

Logo perguntamos se ele queria nossa presença ali, mas ele negaria? Acredito, porém, que sua vontade era legítima, menos pelo sim do que por seus sorrisos, jeito solto, falar descontraído e abundante. Também, duas jovens só para ouvi-lo?! Quando pensamos em Marcelo, a sensação é de que nunca se sabe o que ele vai fazer. Parece que precisa algo que é de fora para o limite. Para alguns jovens, o trabalho, o estágio é este limite, mas questionamos se isso ocorre com ele. Percebemos sua intensidade, sua impulsividade em sair do estágio, sem avisar, ir até o juizado e pedir sua reinternação. Fato inesperado, inusitado, talvez só superado em caráter de surpresa pela atitude do juiz em conceder-lhe o pedido. O que ele estava colocado ali, um guri que pede para ser preso e um juiz que o escuta os argumentos e lhe atende em sua solicitação. Algo da lógica tradicional, naquele momento, era colocado em questão. “O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra a sua energia, encontra-se efetivamente onde elas se confrontam com o poder, se batem com ele, tentam utilizar-lhe as forças ou escapar-lhe às armadilhas.” (FOUCAULT, 1992, p. 99).

No entanto isto implicaria conseqüências bem importantes. Anteriormente sua medida era ICPAE (internado com possibilidade de atividade externa)³⁶, mas, neste retorno, acabou por ter uma regressão de medida para ISPAE (sem atividade externa), ou seja, ficaria o tempo todo lá dentro e não poderia mais seguir com o estágio. “Não agüento mais ficar aqui trancado, sem poder sair, sei lá quero dar umas bandas, ver as coisas, as pessoas, [...], Bá, não dá, a gente não é bicho pra ficar aqui, a gente quer viver!” Marcelo reclama que, por haver “excesso de gente”, teve de ficar um tempo num “bret”³⁷ de um cara que tinha morrido ali mesmo, falou que era sinis-

³⁶ No Estado do Rio Grande do Sul, somente o juizado de Porto Alegre tem este tipo de medida.

³⁷ Os “brets”, como chamam os quartos, são pequenos, e seguidamente os meninos são colocados no “castigo”, ou seja, mandados para um quarto diminuto no qual ficam trancados, saindo apenas por 30 minutos para pegar sol no pátio. Algo parecido a uma solitária, onde cabe uma pessoa, mas às vezes colocam quatro, com um sanitário dentro, do qual sai um cheiro fortíssimo e obviamente desagradável e do qual não dá pra fugir. Além dos requintes de crueldade como comida estragada

tro, que não conseguiu dormir e que ainda bem que ficou só uns dias. Levanta os olhos e nos aponta um emendo de concreto na parede que foi colocado, diminuindo o tamanho da janela como punição, em uma outra vez, de uma tentativa de motim, punição que permaneceu prévia aos que chegaram posteriormente ali, mas como uma espécie de aviso, marcado no concreto! Pode-se pensar quem está preso ali, mesmo antes de entrar, quem tem seu “destino” traçado até a FASE, para quem são aqueles remendos, a que corpos e confinamentos se destinam?

Além da coerção concreta das grades, trancas, isolamentos, há uma contenção um pouco, mas nem tanto, mais sutil. “O psiquiatra nem conversa contigo, com nenhum, ‘né’, e já dá o remédio, e não tem não querer [...] porque eles diluem e te dão aquele amargo.” O que, além de corpos, está confinado ali? Junto à química que anestesia o sujeito dilui-se o desejo, a subjetividade. A famosa prescrição “se necessário” é usada de praxe, e o apaziguamento das perturbações juvenis pela via dos remédios entra na rotina das unidades. A droga segue a circular, desta vez, de forma institucionalizada. Anestesia-se a vibratibilidade do corpo ao mundo e, portanto, seus afetos.

A impressão que temos é a de que, mais uma vez, não há escuta nem olhar para esses jovens. Seguem no desamparo e, confinados entre muros, largados à própria sorte, seguem ainda mais invisíveis. É como se a instituição apenas repetisse a precariedade das relações, de cuidado e transmissão da lei, que se estabeleceram no âmbito familiar. Marcelo por vezes oscila entre considerações acerca de sua experiência na FASE e comentários sobre sua família. Diz não ter amigos ali, que não confia em ninguém e nem quer se “meter”; fala da dificuldade de convivência com a mãe, que há tempos não vê, e nem a seus irmãos, muito menos os por parte de pai, que nem considera irmãos – “não sei, eu não gosto deles e nem eles de mim, e nem o pai”. Em sua última situação infracional, relata ter visto o pai, depois de muito tempo de ausência, ter bebido – em companhia deste – e então, ter ficado mal, como em todas as vezes que o vê.

[...] estes discursos denunciam a fragilidade simbólica dos pais em lidar e servir de continência frente aos impasses de seus filhos, no convívio social. Isto nos leva a pensar numa precariedade destes pais frente as suas próprias capacidades de relação e transmissão da lei. De uma forma ou de outra o que está endereçado e estes filhos são insígnias de morte, e é justa-

e humilhações de todo o tipo.... Aparentemente, o tempo máximo de ficar lá seria de 15 dias, mas os jovens ficam mais de mês sem poder fazer nada.

mente estes endereçamentos que, paradoxalmente, farão estes jovens a desafiar a morte como uma precária e desesperada tentativa de manterem-se vivos. (ROSA JÚNIOR, 2006, p. 77).

A conversa durou pouco mais de hora. Ao sair, Marcelo iria buscar um livro para nos devolver. Ficamos instantes sentadas, até que ele pede que alguma de nós abra a porta, senão vão achar que... Foi inusitado, a lógica de como os movimentos dos corpos são controlados, codificados. Eu era uma novata nessa encenação, mas logo vesti a personagem. Chamamos o monitor, explicamos e de novo algemas. Depois de um tempo quem retorna é Emir, o monitor. Explica uma situação em que, quando Marcelo esteve fora, como é de praxe, fizeram uma revista. Novo embrulho: “acharam alguma coisa: uma arma, maconha e, sei lá, detiveram o Marcelo!”. Mas não, não era daquele dia, apenas nos contava para dizer que retiraram alguns dos objetos que julgavam não serem necessários a ele, o livro era um deles. Ao final da explicação, Emir emendou um derramar de opiniões, percepções, sentimentos – dificuldade de lidar com os guris, com suas próprias emoções, conflito entre o entendimento de como é ruim para eles, os guris (mas podemos ler também os monitores), estarem ali, mas a necessidade de manter a ordem.

Quando tivemos espaço para falar, perguntamos por Marcelo: “Ah, ele queria subir, vir falar pra vocês, mas ah...”. Emir deixava claro que o *guri* já tinha tido nossa atenção e que agora era vez dele ser escutado, nem que fosse por dez minutos. O desaguar de queixas, reflexões, intenções, confissões e etc. que Emir nos endereçou revelava o quanto há necessidade de um lugar de escuta para que também os trabalhadores da FASE depositem suas frustrações e suas violências – as que presenciaram como espectadores, vítimas e, muitas vezes, agentes; posição esta que não negam e para a qual insistem em pedir espaço para elaborar. “Como vamos reprimir e educar ao mesmo tempo? Não dá, ‘né’? Não existe isso, pelo menos não aqui, com essas condições [...] E pior que têm uns guris que a gente até gosta, mas não dá, ‘né’ [...] entrar no jogo deles e aí perder autoridade.” Rolim (2001) aponta para a necessidade de que uma instituição para adolescentes deveria ser pensada como uma estrutura familiar onde coabitem a norma e o cuidado; aquela como representando a função paterna e esta como uma manifestação de presença materna. No entanto mostra que é justamente o isolamento e a evitação de laços a base da relação entre os jovens e os servidores desses locais.

[...] o que temos hoje, no Brasil, é uma estrutura de tratamento de adolescentes em conflito com a lei onde a regra é regra é um largo estranhamento entre trabalhadores e internos; um estranhamento concebido pelos dois pólos como uma relação necessariamente beligerante onde os interesses de cada grupo definem-se, exatamente na medida de sua oposição. Uma estrutura, enfim, onde o encontro entre a humanidade do servidor e a humanidade do interno simplesmente não deve ser produzido. Se, por ventura, um encontro do tipo ocorrer, a cultura institucional tratará de registrar o resultado como uma relação 'suspeita'. As instituições totais, afinal, são esses espaços onde a própria idéia de humanidade é suspeita. (ROLIM, 2001, p. 13).

Com o registro desse desencontro, dessa evitação que se apresenta nas palavras e atitudes do monitor é que termina nossa conversa. Ao final, no vazio da presença de Marcelo, e ao negarem que nos despedíssemos dele, pedimos que, ao menos, fosse-lhe repassada nossa vontade de um abraço. Conforme saíamos, aumentava o som arrastado das grades, num vai e vem que é sempre limitador, aprisionador do tempo, do movimento, que define os encarcerados, encerrados em suas possibilidades e vontades de vida e suas liberdades de existência. Pois, ali, os delitos se personificam e ganham nomes, apelidos, corpos; e os sujeitos, assim como as paredes, são escuros, rachados, enrijecidos aos moldes da instituição, jogados ao bolor e à umidade que densifica e esgota o tempo.

Depois de um encontro como esse, não há como se furtar de transpor os véus e limpar a maquiagem com que nos é oferecida a idéia das medidas socioeducativas. A verdade é que estas são penas, que os jovens estão presos e privados de seu direito de liberdade. Aqueles que alegam a redução da maioridade, alegando que esses **menores** sabem que com eles não acontece nada, nunca entraram em uma instituição de internamento. O modelo socioeducativo reúne as mesmas características do sistema penal adulto. A medida é posta como um desvalor, é uma perda, é uma pena! Vem do direito penal, implica para o jovem uma privação de liberdade com o objetivo de interditar sua conduta julgada ilícita! Mas a terminologia socioeducativa, associada à propaganda divulgada pela mídia, induz a população a achar que o jovem não sofre nada. No entanto temos bem claro que uma real proposta de educação não se faz por punição. Trago o depoimento de uma colega³⁸, também participante do Estação, para enriquecer a exposição deste cenário. A visita data de 2003, e foi a primeira vez que passei pelos portões da FASE. Peço de empréstimo este relato, esta voz, para algo que é difícil descrever e viver sozinha. As-

³⁸ Quem fala é nossa colega e também pesquisadora Fernanda Bocco, com quem pude partilhar muitos momentos e inquietações desde o início deste trabalho.

sim, quem sabe, no compartilhar de impressões e intenções, possamos encontrar as rachaduras, as lacunas por onde se infiltram o sonho e a esperança, como ensina Bocco (2006).

Passamos a porta de entrada, com cadeado, e nos encontramos diante de um saguão, no qual se vê mais adiante um portão grande, de metal, com outra porta cadeada. Nos informam que iremos conhecer as alas, e que depois do portão há outro saguão, dali se divide a unidade em duas partes, cada uma comportando duas alas, num total de quatro, nas quais estão 108 jovens, num local com capacidade para 70. Entramos no segundo saguão, na direita e na esquerda há dois outros portões iguais, também cadeados. A impressão que se tem é de estar no presídio, os monitores com cara de carcereiro, com as chaves na mão e a atitude de desconfiança e prepotência. Enquanto estamos por ali, entram dois jovens algemados, para confirmar a dimensão carcerária da estrutura.

O ritmo da unidade é rápido, as pessoas falam rápido, agem rápido, se movimentam rápido. Fico pensando em qual será a pressa num local no qual os jovens vêm o dia passar sem maiores perspectivas, cada segundo durante uma vida. O que mais chama a atenção é o barulho do cadeado batendo na porta de metal, a cada entrada ou saída, a tranca sobe e desce, fazendo um som que foi suficiente para atordoar na menos de uma hora que estivemos por ali. Tudo, imagens, sons, cheiros, tudo em excesso, tudo saturado, tudo embotando os sentidos.

Os quartos são escuros, úmidos, alguns deles duplos, isso sem contar os outros que precisam ter mais um colchão acrescentado para dar conta do excesso de meninos. Conhecemos também a sala de isolamento, que fica ao lado de uma enfermaria para os casos de algum 'acidente' ou 'doença' que o jovem tenha que ficar por ali.

Não consigo nem imaginar permanecer ali mais de algumas horas, quanto mais dias, semanas, meses, até três anos! (p. 77)

A visita ao Marcelo e a incursão por aquela FASE acabaram por constituir um encerramento da minha participação sistemática no grupo e no projeto. Depois disso, o passo seria acompanhar o Estação e o Abrindo Caminhos pela lista virtual de discussões e por participações pontuais em algumas atividades vinculadas ao projeto de maneira direta (encontros, reuniões do grupo) ou indireta (eventos, seminários que tinham alguma ligação com o tema de estudo ou as pessoas do Estação PSI).

Olhem só! O Marcelo depois de tanto tempo entra na PR... E sai... E pede ajuda àquele que o prendeu na FASE... E nós o vamos visitar... e... Foi tudo um processo coletivo. Algo que primeiramente não seria. As forças ultrapassaram as linhas duras, os corpos falaram mais alto ao "deixar escapar" a questão da infração que nos é tão delicada, e tudo se fez JUNTO! Então acho que o recado é esse: vamos fazer mais junto. (ALICE, 2007).³⁹

A aposta no fazer coletivo talvez seja a maior marca do *Estação*. Buscam-se o tempo todo parcerias, espaços de diálogo e troca com diferentes saberes e para-

³⁹ Trecho de e-mail da lista "Ventovida" enviado logo após a visita à FASE.

digmas de atuação. A potência desses encontros reverbera no projeto que, constantemente, precisa se revigorar em vontade e força de resistência. Nessa ampliação da rede é que pude descobrir outros territórios utópicos que, na seqüência, me proponho a desenhar.

3.6 DE JOÃO HÉLIO À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UM BREVE RETRATO DA JUDICIALIZAÇÃO DOS MENORES



“Os menores nunca foram crianças,
sempre foram maiores
desde a infância!”
Cristiane Neder

O calendário recém tinha virado sua primeira página do ano de 2007. O mês de fevereiro justificava o calor absurdo que se passava na nossa Porto Alegre. A umidade, o suor, o centro da cidade nos faz lembrar da corporalidade humana que sempre acha formas de reivindicar seu lugar, sua presença e sua marca num mundo

cada vez mais artificialmente moldado, cheio de automações e próteses⁴⁰ que nos vendem a ilusão de uma perfeição possível e de um controle total sobre tudo – e sobre todos. Ainda não é Carnaval, mas o Rio de Janeiro ganha as manchetes de todos os periódicos do país pela brutal história que vitimava o menino João Hélio. Desde o dia 7 de fevereiro, páginas e mais páginas são escritas como num enredo de novela. “Foi no Rio, mas é como se tivesse ocorrido ao nosso lado.” É o sentimento que percorre todo o país.

Cada jornal – televisivo, impresso ou eletrônico – esforça-se para contar a versão mais completa da tragédia e os apelos moralistas se misturam e se escondem em notícias paralelas e informes comerciais. Há um esforço também, é importante fazer contar – que se percebe em muitas crônicas, textos na internet e alguns editoriais – no sentido de se ocupar de tal caso para discutir o problema da violência urbana, enquanto objeto de atenção prioritária, em suas complexidades, em suas causas políticas e econômicas, em sua dimensão coletiva.

Ontem senti desejo de vingança. Queria vê-los mortos, esses homens que nem são homens; são feras. Arrastaram de carro uma criança de seis anos, ate que ela morresse despedaçada no asfalto do Rio. Queria que os executassem, confesso, e o faço com serenidade, eu que não aprovo a pena de morte. [...] Mas isso seria vingança, não seria justiça.⁴¹

Consigo compreender que, diante uma atrocidade destas, se possa ter um impulso de desejo de vingança. Assim como é fundamental a consciência de que isso não pode se confundir com justiça e nem deve ser levado adiante. Só questiono por que esses mesmos sentimentos, emoções, reflexões não ocorreram quando, em 1993, um grupo de policiais assassinou, covardemente, oito meninos que dormiam – amontoados, mal-vestidos e mal-alimentados, não-olhados e mal-vistos, já meio mortos – diante a Candelária⁴², cenário do mesmo Rio de Janeiro, do fevereiro de

⁴⁰ Lembro, aqui, de uma passagem de Freud, no texto “Mal-estar na civilização”: “O homem, por assim dizer, tornou-se uma espécie de ‘Deus de prótese’. Quando faz uso de todos os seus órgãos auxiliares, ele é verdadeiramente magnífico; esses órgãos, porém, não cresceram nele e, às vezes, ainda lhe causam muitas dificuldades. [...] As épocas futuras trarão com elas novos e provavelmente inimagináveis grandes avanços nesse campo da civilização e aumentarão ainda mais a semelhança do homem com Deus”. (FREUD, 1930, p. 98). Cabe uma indagação sobre qual é o Deus a que se referia Freud e qual seria a busca atual análoga àquela.

⁴¹ Crônica escrita pelo jornalista David Coimbra no jornal Zero Hora do dia 9 de fevereiro de 2007.

⁴² A chacina da Candelária, como ficou registrada na mídia, ocorreu no dia 23 de julho de 1993, próximo à igreja católica de mesmo nome, no centro do Rio de Janeiro. O crime repercutiu no mundo todo e organizações internacionais pediram a punição dos culpados. Dos seis policiais acusados, apenas um foi preso. Uma cruz de madeira, erguida no jardim em frente à Candelária, traz inscritos os nomes dos oito adolescentes mortos. Um dos sobreviventes do massacre era Sandro Barbosa

João Hélio. Contra quem queremos vingança? Para quem queremos justiça? Quantas vezes sob a égide da justiça não temos uma prática vingativa?

De fato, a violência tem alcançado tal grau de intensidade e de democratização que, talvez como nunca antes, parece que desta vez todos fomos alcançados igualmente pela tragédia. Fomos atingidos por uma dor tão intensa e geradora de tamanho repúdio como talvez não tenhamos sido diante de tantas outras atrocidades semelhantes que têm-se sucedido em tempos recentes. (BLANCHER, 2007, *on-line*)

Esse mesmo conclave pela redução da maioria penal, que resultou na aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça⁴³ do Senado em 26 de abril de 2007, não foi visto quando, em 1997, cinco adolescentes colocaram fogo em um índio⁴⁴ que dormia em uma parada de ônibus de Brasília. Será por que seus pais eram juizes, possuíam cargos políticos ou socialmente reconhecidos como importantes? Outro caso que podemos tomar como exemplo aconteceu neste mesmo ano de 2007, no mesmo Rio de João Hélio, apenas alguns meses após este crime, também com jovens menores de idade; a vítima, no entanto, era uma doméstica, e os autores da agressão eram de famílias com uma situação econômica favorecida – e brancos. O pai de um dos jovens fez declarações desastrosas: “Mulher fica roxa com apenas uma encostada [...] – e, referindo-se aos agressores – São crianças que não deveriam ir para a prisão”. (ISTO É, 2007). Eles são crianças e os outros são apenas menores?

A intenção não é forçar o desenho de um quadro no qual há os pobres coitados de um lado e os bandidos meninos ricos de outro. A miséria que se faz ver

do Nascimento que, em 2000 protagonizou o seqüestro do ônibus 174, cujo desfecho, televisionado, repetiu, de certa forma, os assassinatos da Candelária. Mais tarde, em 2002, o diretor José Padilha nos apresentou um estonteante documentário sobre este fato – Ônibus 174 – nos levando a percorrer os caminhos do jovem Sandro desde antes da Candelária até sua última cena, a morte dentro de um camburão. Um “soco no estômago” que não nos permite a quietude da alma.

⁴³ Por 12 votos a 10, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou a redução da maioria penal de 18 para 16 anos nos casos de crime hediondo e dos equiparados a este, como tráfico, tortura e terrorismo. A proposta ainda terá de passar pelos plenários do Senado e da Câmara. O substitutivo do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) a seis propostas de emenda à Constituição ressalva que a pena deve ser aplicada desde que laudo técnico, elaborado por junta designada por juiz, ateste a capacidade de entendimento do menor do ato praticado. O senador propõe ainda o cumprimento da pena em local separado daquele em que estarão detidos os maiores de 18 anos. Para entrar em vigor, uma PEC (proposta de emenda à Constituição) precisa de aprovação por três quintos dos membros nos plenários da Câmara e do Senado, em dois turnos de votação, mas sem necessidade de sanção presidencial.

⁴⁴ O índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, 45 anos, dormia sob um cobertor numa parada de ônibus, quando cinco adolescentes, confundindo-o com um mendigo, atearam-lhe fogo. Era 20 de abril de 1997 e Galdino dormia num ponto da Quadra 703 Sul, após ter participado de uma festa em comemoração ao Dia do Índio. Horas depois do ataque, que segundo os jovens, tinha a intenção de ser apenas um susto, o índio faleceu em decorrência das queimaduras.

pela violência praticada açoita a todos eles, seja de que ordem for: simbólica, material, afetiva, de limites ou de cuidados. “Antes de mais nada, é nosso dever solidarizarmo-nos com as vítimas da violência, reverenciar sua dor, respeitar e compartilhar seu luto”. (BLANCHER, 2007, p. 1). No entanto o seguimento que é dado em cada uma das distintas situações revela os critérios para o fazer justiça em nosso país. Cardia (1994) diz que estamos potencialmente frente a um exemplo de “exclusão moral” severa em que determinado grupo é percebido como não fazendo parte do mundo no qual se aplicam regras, valores e considerações de justiça. É possível que seja percebido como não merecedor de direitos e dignidade e não se reconhece seu sofrimento como não merecido. Luis Eduardo Soares (2006), além de apontar a desigualdade no acesso à justiça, denuncia uma política criminal refratada por filtros de cor e classe. São os pobres e negros que enchem as cadeias brasileiras.

Sabemos que remonta à época do Brasil colônia as diferenças de tratamento conferido às classes mais e menos favorecidas economicamente pelo Estado. A cunha da expressão “menor” data desses tempos, e difundiu-se acerca do período de fim da escravidão, revelando desde aqueles tempos as distâncias jurídicas entre as classes sociais. Era usado para nomear exclusivamente as crianças pobres, sem origem, menores em importância, em direitos. O sistema jurídico vigente no Brasil, desde a chegada de Dom João VI em 1808 até o ano de 1830, respondia às Ordenações Filipinas que vieram de Portugal. A imputabilidade penal iniciava-se aos sete anos e sua forma plena iniciava-se aos 21 anos. A proclamação da Independência trouxe, em 1830, o primeiro Código Penal brasileiro, que fixou em 14 anos a idade de imputabilidade plena e fixou um sistema biopsicológico para punição de crianças entre sete e quatorze anos. Entre esse conjunto de leis e o código penal seguinte, tivemos a assinatura da Lei do Ventre Livre que criava duas categorias para os negros: o escravo por tempo determinado, até os 21 anos, e a do “abandonado para ser livre em instituições de acolhimento”. É neste tempo que o Brasil veio a conhecer suas primeiras instituições públicas de abrigo, destinadas aos menores negros a quem era, numa atitude de bondade, concedida a liberdade. (SARAIVA, 2005).

Passado um ano da proclamação da República, promulgou-se o Código Penal da 1890 estipulando que a partir dos quatorze todos eram considerados plenamente imputáveis. Aqueles entre nove e quatorze anos eram avaliados pelo Magistrado que decidia sobre a presença ou não da condição de discernimento do sujeito no momento da infração, o que definia ser considerado criminoso ou não. Ao final do sécu-

lo XIX, um curioso fato ocorrido nos Estados Unidos inclui-se como um episódio no histórico da luta pelos direitos das crianças. Os intensos e repetidos maus-tratos impostos pelos pais de uma menina de nove anos chegaram ao conhecimento da comunidade de Nova Iorque. Pelo Código Civil daquela época não se fazia distinção, ao menos no que se dizia respeito à responsabilidade civil, entre uma criança e um cachorro. Os adultos eram considerados seus donos e os pais podiam usar os métodos educativos que lhe conviessem. Tal caso, entretanto, tornou-se de tal modo insuportável que foi levado aos Tribunais. A estranheza está no fato de que, em razão da não existência de uma entidade protetora dos interesses da infância, foi a Sociedade Protetora dos Animais de Nova Iorque quem entrou em juízo para afastar a menina de seus agressores. “A criança que, no início do século XIX era tratada como “coisa”, passou a reclamar ao menos a condição de objeto da proteção do Estado”. (SARAIVA, 2005, p. 34).

O Brasil, assim como outros países, seguiu a influência americana e criou o primeiro juízo de menores, em 1923, no então Distrito Federal, o Rio de Janeiro. Concomitante ao surgimento dos Tribunais de Menores foi construída, baseada na díade carência-delinquência, a Doutrina do Direito do Menor. “Se não mais se confundiam adultos com crianças, desta nova concepção resulta outro mal: a conseqüente criminalização da pobreza”, fato que perdura até hoje e já pautado anteriormente neste texto. (SARAIVA, 2005, p. 35). Antes disso, em 1922 foi decretada a Consolidação das Leis Penais que reafirmava como não criminosos os menores de quatorze anos. Cerca de cinco anos depois, na data de 12 de outubro de 1927, promulgava-se o Código de Menores (Código Mello Mattos). (SARAIVA, 2005). Essa legislação, baseada na Doutrina de Situação Irregular, destinava-se exclusivamente às famílias pobres; recaía sobre as crianças entre zero e 18 anos que tivessem sido abandonadas, de moradia incerta, com pais falecidos, ignorados, ou declarados incapazes, há mais de dois anos presos, tidos como vagabundos ou mendigos, de maus costumes, trabalhassem em atividade proibida ou fossem incapazes de suprir as necessidades da família. (SILVA, 2000).

O Direito do Menor viria para dar conta daqueles que não se enquadravam ao modelo familiar, definido pelas elites intelectuais e jurídicas, compreendido pelo Código Civil brasileiro de 1916 com o direito da família. (SILVA, 2000). A divisão entre a Vara de Família e o Juizado de Menores revela a prática de destinar tratamento desigual às infâncias rica e pobre. A separação entre a criança e o menor fez com que

esta última nomenclatura se difundisse e ficasse colada à pobreza, ao crime e à delinqüência. Logo após a Constituição do Estado Novo de Vargas, em 1937, surge um novo Código Penal em 1940, para substituir a Consolidação das Leis Penais de 1922. A imputabilidade fica definida aos 18 anos de idade. Saraiva (2005) nos traz o texto da lei: “Não cuida o projeto dos imaturos (menores de 18 anos) senão para declarar-los inteira e irrestritamente fora do direito penal (art. 23), sujeitos apenas à **pedagogia corretiva** da legislação especial”. (grifo nosso). A essa legislação especial estavam submetidos os delinqüentes e os abandonados, sem qualquer distinção entre eles. Nesse contexto, com o intuito de atender tal clientela foi criado o Serviço de Atendimento aos Menores (SAM), que funcionava como um serviço destinado aos menores de idade cuja estrutura era equivalente a do sistema penitenciário. Toda a construção desse sistema se deu em cima de pilares correicionais-repressivos tendo no trabalho e na disciplina os instrumentos para administração dos defeitos morais dos criminosos. (BOCCO, 2006).

Problemas como falta de higiene, superlotação e condições precárias começaram a aparecer em críticas lançadas a esse sistema, que também não respondia a seu propósito de diminuir a criminalidade. Mesmo extinto em 1964, o modelo do SAM – com todos os seus problemas – foi o embrião da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que tomou seu lugar na formulação e implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. A partir daí, foram criadas as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), órgãos executores em nível estadual daquela política e que ainda existem em alguns estados brasileiros. Não há como deixar de lembrar, para uma melhor compreensão desse modelo de atendimento, que foi criado à mesma época do golpe militar que instaurou a ditadura em nosso país. Se pensarmos que, a partir de então, os assuntos relativos ao menor passaram a ser tratados no âmbito da doutrina de Segurança Nacional, cuja matriz foi a Escola Superior de Guerra, entendemos a raiz militar e bélica que atravessou o tratamento destinado pelo Estado às questões referentes à infância e adolescência cujas marcas são percebidas ainda hoje. (BOCCO, 2006).

Essa ordem legislativa (que teria mais tarde seu arcabouço completado pelo Código de Menores de 1979 – Lei 6.697) não se dirigia ao conjunto da população brasileira. Movida pela Doutrina da Situação Irregular, tinha por destinatários apenas as crianças e jovens considerados em situação irregular, onde se incluíam aqueles menores em estado de necessidade em razão da manifesta incapacidade dos pais para mantê-los, colocando-os na condi-

ção de objeto potencial de intervenção do sistema de Justiça, os Juizados de Menores.

O caráter tutelar da legislação, a idéia da criminalização da pobreza [...] alcança seu ápice, vindo a culminar com o advento do Código de Menores de 1979. (SARAIVA, 2005, p. 47)

Por essa doutrina, os menores que estiverem em estado de “patologia social”, não ajustados ao padrão estabelecido, tornam-se objetos regulados pela normatização do Estado. O Código de Menores de 1979 acabava por incluir, segundo essa premissa, cerca de 70% da população infanto-juvenil, argumento que mais tarde foi utilizado para demonstrar que em situação irregular estava o próprio Estado brasileiro. Outro dado fundamental é o fato de que em torno de 80% dos “menores” recolhidos não eram autores de atos definidos como crime na legislação penal brasileira. Ficava, assim, explícito o caráter de controle da pobreza implantado por esse sistema. Embora o Código de 1979 tenha mantido a maioridade penal aos 18 anos, durante o governo militar foi estabelecido um Decreto-Lei que reduzia para 16 a imputabilidade em caso de crimes militares, dispositivo este que era usado incontáveis vezes para penalizar alguns jovens.

Passado o período ditatorial, a luta pela implementação da Doutrina de Proteção Integral, no que se referia aos direitos da criança e do adolescente, retomou suas forças. Sua consolidação se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O artigo 228 da Carta Magna brasileira estabelecia que todos os menores de 18 anos estariam submetidos à legislação especial, que, em 13 de julho de 1990 ganhou corpo no Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA. O termo situação irregular deixa de compor a lei e passa-se a tratar a criança e o adolescente sujeitos a condições precárias de vida como em situação de risco. O Juizado de Menores torna-se Juizado da Infância e juventude, substituição que vai ao encontro da proposta de extinção da nomenclatura “menor”.

Com o ECA, houve a distinção entre o atendimento aos casos de abandono ou violação de direitos de crianças e adolescentes e àqueles casos em que tal população estivesse no lugar de autor de ato infracional. Haveria instituições diferenciadas para cada uma das situações e, no caso de comprovação de delito, as medidas socioeducativas alternativas seriam priorizadas em detrimento da internação. Para o juiz da Infância e Juventude, a assessoria de uma equipe interprofissional, com pelo menos um psicólogo e um assistente social, tornou-se obrigatória. Apesar da intenção ser dar mais subsídios ao juiz, a ação dos especialistas teve por efeito construir

saberes que foram criando um perfil do infrator, associando novamente uma suposta propensão interna para a criminalidade às condições de pobreza nas quais viviam. (BOCCO, 2006).

Apesar de ter sido lançado como um instrumento inovador à justiça das crianças e adolescentes, ao tentar envolver mais a sociedade civil nas resoluções acerca das políticas públicas destinadas a esse público, poucas foram as mudanças efetivamente significativas. Além disso, vemos que alguns vícios ainda se mantêm no que diz respeito ao tratamento dos jovens pobres, ainda são chamados de menores pela população em geral e, especialmente, pela mídia que insiste nessa figura como o monstro da criminalidade e violência em nosso país.

Tanto é verdade que as idéias de redução da maioria penal surgem, com freqüência, em manchetes de capa, sempre associadas à idéia de que o Estatuto é permissivo com os infratores levando ao aumento da impunidade. No entanto, se lermos a lei, saberemos que o ECA, em nenhum momento, desresponsabiliza o jovem envolvido em algum tipo de infração, para as quais estão previstas seis modalidades de medidas socioeducativas. Diferente do que se vende na maioria dos jornais a imputabilidade plena aos 16 anos não acarretaria uma diminuição da violência e do sentimento de insegurança que nos assola. Mudanças certamente são necessárias, mas o caminho não pode ter o primeiro passo nessa direção. Felizmente, há grupos de juristas e técnicos de diferentes áreas engajados em propor novos jeitos de se praticar a justiça, a começar pelas ações que envolvem esta parcela mais jovem de nossa população. Um breve relato de mais uma dessas iniciativas será, a seguir, apresentado.

Conhecer um pouco do percurso das normas jurídicas no Brasil, em especial as práticas do direito que dizem respeito às crianças e jovens, nos possibilita compreender o quão arraigadas em princípios normatizadores, moralistas e discricionários são as instituições envolvidas do desempenho da justiça em nosso país. Nietzsche (1999) anunciava que a única maneira de banir “as desgraças do mundo” seria declarar guerra à cristalização dos velhos valores sociais, costumes e leis em instituições sob as quais se assentam a tradição e a moral. Seguindo, de forma um pouco mais contida, as propostas de Nietzsche, acreditamos que há a necessidade de se revisarem, principalmente no campo jurídico, os princípios norteadores das normas postas bem com reformularem-se as práticas que se estabelecem a partir desses pressupostos. É preciso reconstruir a noção de sujeito e de participação social de-

mocrática na regulação da justiça. Este é o desafio ao qual se lança a *Justiça para o Século XXI*, lugar de luta onde se encontra com as propostas, os desejos, os sonhos e as apostas do *Projeto Abrindo Caminhos*.

3.7 JUSTIÇA PARA O SÉCULO XXI (UMA UTOPIA CONCRETA)

“As leis não bastam,
os lírios não nascem da lei.”
(Carlos Drummond de Andrade)

A primeira vez que ouvi falar da Justiça Restaurativa foi através de um dos jovens do projeto, que não por coincidência, também foi quem me levou de volta à FASE. Contou-me naquela oportunidade que havia participado de um “tal de círculo”, em que participaram algumas pessoas envolvidas na situação que o fez evadir do estágio e do Projeto e retornar ao internamento naquela instituição. Ao ser questionado sobre o funcionamento do círculo, o jovem disse que eles ficavam conversando sobre o que aconteceu e como poderiam resolver o conflito. “Eu me senti bem, vi que eles nem tavam assim com tanta raiva de mim [...] bá, que eu nem precisava ter pedido pra voltar pra cá, não fiquei mais com medo, porque, também, daí eu expliquei o que tinha acontecido.” (Marcelo). Que tipo de prática era aquela, quem promovia aquele encontro e pra quê?

Mobilizada pela idéia de um espaço, dentro das práticas jurídicas, de elaboração de uma fala e acolhimento em escuta quis saber mais sobre esse projeto. Alguns dias depois, participei do Seminário de Formação: Adolescente em conflito com a Lei: medidas socioeducativas em meio aberto e de internação⁴⁵ em que a “justiça para o século XXI” foi citada e pude descobrir o site onde encontrar maiores informações. A partir daí, a Justiça 21 passou a ser objeto de minha curiosidade e as incursões pelo tema se deram de forma contínua e entusiasmada. A pertinência da apresentação desse Projeto e da reflexão acerca deste tema se justificam pelo entrelaçamento que vi se construir entre a Justiça 21 e o Projeto Abrindo Caminhos e

⁴⁵ Realizado pelo Juizado da Infância e Juventude, Promotoria da Justiça Especializada em Infância e Juventude, Secretaria Estadual da Justiça e do Desenvolvimento Social, Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Ângelo (CEDEDICA).

que se revelou no encontro com Marcelo. Além disso, habita um território utópico e se apresenta como um movimento de resistência pacífica que aposta na palavra como possibilidade de produção de diferença e na força do trabalho em rede e do poder constituinte da participação coletiva no combate ao instituído. Em consideração a isso, temos, em Sousa (2007, p. 13), que “A utopia sempre foi para Bloch uma experiência radical de perfuração dos futuros opacos e sombrios, impregnados em excesso pela reiteração do mesmo”.

É exatamente contra esse “mesmo” que a Justiça 21 quer lutar. Quer experimentar-se enquanto alternativa a esse modelo tradicional de justiça que se mostra ineficaz na garantia de direitos e sem efetividade alguma como instrumento de combate à violência. O desafio que se coloca é o de encontrar estratégias que interrompam o ciclo violento que envolve a infração, desde suas causas originárias ao ato infracional propriamente dito e que segue na condução da resolução do conflito. Há pouco mais de três décadas, por volta de 1970, nos Estados Unidos, sob a forma de mediação entre réu e vítima, é onde as idéias sobre a Justiça Restaurativa têm sua origem. Atualmente, a Nova Zelândia é considerada o maior expoente no que se refere à Justiça Restaurativa. Na América Latina, Chile, Argentina e Colômbia, além do Brasil, passaram a utilizar-se deste modelo em suas práticas jurídicas. Em nosso país, a inserção da justiça restaurativa se deu a partir de experiências isoladas, como a da 3.^a Vara do Juizado da Infância de Porto Alegre, iniciada em 2002. Mais tarde, em 2005, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Ministério da Justiça, inicia-se um processo mais estruturado de testagem e difusão do modelo, em três cidades: Brasília, São Caetano do Sul e Porto Alegre. A proposta, focada numa mudança de paradigma, mais do que punir transgressões, tem como objetivo a resolução de conflitos. A inquietude pela renovação da Justiça e a busca de soluções para a falta de efetividade do Sistema de Justiça Penal Juvenil abriram essa nova frente do movimento internacional pela restauração da Justiça.

A primeira experiência de aplicação da justiça restaurativa, em Porto Alegre, foi em um caso envolvendo dois adolescentes, ocorrido em 4 de julho de 2002. A incorporação de conceitos e valores e a mudança de atitude na atuação reguladora da 3.^a Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, pioneira em práticas restaurativas na Capital, foram fundamentais para o aporte de instituições e a sistematização de uma nova ação dentro da Justiça gaúcha. Em 2004, na escola da Associação

dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), abriu-se um espaço de leitura e reflexão sobre justiça restaurativa. O Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa passou a reunir pessoas da sociedade civil e profissionais de diferentes áreas interessados em conhecer e aplicar os preceitos da justiça restaurativa. No último Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, personalidades de diferentes países reforçaram o debate sobre a inserção desses novos paradigmas em seus sistemas de justiça.

A Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, e com ela as políticas de atendimento a crianças e adolescentes da Capital, literalmente ganharam corpo e voz no dia 8 de dezembro – Dia da Justiça – quando foi celebrado um pacto em favor do projeto "Justiça para o século 21", reunindo várias instituições públicas⁴⁶ e sociedade civil para consolidar a implantação das práticas restaurativas no Rio Grande do Sul. A idéia tem por fundamento construir uma alternativa de renovação do Sistema de Justiça e demais instâncias sociais de resolução de conflitos, a partir de metodologias que permitem a elaboração de divergências e tensões sociais, proporcionando maior participação e autonomia das partes envolvidas sejam elas vítimas, infratores ou familiares. Leoberto Brancher (2007), Juiz da 3.^a Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, comenta:

Na função jurisdicional, tanto quanto na gestão institucional e nos procedimentos disciplinares, a Justiça Restaurativa permite democratizar os processos decisórios, reforçando a autonomia e ativando a responsabilidade dos envolvidos, com resultados concretos na pacificação de conflitos. É a qualidade dessas idéias que, no âmbito político, vem gerando tão grande coesão. (*on-line*)

É a partir do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude que se estabelecem as parcerias, não só políticas mas principalmente operacionais, que ampliam a abrangência do trabalho produzindo repercussões no âmbito das Segurança, Assis-

⁴⁶ 3.^a Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre; AJURIS – Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul ; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre; Defensoria Pública da 3.^a Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre; Escola Superior da Magistratura da AJURIS; Escritório Antena da UNESCO no Rio Grande do Sul; Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Fundação de Assistência Social e Cidadania do Município de Porto Alegre; FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativa do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Projeto Justiça Instantânea; 3.^a Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada da Infância e da Juventude de Porto Alegre; Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul; Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre; Secretaria Municipal da Juventude de Porto Alegre; Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre; Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local de Porto Alegre; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre.

tência, Educação e Saúde. Além do Juizado da Infância e da Juventude, onde se deflagrou a implantação da justiça restaurativa com apoio do Ministério da Justiça e PNUD, através do Projeto Justiça para o Século 21 abrem-se espaços monitorados de estudos e de aplicação das práticas restaurativas nas seis unidades de privação da liberdade para adolescentes infratores da Capital (FASE), nos oito Centros Regionais da rede de Assistência Social do Município de Porto Alegre (FASC), e ainda em oito Escolas Municipais e seis Escolas Estaduais.

A Justiça 21 se propõe a desnaturalizar, questionar e debater as formas, as justificativas e a eficácia do sistema de justiça retributivo em que a punição do infrator substitui a responsabilização do sujeito sobre o ato cometido enquanto produtor de sofrimento a um outro ou muitos outros. Pois há diferentes níveis de vitimidades: os que sofrem pela ação do agressor, os que sofrem pela relação com a vítima e também a própria rede social do agressor (família, amigos, professores, comunidade) que muitas vezes se sente frustrada por não ter dado a continência necessária e evitado a infração. “Eu me sinto como se fosse o pai da criança que faleceu.” Com a frase, o pai do adolescente E., detido pela morte de João Hélio Fernandes Vieites, seis anos, descreveu o sentimento que tomou o país diante da barbárie ocorrida na noite de quarta-feira no Rio. (ZERO HORA, 2007, p. 36).

Por isso, este novo modo de operar a justiça destina-se a todos que sofrem com as violências de nosso século “especialmente às vítimas e aos seus ofensores, cuja dor tem sido motivo de inspiração compassiva, e cuja sabedoria tem sido a maior fonte de ensinamentos”. (BLANCHER, 2006, p. 1). Assim, oportunizar o direito à palavra aos envolvidos nas infrações é premissa desta prática que pretende coletivizar a responsabilidade da resolução de conflitos, num movimento contrário ao atual processo de enfrentamento da violência que é o de fuga e isolamento. Há uma implicação política nesta busca por efetivar uma participação coletiva; enquanto a justiça tradicional, meramente representacional, se constrói num modelo de poder fundado no controle e na dominação o modelo restaurativo intenciona afirmar uma justiça como uma função democrática de exercício de poder. Para Levinas (1980), a Justiça é um Direito à Palavra. Neste mesmo sentido, Oliveira (2001) relata:

[...] para Nietzsche: o homem que fala, já não tem apenas que responder. Colocada nesses termos, a justiça é desejo e não transcendência da lei. Se todos pertencemos à justiça, não é em virtude da transcendência da lei, mas da imanência do desejo. Sendo assim, ela não é vontade estável, mas desejo móvel, o que também implica em sua desmontagem. Questão de

experimentação e de jurisprudência, criadora tanto de direito quanto de autonomia, uma vez que procede por singularidade ou prolongamento de singularidades. Segundo Nietzsche, isto significaria colocar juntas a justiça e a força: fazer que aquilo que é justo seja forte ou o que é forte seja justo. (p. 92).

Deleuze e Foucault, em “Os Intelectuais e o poder”, indicam esse ponto de partida: o fim da representação. Não há nada mais indigno do que falar pelos outros; é imprescindível que aqueles, acerca dos quais se produz qualquer teoria, parecer, decisão, falem por si próprios. (FOUCAULT; DELEUZE, 1979).

No sistema retributivo da justiça tradicional, o Estado, na figura do juiz - que num ato unilateral aplica a medida – é quem toma posse dos destinos da ação infracional. Arma-se um jogo de poder em que o fazer justiça é prerrogativa exclusiva do Estado: o juiz convoca, não convida e é ele quem determina como se resolvem os conflitos. Não há participação efetiva dos diretamente envolvidos, que são consultados apenas como informação e não como vontade: quem é inquirido não fala, apenas diz palavras. Nesse sistema o estímulo é à ruptura em lugar do encontro, o foco é no particular e a culpa individualizada, o que segue a lógica contemporânea de priorizar os indivíduos como responsáveis únicos e isolados por suas ações e destinos.

Na Justiça da Infância e juventude, tal determinismo se mostra ainda mais cruel. A partir da sentença proferida pelo juiz, produz-se uma definição do jovem que acaba reduzido a um conceito, torna-se o infrator e passa a pertencer a uma categoria. Ficam, assim, estigmatizados como inimigos da sociedade; rotulados em diagnósticos, laudos e pareceres que permanecem e são retomados para sempre. A questão não está em negar o delito, mas não colar os jovens a ele e restringi-los a este ato. Os jovens não são apenas seus atos! Mas se nos esforçarmos para tal, em rígidos diagnósticos e tratamentos eles podem tornar-se somente esses criminosos que nós descrevemos.

Em oposição ao modelo retributivo, hierárquico, vertical, representado pelo Estado, que dita qual a regra a ser aplicada e a resposta em caso de violação, a Justiça Restaurativa permite horizontalidade e a pluralidade; visa às singularidades dos envolvidos no conflito; à relação com o tempo presente e o porvir e traz uma percepção social. Oportuniza, pela reflexão, a compreensão da norma, a consideração mútua, e a implicação das pulsões, paixões, ressentimentos, sensações, interpretações do mundo e condições de vida implicadas no conflito. Leva a responsabili-

zação e possibilidades de diálogo, escuta, acolhimento, promoção de direitos e justiça social, pois aposta na capacidade do coletivo de decidir como lidar com as consequências decorrentes do ato infracional e suas implicações para o futuro.

A Justiça Restaurativa estimula as reformas institucionais que se destinem ao aumento da participação democrática, em vistas de combater desigualdades e ampliar o controle social sob o Estado. Demonstra maior sustentabilidade nas práticas restaurativas para as partes envolvidas, com resultados positivos no que se refere à redução de reincidência, à redução de danos e integração social. Nesse sentido resalta a importância da Defensoria Pública no Brasil na garantia de direitos à população excluída. Traz a necessidade do aumento do acesso à justiça, descentralização dos serviços judiciais, controle externo, promoção de justiça alternativa para além da agilidade na resolução de processos judiciais. Além disso, interpela sobre a importância da promoção de políticas públicas cuja preocupação seja com a população jovem – maior afetada com a criminalidade –, o desemprego, a violência, a precariedade das condições de vida, o aliciamento ao tráfico e ao crime.

Dentro das iniciativas da Justiça 21 está a idealização de um “Anteprojeto de lei de execução das medidas socioeducativas” que dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente em razão de ato infracional e altera dispositivos da Lei 8.069/1990, de 13 de junho de 1990. No entanto, existem algumas restrições no que se refere a tal proposta, já que ela assume uma analogia do sistema juvenil com o sistema penal adulto. Emílio Garcia Mendez (*apud* RIBEIRO, 2007), em palestra proferida em 2000, sobre adolescência e responsabilidade penal, argumenta que:

Os adolescentes são e devem seguir sendo inimputáveis penalmente, quer dizer, não devem estar submetidos a nenhum processo nem às sanções dos adultos e, sobretudo, jamais e por nenhum motivo devem estar nas mesmas instituições que os adultos. No entanto, adolescentes são e devem seguir sendo penalmente responsáveis por seus atos. (típicos, antijurídicos e culpáveis) não é possível, nem conveniente inventar eufemismos difusos tais como responsabilidade social, somente aparentemente alternativa à responsabilidade penal. Contribuir com a criação de qualquer tipo de imagem que associe adolescência com impunidade (de fato ou de direito) é um desserviço que se faz aos adolescentes, assim como objetivamente uma contribuição irresponsável às múltiplas formas de justiça com as próprias mãos [...].

Culpa e responsabilidade são, a partir da psicanálise, conceitos diferentes. Responsabilizar-se implica assumir a autoria de alguma escolha e todos os efeitos

objetivos e subjetivos que dela decorrerem; há, assim, um posicionamento ético. O sistema tradicional apenas aplica algo que se assemelha à finalidade da penitência: “paga-se para garantir a expiação da culpa tanto quanto a possibilidade de pecar novamente” (RIBEIRO, 2007, p. 13) A lógica do direito penal, retributivo, está em devolver ao agressor, a agressão, desse modo, então, perpetua-se a violência.

O mundo contemporâneo é habitado por um excesso de imagens ao mesmo tempo em que é extremamente pobre em palavras. Numa sociedade imagética há o estímulo a um funcionamento mais regressivo, de percepção e de não pensamento. O comportamento violento – a descarga ao ato, sem elaboração da agressividade – fica potencializado. É no valor da fala, da elaboração e articulação das idéias que investe a Justiça Restaurativa. Pois ainda que não haja reparação diante do traumático, o fundamental é o reconhecimento e acolhimento desse excesso do traumático. No encontro entre vítima e agressor, a desculpa, ainda que não se coloque enquanto reparação, é a expressão do desejo de fazê-la. A dor se torna mais leve se livre de culpa e desejo de vingança.

Na justiça restaurativa, os fundamentos da psicanálise ajudam a promover uma prática. A psicanálise pode trazer, politicamente, o valor da linguagem. Pois para quem foi atravessado pela violência a linguagem se impõe como tarefa: falar de seu ato para transformá-lo em relato e através da palavra readquirir possibilidades. Assim, o principal instrumental psicanalítico, a escuta também aparece como alicerce fundamental nesse processo de praticar a justiça.

O desafio histórico, cultural e social a que nos lançamos com uma proposta como esta, de justiça restaurativa, pode parecer desmesurado e, com isso, irrealizável. Diria, contudo, que, naquilo que nos toca, ele está à altura do compromisso que esperamos destes adolescentes envolvidos em situação conflitiva: um desafio de nos apropriarmos de um modo de pensar e, antropofagicamente, transfigurá-lo artisticamente num espaço construtivo e emancipador de elaboração de nossos conflitos e de novas possibilidades de co-existência. Mas não seria este justamente o desafio de nosso século? (MELO, 2005, *on-line*)

A Justiça 21 transita pelo desafio de operar a instituição justiça dentro dos pressupostos legais e, ao mesmo tempo, fazer crítica ao sistema tradicional. Constrói-se como um sonho ético-filosófico com a certeza da possibilidade de operacionalização de um novo modelo de Estado de Responsabilidade, que seja alternativa ao Estado Penal e substitua as práticas punitivas. Promover a paz, e representa uma estratégia muito mais eficaz do que combater a violência, porque o combate à vio-

lência reinstala os mecanismos conflituais e contenciosos que estão na raiz do próprio processo de geração e reprodução da violência.

4 PONTOS FINAIS

Sonho Impossível⁴⁷
Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer
O inimigo invencível
Negar
Quando a regra é vender
Sofrer
A tortura implacável
Romper
A incabível prisão
Voar
Num limite improvável
Tocar
O inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão

4.1 EM RETICÊNCIAS... E EXCLAMAÇÃO!

“As revoluções são impossíveis
até que se tornem inevitáveis.”
(Trotsky)

⁴⁷ Versão de Chico Buarque a uma parte da Obra Dom Quixote, de Cervantes.

Inicialmente as seguintes linhas deveriam compor o capítulo anterior, deveriam trazer as motivações, o processo e as reverberações de algo que surgiu a partir da proposta de colocar em movimento o que vínhamos pensando com o grupo e os guris, a partir das idéias contágio em rede e de produção com o coletivo e que deveria ganhar corporalidade num programa de rádio que realizaríamos. O subtítulo havia sido escolhido “Mídia, público, juventude e voz”, feliz e empolgada estava eu com a possibilidade de escuta aberta por uma mídia pública. Estaria fazendo jus à sua publicidade, oportunizando acesso aos microfones, à voz a quem por eles reivindicasse.

As reticências se referem ao programa de rádio na Cultura FM⁴⁸, Cultura da Infância, que produziríamos em parceria com os profissionais da rádio. Seria um momento de levar os guris do projeto para falar, para dizerem de si e de suas experiências, para imporem narrativas em que sejam sujeitos de seus enunciados e não apenas figurantes passivos de um discurso técnico, muitas vezes doutrinário e que se fecha em duras e restritas linhas de existência. Mas, poucas semanas antes da realização, encerraram-se os espaços de programação ao vivo, de entrevistas. O contrato com os operadores do “ao vivo” havia terminado e não seria renovado. Assim, a rádio Cultura, que se propunha uma mídia realmente pública, com lugar para variadas vozes, para quaisquer vozes, teve seus microfones “ao vivo” amputados pela burocracia e falta de vontade política de investir numa proposta de criação de um espaço democrático de mídia. Agora, ao final deste trabalho, devo dizer que seria necessário o acréscimo de um parêntese (silêncio) ao subtítulo inicialmente proposto. Anulada foi a voz dos jovens, o nosso desejo de fazer ondular em frequências audíveis o que pensam aqueles guris sobre as medidas que são obrigados a cumprir e as violências que coabitam seus mundos.

Mas não vão nos calar, a paralisia não nos tirará a potência e a vibração da vida. Os muros que se constroem não impedem o fluxo de desejo que produzem coletivos e a criação que se produz a partir deles.

Conta-nos Kafka, sobre a grande Muralha da China, que foi construída a mando do imperador, pois seu território era largo e grandioso e este temia fosse invadido pelos nômades. Durante muitos anos, foram erguidos pela população pedaços de muro em diferentes regiões do Império. No entanto, entre uma e outra cons-

⁴⁸ Rádio pública da Fundação Cultural Piratini, que compõe a Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

trução, brechas enormes também ganhavam forma, o que resultou em uma Muralha cheia de interrupções, ineficaz, assim, quanto a seu propósito. Mas ninguém contestava a ordem do imperador e a crença de que tudo estava dentro de um plano muito bem arquitetado era mantida. Já em Pequim, um sapateiro que observava o movimento da praça central relatou que circulavam por ali inúmeros nômades e que, a cada dia, juntavam-se ainda mais indivíduos naquela condição. Tal concentração reverberou até o interior do palácio e fez com que o imperador fosse até a janela para saber do que se tratava tal agitação. Todas as forças do império voltadas para a manutenção da ordem, para o afastamento daquela ameaça e os nômades instalados bem no coração da cidade enquanto o Imperador, com todo o seu poder, é prisioneiro em seu próprio palácio.

Já outro sapateiro, milhares de anos depois, é personagem que abre o livro “Uma invenção da utopia”. (SOUSA, 2007). Muito mais próximo a nós, pelo tempo e lugar habitado e pelas angústias e questionamentos com que nos faz defrontar, este artífice provoca com a sua colocação de que se as coisas não estragassem ele não viveria. A insuficiência das coisas e do mundo é que está explicitada no reduzido e desordeiro ambiente da sapataria. “Ali, nos lembramos que o corpo tem feridas e cicatrizes, que a vida está cheia de curativos [...]” Com essas palavras, Sousa (2007, p. 14) nos apresenta a imperfeição em que vivemos no mundo, assim como a Muralha, cheio de falhas, de lacunas; e é somente diante dessa ausência de perfeição, dessa falta que podemos infiltrar-nos em sonhos e buscar as brechas por onde possamos nos movimentar e ocupar, a exemplo dos nômades, a praça em frente ao palácio.

Os imperadores – aqueles que nos habitam – também eles estão presos em seus fortes, suas monumentais e sólidas construções nas quais se escondem e tentam se proteger dos estragos do mundo. O processo de liberdade passa pelo descer do trono, misturar-se às multidões e se propor uma “rotação de olhar como forma de redesenhar os espaços contaminados pelos excessos do convicto ‘*si mesmo*’ [...]”. (SOUSA, 2007, p. 14). Este autor nos alerta para que, a partir da precariedade e insuficiência das categorias conceituais, exercitemos um pensamento que se interesse pela dor dos outros.

É em espírito de urgência que deve ser lido este trabalho e encarado este assombroso estado de guerra em que vivemos. Não há mais tempo a perder, não podemos deixar para depois e nem esperar que tal nuvem passe e retorne com a paz

dos dias de céu azul. Precisamos reclamar nosso direito de voz e nosso direito à vida, a nossa e dos nossos; para isso, então, também a dos que não estão assim tão próximos. Pois a democratização da violência mostra que tudo está em cadeia. Muros, grades, morros não mais contêm a dissipação da dor, dos gritos, da exclusão, das mortes, das tragédias. Nada justifica a escolha pelo silêncio diante a barbárie que se instaura, cada vez mais próxima, cada vez mais parte e corpo e sangue de nós mesmos.

Não podemos recuar, não podemos nos calar frente ao concreto impermeável que nos apresentam, frente a idéia que nos vende o medo (que vende muitas coisas) e aos tratados mortos, papéis, contratos, carimbos que visam nos afastar de qualquer desejo de transformação. Nosso dever é transpor, é sonhar! E se isso não é fácil atualmente, devemos exercitar essa propriedade, de preferência em grupos, uns ensinando aos outros como sonhar, como sonhar para frente, ter esperança, a espera ativa, o desejo de utopia. “Não há, portanto, revolta sem a alegria da invenção, sem o entusiasmo de compartilhar com o outro um sonho.” Então o urgente é, também, inventar a alegria! “Trata-se sempre de liberar a vida, lá onde ela é prisioneira, ou tentar fazê-lo num combate incerto” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 222).

Que este trabalho siga a se construir, a se inventar como oportunidade para realmente qualificar os fundamentos, as estruturas, as formas de dizer e de olhar, que permitam comunicar com mais clareza e firmeza o que se pretende defender, laços sociais que se tramem de forma mais ética e menos burocrática, mais fluida e não com uma dureza hegemônica. Para que se vivam, com mais veemência, as utopias como vontade de diferença e de criação de outros possíveis. Que se possa defender a força juventude, espírito florescente, cheio de sonhos pra frente e vontade de vida!

Bertolt Brecht despede-se por mim deste trabalho, em exclamação, como mais uma voz compondo o texto que se propôs agenciado por discursos coletivos. Fica a provocação para que olhemos a realidade com o distanciamento suficiente para não imergirmos no pessimismo e no medo que nos paralise, mas com a implicação e a afetação necessárias ao movimento do sonho para frente. Sonho que engendra o presente como tempo e lugar de contestação e luta; sonho cuja potência é a produção coletiva de outros mundos, de outras invenções. Sonhos que abram caminhos.

“Aos que virão depois de nós

I

Eu vivo em tempos sombrios.
 Uma linguagem sem malícia é sinal de
 estupidez,
 uma testa sem rugas é sinal de indiferença.
 Aquele que ainda ri é porque ainda não
 recebeu a terrível notícia.

Que tempos são esses, quando
 falar sobre flores é quase um crime.
 Pois significa silenciar sobre tanta injustiça?
 Aquele que cruza tranqüilamente a rua
 já está então inacessível aos amigos
 que se encontram necessitados?

É verdade: eu ainda ganho o bastante para viver.
 Mas acreditem: é por acaso. Nado do que eu faço
 Dá-me o direito de comer quando eu tenho fome.
 Por acaso estou sendo poupado.
 (Se a minha sorte me deixa estou perdido!)

Dizem-me: come e bebe!
 Fica feliz por teres o que tens!
 Mas como é que posso comer e beber,
 se a comida que eu como, eu tiro de quem tem fome?
 se o copo de água que eu bebo, faz falta a
 quem tem sede?
 Mas apesar disso, eu continuo comendo e bebendo.

Eu queria ser um sábio.
 Nos livros antigos está escrito o que é a sabedoria:
 Manter-se afastado dos problemas do mundo
 e sem medo passar o tempo que se tem para
 viver na terra;
 Seguir seu caminho sem violência,
 pagar o mal com o bem,
 não satisfazer os desejos, mas esquecê-los.
 Sabedoria é isso!
 Mas eu não consigo agir assim.
 É verdade, eu vivo em tempos sombrios!

II

Eu vim para a cidade no tempo da desordem,
 quando a fome reinava.
 Eu vim para o convívio dos homens no tempo

da revolta
e me revoltei ao lado deles.
Assim se passou o tempo
que me foi dado viver sobre a terra.
Eu comi o meu pão no meio das batalhas,
deitei-me entre os assassinos para dormir,
Fiz amor sem muita atenção
e não tive paciência com a natureza.
Assim se passou o tempo
que me foi dado viver sobre a terra.

III

Vocês, que vão emergir das ondas
em que nós perecemos, pensem,
quando falarem das nossas fraquezas,
nos tempos sombrios
de que vocês tiveram a sorte de escapar.

Nós existíamos através da luta de classes,
mudando mais seguidamente de países que de
sapatos, desesperados!
quando só havia injustiça e não havia revolta.

Nós sabemos:
o ódio contra a baixeza
também endurece os rostos!
A cólera contra a injustiça
faz a voz ficar rouca!
Infelizmente, nós,
que queríamos preparar o caminho para a
amizade,
não pudemos ser, nós mesmos, bons amigos.
Mas vocês, quando chegar o tempo
em que o homem seja amigo do homem,
pensem em nós
com um pouco de compreensão.”

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ALBORNOZ, Suzana. **Ética e utopia**: ensaio sobre Ernst Bloch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

ALENCAR, Chico. Prefácio. *In*: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 7-8.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV. Tristeza feliz em Belém. *In*: SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AULAGNIER, Piera. **A violência da interpretação**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1979.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. São Paulo: Record, 1996.

BARROS, Regina Benevides de. Dispositivos em ação: o grupo. **Revista Saúde e Loucura**, São Paulo: Hucitec, n. 6, p. 183-191, 1997.

_____. Pesquisa-ação, pesquisa-intervenção. *In*: BARROS, Regina Benevides de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Tese de doutorado defendida na PUC/SP, 1994, p. 304-309.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Modernidad líquida**. Buenos Aires: FCE, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, Povo e Política**. São Paulo: Brasiliense/CEDEC, 1983.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. *In*: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 114-119.

BIRMAN, Joel. Nas bordas da transgressão. *In*: PLASTINO, Carlos Alberto. **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002, p. 43-61.

BLANCHER, Leoberto. **1.ª Conferência da justiça para o século 21**. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/interno.php?ativo=HISTORICO&sub_ativo=NOVA JUSTICA>. Acesso em: 22 nov. 2007

_____. **Apresentação**. Apostila do curso iniciação em Justiça Restaurativa: subsídios de práticas para a transformação de conflitos. Porto Alegre, 2006.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração juvenil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____; LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. (Infr)Atores juvenis: artesãos de análise. **Psicologia e sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 37-46, maio/ago. 2004.

BORGES, Jorge Luis. *Del rigor de la ciencia*. *In*: _____. **El Hacedor**. Buenos Aires: New Press Grupo Impresor, 2001, p. 129-130.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

CARVALHO, Flávio de. **Experiência n.º 2**. São Paulo: Nau, 2001.

_____. **“O que é bom para os outros não é para mim.”** Disponível em: <<http://www.mac.usp.br/projetos/seculoxx/modulo2/modernidade/eixo/cam/artistas/carvalho.html>>. Acesso em: 28 jan. 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível? *In*: **Revista do Departamento de Psicologia, UFF**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 52-80, 1995.

_____; LEITÃO, Maria Beatriz Sá. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 6-17, jul./dez. 2003.

_____ ; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo a noção de adolescência. **Arquivos brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, 2006. No prelo.

_____. Jovens pobres: o mito da periculosidade. *In*: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 19-37.

CORREIO DA APPOA. **Editorial**. Porto Alegre, n. 126, p. 1, jul. 2004.

CORSO. Diana Myriam Lichtenstein. País dos expostos. *In*: SOUSA, Edson (Org). **Psicanálise e colonização**: leitura do sintoma social no Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 275-289.

COSTA, Jurandir Freire. Criatividade, transgressão e ética. *In*: PLASTINO, Carlos Alberto. **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002, p. 63-76.

COSTA, Luis Artur. **Brutas cidades sutis**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CULTURA BRASILEIRA. Antologia poética de Bertolt Brecht: **Aos que virão depois de nós**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#Tempos%20Sombrios>>. Acesso em: 24 fev. 2007a.

_____. **Nada é impossível de mudar**. Disponível em <<http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#Nada%20É%20Impossível%20De%20Mudar>>. Acesso em: 24 fev. 2007b.

_____. **Sobre a violência**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#Sobre%20A%20Violência>>. Acesso em: 24 fev. 2007c.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: 34, 1999.

_____. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. *In*: _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992.

_____; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. da. O porto pouco seguro: estudo da cultura do medo em Porto Alegre. *In: Iluminuras: Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, n. 80. 2005.

ENDO, Paulo César. **A violência no coração da cidade**: um estudo psicanalítico. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

_____. Entrevista com Paulo Endo. *In: Correio da APPOA*, Porto Alegre, n. 153, p. 42-48, dez. 2006.

FELIZ NATAL (Joyeux Noel). Direção: Christian Carion. França, Alemanha, Reino Unido, Bélgica, Romênia: Columbia Pictures, 2005.

FONTANELLE, Maria Ida Baptista. "Amarás a teu próximo como a ti mesmo". **Correio da APPOA**, Porto Alegre, n. 146, maio 2006.

FOUCAULT, Michel. 1957 – A Psicologia de 1850 a 1950. *In: FOUCAULT, M. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. ditos e Escritos I*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. A vida dos homens infames. *In: _____*. **O que é um autor?** Lisboa: Vega Editora, 1992.

_____. O uso dos prazeres. *In: _____*, Michel. **História da sexualidade 2**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____; DELEUZE, Gilles. Os Intelectuais e o Poder. *In: FOUCAULT, Michel* **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu (1913). *In: Obras Completas*. (Edição Standard Brasileira). Tradução de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. XIII.

_____. O Moisés de Michelângelo (1914). *In: Obras Completas*. (Edição Standard Brasileira). Tradução de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. XIII.

_____. O ego e o id. (1923). *In: Obras Completas*. (Edição Standard Brasileira). Tradução de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. XIX.

_____. Inibição, sintoma e angústia. (1926). *In: Obras Completas*. (Edição Standard Brasileira). Tradução de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. v. XX.

_____. O mal-estar na civilização (1930). *In: Obras Completas*. (Edição Standard Brasileira). Tradução de Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. v. XXI.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO – FASE. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.stcas.rs.gov.br/fase/>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos indicadores sociais 2005**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 12, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2003/default.shtm>>. Acesso em: 16 dez. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Indicadores sociais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?595723828>>. Acesso em: 17 dez. 2006.

KASTRUP, Virginia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In: Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 15-22, jan.-abr. 2007.

KEIL, Ivete Maria. Descrença política e violência urbana. Existe uma relação? *In: HARTMANN, Fernando; ROSA JÚNIOR, Norton César Dal Follo da. Violências e contemporaneidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005, p. 27-38.

KIRST, Patrícia Gomes *et al.* Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. *In:* FONSECA, Tânia Maria Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). **Cartografia e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 91-101.

LACAN, Jacques. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. *In:* **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LASCH, Christopher. **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo GH**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LONDON, Jack. **O povo do abismo**: fome e miséria no coração do império britânico: uma reportagem no início do século XX. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MALCOM-X. Direção: Spike Lee. EUA: Universal Pictures, 1992.

MARGINAIS da classe média. **Isto É**, São Paulo, ano 30, n. 1966, p. 68-72, 4 jul. 2007.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MEANDRO, Maria Cristina Smith; TRINDADE, Zeide Araújo; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos. *In:* **Arquivos brasileiros de Psicologia**, vol. 555, n. 1, 2003.

MELO, Eduardo Rezende. Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais. Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva. *In:* BASTOS, Thomaz; LOPES, Carlos; RENAULT, Sérgio Rabello Tamm (Orgs.). **Justiça restaurativa**: Coletânea de artigos. Brasília: MJ e PNUD, 2005. Disponível em: <www.justica21.org.br/interno.php?ativo=BIBLIOTECA>. Acesso em: 27 out. 2007.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Nietzsche contra Wagner**: dossiê de um psicólogo. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

OLIVEIRA, Carmen Silveira. **Sobrevivendo no inferno**: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. Quem tem medo da violência juvenil? *In*: HARTMANN, Fernando; ROSA JÚNIOR, Norton César Dal Follo da. **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

PASSOS, Noemi; STEFFENS, Ricardo. El diario de campo es una sana compañía. *In*: **Revista Lupa Pedagógica**, Colômbia, 2002. Disponível em: <<http://www.elcolombiano.com/historicod/200210/20021022/npe004.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2007.

PELLEGRINO, Hélio. **Lucidez Embriagda**. São Paulo: Editora Planeta, 2004.

POLÍCIA: pais de bandidos pedem desculpa. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 36, 10 fev. 2007.

QUANTO VALE ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Produtor: Paulo Galvão. São Paulo: Agravo Produções Cinematográficas S/C Ltda., 2005.

QUEIROZ, Maria José de. **Em nome da pobreza**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

RASSIAL, Jean Jacques. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

REGUERA, Enrique Martínez. **Crianças de ninguém, crianças de rua**: psicologia da infância explorada. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

RIBEIRO, Márcia Helena de Mendes. Responsabilidade ou culpa. **Correio da APPOA**, Porto Alegre, n. 164, p. 8-15, nov. 2007.

ROLIM, Marcos. Algo entre o unicórnio e o amor. *In*: OLIVEIRA, Carmen Silveira. **Sobrevivendo no inferno**: a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 9-13.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempos de globalização. *In*: LINS, Daniel S. (Org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papyrus, 2006.

ROSA, Miriam Debieux. O discurso e o laço social dos meninos de rua. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 10, n. 2, 1999.

ROSA JÚNIOR, Norton César Dal Follo da. O emudecimento da violência: considerações acerca dos modos de subjetivação da adolescência na contemporaneidade. *In*: HARTMANN, Fernando; ROSA JÚNIOR, Norton César Dal Follo da. **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

_____. **Adolescência e violência**: direção do tratamento psicanalítico com adolescentes em conflito com a lei. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei – da indiferença à proteção integral**: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SILVA, Roberto da. 300 anos de construção das políticas públicas para crianças e adolescentes. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 30, p. 115-125, abr./jun. 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

_____. O drama da invisibilidade. *In*: GUARESCHI, Neuza (Org.). **Estratégias de invenção do presente**. XII Encontro Nacional da ABRAPSO. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SOUSA, Edson Luiz André de. A burocratização do amanhã. **Porto Arte**, Porto Alegre, v. 24, 2007. No prelo.

_____. **Uma invenção da utopia**. São Paulo: Lumme Editor, 2007.

_____. Furos no futuro: utopia e cultura. *In*: SCHÜLER, Fernando; BARCELLOS, Marília. (Org.). **Fronteiras**: arte e pensamento na época do multiculturalismo. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 167-180.

_____. A Utopia e os avessos da cidade. *In*: SILVA, Ieda Prates da; FONTOURA, Lucy Linhares da. (Org.). **Adolescência**: um problema de fronteiras. Porto Alegre: Edição Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2004, p. 48-56.

_____. Por uma cultura da utopia. *In*: BOETTCHER, Claudia Mara (Org.). **Unicultura**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002, p. 36-45.

TIROS EM COLUMBINE (*Bowling for Columbine*). Direção: Michael Moore. EUA: MGM, 2002.

UNICEF. **Custos e qualidade das medidas sócio-educativas**. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/estudos/id423.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2006.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. A sociedade da guerra e a cultura da violência. *In*: HARTMANN, Fernando; ROSA JÚNIOR, Norton César Dal Follo da. **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência IV**: os jovens do Brasil. 2. ed. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2005.